UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

NAIARA MORENA SEBADELHE SANTOS DA CONCEIÇÃO

MEMÓRIA E EFEITOS-SENTIDO SOBRE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: *CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO*

Vitória da Conquista
Agosto de 2018

NAIARA MORENA SEBADELHE SANTOS DA CONCEIÇÃO

MEMÓRIA E EFEITOS-SENTIDO SOBRE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: *CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discurso e Narrativas

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

Vitória da Conquista
Agosto de 2018

C744m

Conceição, Naiara Morena Sebadelhe Santos da
Memória e efeitos-sentido sobre Dilma Rousseff em *Veja*: *construção e desconstrução/* - Naiara Morena Sebadelhe Santos da Conceição - Vitória da Conquista, 2018.
114 f.

Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2018.
Inclui referência F. 112– 114.

1. Memória discursiva. 2. Dilma Rousseff. 3. Posição-sujeito. 4. Efeitos-sentido. 5. Impeachment. I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Título em inglês: Memory and meaning effects about Dilma Rousseff in *Veja*: construction and deconstruction
Palavras-chaves em inglês: Memory; Subject position; Meaning effect; Dilma Rousseff; Impeachment.

Área de concentração: Multidisciplinaridade em Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (presidente); Prof. Dr. Luis Claudio Aguiar Gonçalves (titular); Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (titular); Profa. Dra. Anna Flora Brunelli (titular)

Data da Defesa: 30 de agosto de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

NAIARA MORENA SEBADELHE SANTOS DA CONCEIÇÃO

MEMÓRIA E EFEITOS-SENTIDO SOBRE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: *CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da defesa: 30 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (Presidente) Ass.: _____
Instituição: UESB

Prof. Dr. José Alves Dias Ass.: _____
Instituição: UESB

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes Ass.: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Instituição: UESB

Profa. Dra. Anna Flora Brunelli Ass.: AnnaFBrunelli
Instituição: UNESP

A única coisa que a gente precisa fornecer, às vezes, são esses torpedos, porque eles vão ser jogados em algum lugar se a gente cria condições para eles existirem, mas se simplesmente a gente se abandona também e não produz nada disso, a chance disso ser atingido é zero, não é?
Você tem que criar esse possível.

Fernand Deligny

A Miguel, filho amado, que com seu ser infância, catalisador de liberdades, me faz pensar todos os dias no mundo em que vivo e no mundo que quero, e sobre o que faço no espaço existente entre eles. Sou mãe porque você é filho, em um lugar onde grandeza não diz respeito à estatura, e sabedoria não é sinônimo de tempo vivido.

A João, Anita, Lucas, Julia e Bento, também meus.

AGRADECIMENTOS

À **Essência Divina** criadora de todas as coisas, força regente que flui nos rios, nos mares, na terra e no ar, compondo o vivo, compondo a nós.

À **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)** e ao **Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS)**, por possibilitarem a continuidade de minha formação acadêmica, com a realização deste mestrado.

À CAPES, pelo fundamental apoio e investimento no PPGMLS e nos Programas de Pós-Graduação do país.

À **Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva**, orientadora deste trabalho, pelas longas conversas sobre o objeto pesquisado e sobre a vida, verdadeiras pontes unindo mundos diversos, por nos mostrar a importância da pesquisa em grupo, e por nos fazer funcionar desta forma, fomentando laços que ultrapassaram os muros da academia.

Aos membros da banca de qualificação**, Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes e Prof. Dr. Luís Cláudio Aguiar Gonçalves** por aceitarem avaliar o trabalho, e pelas mais que valiosas contribuições.

Aos membros da banca de defesa, **Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva e Profa. Dra. Anna Flora Brunelli**, por terem aceitado fazer a leitura e a avaliação final deste trabalho, momento de fundamental importância.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), em especial a **Auterives Maciel Junior**, por ser movimento incessante, reviravolta nos que se deixam afetar, e a **Edvania Gomes da Silva**, pelo compartilhar, pela amizade, pelo riso fácil que nos convida a entrar e ficar.

Às funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pela atenção de sempre e pela convivência alegre. Vocês fizeram a diferença nesta jornada. Meu agradecimento especial às queridas **Vilminha, Tâmara, Poli, Vaneide** e **Lu**.

A **minha família**, em especial a minhas avós, **Nilda de Andrade Conceição** e **Valdelice Sebadelhe dos Santos**. A vocês duas, poderia agradecer pelo exemplo, mulheres fortes, educadoras, vidas dedicadas ao conhecimento e à constituição do outro. Prefiro, no entanto, agradecer por este lugar ocupado com tanta grandeza e generosidade, lugar-avó, reino fundante de afetos, delicadezas e das mais bem guardadas memórias de bem-querer.

Aproveito para aqui agradecer ao biso **João**, e aos avós do meu filho, **Rita Sebadelhe**, **Miro Conceição** e **Dica Anjos**, que na continuidade bonita da vida, constroem para ele este lugar fundamental.

A minha comadre e amiga mais que querida, **Virgínia Moraes**, por seu caminhar junto, sua paciência e generosidade em cada ato no decorrer desta jornada acadêmica. Por ser brincante e pássaro leve, levando a si e aos que lhe cercam a mundos onde o lúdico e o afeto acolhem, impulsionam e despertam vida.

A **Filipe Sebadelhe**, por estar sempre ao meu lado, desde o berço, por me ensinar a trilhar esta vida com mais intensidade e menos medo, e por ser a melodia que me distrai o excesso de lucidez. Agradeço também a minha cunhada, **Luiza Viana**, pelo carinho e amizade de sempre.

A **Mirna Fraga**, minha chefe, minha amiga, por possibilitar a realização deste mestrado e por ser parte fundamental de minha formação profissional. Aprendo com você todos os dias, para além das noções jurídicas, a importância de ouvir o outro e o trabalho incansável para chegar a uma solução justa e pacificadora para todos. A **Ricardo Faria**, pela delicadeza dos gestos e integridade das palavras.

A **Amanda Rocha**, **Camila Jardim** e **Poliana Martins**, pelo cotidiano partilhado, pelo presente de todos os dias. A **Margo**, companheira nas melhores aulas, por redimensionar as noções de tempo e espaço, pela inspiração. Aos demais **amigos** queridos que se fizeram presentes, torcendo, incentivando, e compreendendo a importância deste momento. *A amizade é a instância desse com-sentimento da existência do amigo no sentimento da existência própria.*

Aos **colegas do mestrado**, encontros felizes que tornaram este momento mais do que o esperado, dividindo aulas, expectativas e sonhos. Em especial a **Jorge, Rafa, Amanda, Heloar, Cris, Lumma, Thainá**.

A **Eder Amaral**, pai de Benja, Valen e *de la petite* Madá, pelos torpedos lançados, flechas certeiras atravessando minha escrita, atravessando a mim. Por ter me apresentado Hilda Hilst anos atrás, acabando com qualquer possibilidade de estreiteza do caminho.

A **Valter Rodrigues** (*in memoriam*), presença afetiva que ultrapassa a finitude da vida corpórea. Voz que ecoou durante os anos deste mestrado, e que por certo continuará nos latindo, filhos seus, meninos de um pai que permanece a nos formar. Na poeira das estrelas o passado é futuro e reluz, devir-luz. A **Zezel Leite**, por ter nos presenteado com este encontro, por ser mãe e filha, continente e ilha.

A **Adriana de Jesus**, presença alegre, pelo cuidado e dedicação que dispensa a seu trabalho, me permitindo a tranquilidade para me dedicar ao meu.

A **Elder Oliveira**, *amor de coração*, por estar ao meu lado no silêncio, na inquietude e no caos. Pelos anos em que já fomos tantos, e por amar todas em quem me constituí. Por saber que na próxima esquina serei outra, e pacientemente me olhar, como quem antevê os caminhos, as chegadas, as dúvidas e certezas, mesmo sem conhecê-los. *Saber de nós na correnteza, a deriva no vento, na vertigem, na volúpia da vida, é aportar na fundura e mergulhar na certeza de que somos peixes bastantes para voar...*

Enfim, a **Thaiane Dutra** e **Milca Borges**, companheiras de orientação, estudos e escrita. Além, muito além. Terra e Ar. Dois corações. Elementos que se misturam, modificam, agregam e compõem. O ser do outro nos alcança quando menos esperamos, é a vida nos possibilitando o novo quando permitimos o afeto, o riso, o acompanhar. Serei eternamente grata por este momento, por terem segurado minha mão, por terem sido porto quando precisei ancorar. Que meus olhos sempre as reconheçam e que o abraço seja certo. *Aqui está a raiz da raiz, o broto do broto e o céu do céu de uma árvore chamada vida que cresce mais do que a alma pode esperar ou a mente pode esconder. E este é o milagre que mantém as estrelas a distância. Carrego o coração de vocês comigo. Eu os carrego no meu coração.*

RESUMO

Neste trabalho, compreendendo que as mídias funcionam como lugares de memória discursiva e a revista *Veja*, neste sentido, como um desses lugares que se constituem, ao mesmo tempo, como espaços de contradição, de construção e de desconstrução, apresentamos resultados de pesquisa que teve como objetivo identificar e analisar, de um lado, posições-sujeito às quais a ex-presidente Dilma Rousseff foi convocada a ocupar na discursividade de edições da revista *Veja* que circularam entre os anos de 2010 e 2016; e, de outro lado, os efeitos-sentido produzidos nessas posições. O corpus foi constituído de edições desse periódico publicadas entre os anos de 2010 a 2017 que tratam da política nacional, seja como chamada principal ou como chamada secundária. Na análise, mobilizamos pressupostos teóricos da AD e do pensamento de Foucault. Os resultados indicaram que, na discursivização das edições de *Veja*, Dilma Rousseff foi convocada a ocupar duas posições-sujeito que produziram efeitos de contradição: efeito de competência ao cargo de presidência e efeito de incompetência ao cargo de presidência. O trabalho de memória da produção desses efeitos está relacionado ao trabalho de memória de construção e de desconstrução e de outros efeitos: i) no primeiro mandato, identificamos o jogo de aproximação e de afastamento entre Dilma e Lula, e entre Dilma e o PT, produzindo efeitos-sentido de construção de Dilma Rousseff na posição-sujeito de presidente; ii) no segundo mandato, identificamos o jogo de aproximação e de afastamento entre Dilma e Lula e entre Dilma e o PT, produzindo um efeito-sentido de desconstrução de Dilma, na posição-sujeito de presidente, por má gestão econômica e política do país, e de Lula e do PT, na posição-sujeito de governo, acusado pela crise econômica do país; iii) na desconstrução, o *Impeachment* é a encenação discursiva final do impedimento de Dilma no cargo de presidente, manutenção de seus direitos políticos, mas com isolamento político: “Carta fora do baralho”.

PALAVRAS-CHAVE

Memória; Posição-sujeito; Efeito-sentido; Dilma Rousseff; Memória; Impeachment.

ABSTRACT

In this paper, understanding that the media function as places of discursive memory and *Veja* Magazine, in this way, as one of these places that constitutes at the same time as a spaces of contradiction, of construction and of deconstruction,we present research results that had the objective of identify and analyze, on the one hand, subject positions to which former president Dilma Rousseff was invited to occupy in the discursivity of editions of *Veja* Magazine that circulated between the years 2010 and 2016; and, on the other hand, the meaning effects produced at these positions. The corpus consisted of editions of this magazine published between the years of 2010 to 2017 that treated about the national policy, either as the main call or as a secondary call. In the analysis, we mobilized theoretical assumptions of AD and the Memory. The results indicated that, in the discursivity of the editions of *Veja*, Dilma Rousseff was summoned to occupy two subject positions that produced effects of contradiction: effect of competence to the position of presidency and effect of incompetence to the position of presidency. The work of memory of the production of these effects is related to the work of memory of construction and deconstruction and other effects: i) in the first mandate, we identified the game of approximation and distancing between Dilma and Lula, and between Dilma and the PT, producing meaning effects of construction about Dilma Rousseff at the subject position of president; ii) in the second mandate, we identified the game of approximation and distancing between Dilma and Lula and between Dilma and the PT, producing a meaning effect of deconstruction of Dilma, at the subject position of president, for economic and political mismanagement of the country , and about Lula and about the PT, at the subject position of government, accused for the economic crisis of the country; iii) in deconstruction, Impeachment is the final discursive staging of Dilma's impediment to the position of president, maintaining of her political rights, but with political isolation: "Card off the deck."

KEYWORDS

Memory; Subject position; Meaning effect; Dilma Rousseff; Impeachment.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Temas de capas de edições *Veja* veiculadas entre dezembro de 2010 e dezembro de 2017 30

Gráfico 2. Capas de edições de *Veja* que tratam de Dilma Rousseff e que circularam....31

Gráfico 3. Capas sobre Dilma Rousseff por ano (2010-2017).....32

Gráfico 4. Capas de Edições de *Veja* sobre Dilma Rousseff e corrupção (2010-2017).....33

Gráfico 5. Capas de Edições de *Veja* sobre corrupção geral por ano (2010-2017).....34

Gráfico 6. Capas de edições de *Veja* que tratam do PT, Lula, Dilma e corrupção (2010-2017).....34

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Capa edição *Veja*, 2153, 24/02/2010 30

Figura 2. Capa edição de *Veja* 2510, 28/12/2016 30

Figura 3. Capa da edição 2169 de *Veja*, 16/06/2010 39

Figura 4. Capa da edição 2173 de *Veja*, 14/07/2010 42

Figura 5. Capa da Edição 2178 de *Veja*, 18/08/2010 44

Figura 6. Capa da edição 2181 de *Veja*, 08/09/2010 47

Figura 7. Capa da edição 2182 de *Veja*, 15/09/2010 49

Figura 8. Capa da edição 2183 de *Veja*, 22/09/2010 51

Figura 9. Reportagem da Edição 2183 de *Veja*, 22.09/2010, p.74-75 52

Figura 10. Capa da edição 2185 de *veja*, 06/10/2010 55

Figura 11. Reportagem da edição 2185 de *Veja*, 06/10/2010, p. 74 56

Figura 12. Capa da edição 2186 de *Veja*, 13/10/2010 59

Figura 13. Reportagem da edição 2186 de *Veja*, 13/10/2010, p. 64-65 60

Figura 14. Capa da edição 2188 de *Veja*, 27/10/2010 62

Figura 15. Capa da edição 2189 de *Veja*, 03/11/2010 64

Figura 16. Capa da edição 2197 de *Veja*, 29/12/2010 68

Figura 17. Capa da edição 2198 de *Veja*, 05/01/2011 69

Figura 18. Capa da edição 2232 de *Veja*, 31/08/2011 72

Figura 19. Capa da edição 2262 de *Veja*, 28/03/2012 73

Figura 20. Capa da edição 2282 de *Veja*, 15/08/2012 75

Figura 21. Capa da edição 2317 de *Veja*, 17/04/2013 76

Figura 22. Capa da edição 2326 de *Veja*, 19/06/2013 78

Figura 23. Capa da edição 2327 de *Veja*, 26/06/2013 80

Figura 24. Capa da edição 2328 de *Veja*, 03/07/2013 82

Figura 25. Capa da edição 2371 de *Veja*, 30/04/2014.....84

Figura 26. Capa da edição 2393 de *Veja*, 01/10/2014.....85

Figura 27. Capa da edição 2397 de *Veja*, 28/10/2014.....86

Figura 28. Capa da edição 2398 de *Veja*, 05/11/2014.....90

Figura 29. Capa da edição 2399 de *Veja*, 12/11/2014.....92

Figura 30. Capa da edição 2409 de *Veja*, 21/01/2015.....93

Figura 31. Capa da edição 2417 de *Veja*, 04/03/2015.....95

Figura 32. Capa da edição 2417 de *Veja*, 18/03/2015.....96

Figura 33. Capa da edição 1975 de *Veja*, 26/09/2006.....97

Figura 34. Capa da edição 2421 de *Veja*, 15/04/2015.....98

Figura 35. Capa da edição 2434 de *Veja*, 15/07/2015.....99

Figura 36. Capa da edição 2446 de *Veja*, 07/12/2015.....101

Figura 37. Capa da edição 2447 de *Veja*, 14/10/2015.....102

Figura 38. Capa da edição 2455 de *Veja*, 09/12/2015.....104

Figura 39. Capa da edição 2474 de *Veja*, 20/04/2016.....105

Figura 40. Capa da edição 2477 de *Veja*, 11/05/2016.....106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **15**
1.1 Considerações e justificativa do objeto de pesquisa **15**
1.2 Percurso metodológico e constituição do arquivo e do *corpus* **21**
1.3 Pressupostos teóricos: algumas considerações **22**
1.3.1 Discurso como efeito-sentido entre posições-sujeito **22**
1.3.2 O sujeito do discurso **23**
1.3.3 Discurso e memória discursiva **25**
***1*.4 Organização da dissertação** **27**

2 MEMÓRIA E EFEITOS DE CONSTRUÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA* ... **29**
2.1 Considerações iniciais **29**
2.2 Memória e efeitos de construção na posição-sujeito presidenciável **35**
2.3 Memória e efeito de construção na posição-sujeito presidente **64**
2.4 Considerações finais **87**

3. MEMÓRIA E EFEITOS DE DESCONSTRUÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA* **89**
3.1 Considerações iniciais **89**
3.2 Memória e efeitos de desconstrução na solidão da vitória **91**
3.3 Memória e efeitos de desconstrução: ilegitimidade, não governabilidade e impedimento **98**
3.4 Considerações finais **107**

4. CONCLUSÃO **108**

REFERÊNCIAS **112**

1 INTRODUÇÃO

> [...] Veja bem, o que quero fazer não é a história das soluções, e essa é a razão pela qual não aceito a palavra "alternativa". Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. [...].
>
> *Michel Foucault*

1.1 Considerações e justificativa do objeto de pesquisa

Todo começo de pesquisa nasce de uma vontade. Há certamente uma inquietação, quiçá uma urgência, que impele um aprofundamento no objeto a ser estudado e a busca por seu desdobramento. Neste trabalho, pois, apresentamos resultado de pesquisa que foi desenvolvida no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde membros (alunos de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e pesquisadores em pós-doutoramento) do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), sob a orientação da Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, desenvolvem, desde 2006, subprojetos de pesquisa que buscam responder, da perspectiva de pressupostos teóricos da Memória e da Análise de Discurso, aliados a pressupostos das áreas da Ciência política, Filosofia e do Direito, questões concernentes a eixos temáticos entre os quais destacamos neste trabalho o eixo *Efeitos de memória, efeitos de verdade e efeitos de justiça em casos de ilícitos jurídicos, tais como crime de corrupção, improbidade administrativa, crimes de responsabilidade, e em processos de Impeachment no cenário político brasileiro*. Das pesquisas realizadas no LAPADis, vinculadas a esse eixo temático, destacamos, aqui, aquelas que possuem relação direta com o objeto deste trabalho e que, cada qual em sua medida, contribuíram para a contextualização e desenvolvimento das questões aqui levantadas:

Em *Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político*, Fonseca-Silva (2009) apresenta os primeiros resultados de pesquisa vinculada ao referido eixo e que teve como objetivos: i) identificar quantas das capas das edições de *Veja* que circularam de 1974 a 2008 foram dedicadas à política, aos processos eleitorais, aos governos e aos escândalos de corrupção política; ii) e analisar o funcionamento da espetacularização da política e da encenação discursiva dos escândalos de corrupção na abertura política e na chamada nova democracia brasileira.

Segunda a autora, os resultados das análises indicaram que a revista *Veja* dedicou: i) no período de março de 1974 a agosto 1989, cento e quinze capas à política no Brasil, das quais 25 a escândalos de corrupção; ii) no período de setembro de 1989 a julho de 2008, duzentos e trinta capas à política no Brasil, das quais quarenta e seis relacionadas às campanhas eleitorais (1989-2006) e cento e vinte e sete a escândalos de corrupção; iii) na campanha eleitoral de 1989 para presidente, oito capas (duas ao candidato Collor, duas ao candidato Lula, uma aos candidatos Lula e Brizola, duas aos candidatos Lula e Collor e uma à eleição em geral); iv) no período de janeiro de 1990 a setembro de 1992, cinquenta e duas capas à política e no período de 1992 a dezembro de 1994, vinte e sete capas; v) na campanha eleitoral de 1994 para presidente, oito capas (duas ao candidato Lula, quatro ao candidato FHC, uma aos candidatos Lula e FHC, e uma à eleição em geral); vi) na campanha eleitoral de 1998 para presidente, quatro capas (uma ao candidato Lula, uma ao candidato FHC e duas às eleições em geral); vi) no governo; no período de 1995 a 2002, sessenta e duas capas relacionadas à política no governo de FHC (vinte de Janeiro de 1995 a dezembro de 1998 e quarenta e duas de janeiro de 1999 a dezembro de 2002; vii) na campanha eleitoral de 2002, vinte e uma capas (oito capas a Lula e PT; duas a Roseana Sarney; uma a Ciro Gomes; uma a Lula, Ciro Gomes e José Serra, e três a eleição em geral); viii) na campanha eleitoral de 2006, oito capas (quatro ao candidato Lula e ao Partido dos Trabalhadores, uma ao ex-presidente FHC, uma ao candidato garotinho, uma ao candidato Geraldo Alkmim e uma à campanha em geral); ix) no período do processo de abertura política, vinte e cinco casos de escândalos de corrupção (nove no Governo Geisel, dez no Governo Figueiredo, seis no Governo Sarney); x) no período estudado da chamada nova democracia, duzentos e cinco escândalos (dezenove no Governo Collor, trinta e um no Governo Itamar, quarenta e seis nos Governos FHC, e cento e nove casos nos Governos Lula até julho de 2008 (FONSECA-SILVA, 2009).

A autora destaca que "o número de escândalos políticos e o número de escândalos políticos espetacularizados e discursivizados nas capas de ***Veja*** não coincidem" (FONSECA-SILVA, 2009, p. 200). Justifica que nem todos os escândalos ocorridos são discursivizados e que um escândalo pode ser discursivizado em capas de várias edições, ou seja, em sua suas palavras "nem todos os escândalos [...] são discursivizados e espetacularizados *na* e *pela* mídia, a exemplo de ***Veja***" (FONSECA-SILVA, 2009, p. 2002). Afirma que, das capas dedicadas à política nos período de 1974 a julho de 2009, cento e quarenta e oito discursivizam sobre escândalos e corrupção, das quais treze circularam no processo de abertura política (cinco no Governo Geisel, quatro no Governo Figueiredo e quatro no Governo Sarney) e cento e quarenta na chamada nova democracia brasileira (vinte e sete no

Governo Collor, quatorze no Governo Itamar, vinte e quatro nos Governos FHC e sessenta nos Governos Lula até julho de 2008. Isso significa que todos esses governos foram, conforme a autora,

> afetados por crimes de corrupção, desde obtenção e doação de favores como acesso privilegiado a bens ou serviços públicos até pagamento superfaturado de obras e serviços públicos para empresas privadas em troca do retorno de um percentual do pagamento para o governante ou para o funcionário público que determinou o pagamento; b) as cenas de corrupção política nesses governos foram validadas, ou seja, foram instaladas na memória coletiva pela repetição, pelo retorno e pela espetacularização na mídia; c) as cenas de corrupção validadas na mídia ocorreram tanto na esfera privada quanto na pública – burocrática e política; d) as relações de poder no Brasil, demarcadas pelas cenas validadas de escândalos, indicam apagamento das fronteiras entre as esferas publicas e privadas; e) a erupção dos acontecimentos discursivos, no sentido de Pêcheux (1983a; 1983b), relacionados à corrupção, mostram que a mídia, a exemplo da revista ***Veja***, têm "lugar de falar", poder de "falar" e de "sugerir" *onde* e *o que* olhar, *o que* ler e *como* interpretar" (FONSECA-SILVA, 2009, p. 2002).

A autora prossegue e destaca que no período autoritário, "marcado pela interdição, pelo controle e pelos constrangimentos próprios da ditadura" (FONSECA-SILVA, 2009, p. 2002), a mídia não discursivizou livremente sobre política e nem sobre corrupção pública e política, que "ganham destaque na democracia por esta ser um regime político em que os conflitos e atritos políticos se presentificam e, por isso, tornam-se mais visíveis" (FONSECA-SILVA, 2009, p. 2002), como nos governos do período da chamada nova democracia.

Em *Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia*, Viggiato (2012) apresenta resultados de pesquisa que teve como objetivo analisar a espetacularização do caso PC Farias na sua relação como o ex-presidente Fernando Collor de Mello. A autora analisou edições da Revista *Veja*, concluiu que a discursivização sobre Collor trouxe, em um primeiro momento, o mesmo como "um político competente que eliminaria as ilegalidades no serviço do funcionalismo público" (VIGGIATO, 2012, p. 77), para, em momento posterior, ao discursivizá-lo próximo a PC Farias e a práticas de corrupção, produzir um efeito-sentido de conivência.

Em *Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória*, Oliveira (2013) questionou, a partir de uma análise do *Impeachment* de Fernando Collor de Melo, porque o ex-presidente foi condenado pelo Senado - o que resultou na perda do mandato de presidente- e não foi condenado em processo criminal perante o STF, ainda que os dois processos tenham

sido amparados pelo mesmo conjunto de provas. O autor concluiu que a diferença de resultado nos dois julgamentos se deu em decorrência dos princípios adotados em ambos, visto que, enquanto no Senado o julgamento é político, no STF o julgamento é jurídico e, por isso, deve obedecer a princípios como o da presunção de inocência, nos quais se ancora o Direito Penal.

Em *Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do Mensalão como acontecimento discursivo*, Machado (2013) analisou a interferência da discursivização do "Mensalão" como escândalo político-mediático, no resultado das eleições gerais e municipais, nos anos de 2006 e 2008, no Brasil. A pesquisa demonstrou que a instauração e julgamento da Ação Penal nº 470/2007 devem ser compreendida em um contexto de disputa, conquista e manutenção de poder e que a espetacularização do "Mensalão" se constituiu como uma estratégia de disputa política eleitoral, que interferiu no resultado das referidas eleições.

Em *Mídia e discursividade: Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção*, Barbosa (2014) analisou a relação discursiva entre Dilma Rousseff e Lula; entre Dilma e os radicais do PT e, entre Dilma e o fenômeno da corrupção quando relacionado ao PT. Para tanto, Barbosa (2014) constituiu o *corpus* de edições da Revista *Veja* que discursivizaram sobre Dilma enquanto pré-candidata/candidata às eleições presidenciais de 2010 e como presidente em seu primeiro mandato. O autor concluiu que há o funcionamento de uma relação de proximidade e de afastamento entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula, a partir do entrecruzamento com outros dois funcionamentos discursivos: o da relação Dilma e “radicais” do PT, e o da relação Dilma e corrupção no Governo PT. Barbosa (2014) identificou uma relação de cumplicidade entre os sujeitos políticos Dilma e Lula, posto que esses dois sujeitos apareceram ocupando a posição do não radical, em oposição à posição discursiva ocupada pelos “radicais” do PT. Em um segundo momento, Dilma aparece ocupando uma posição discursiva de oposição aos chamados “radicais do PT”, nesse momento, a relação discursiva entre Dilma e Lula, passa a ser de desvencilhamento, embora seja reafirmada uma memória na qual Dilma tem uma “dívida eleitoral” com Lula. Os resultados da pesquisa indicaram, ainda, que, nesse segundo momento, Dilma e Lula ocupam posicionamentos discursivos distintos em relação ao modo de governar e de lidar com o PT. Ainda, Dilma aparece numa posição de conflito com o Partido dos Trabalhadores, enquanto que o sujeito político Lula pode ser confundido com o partido. Na discursividade sobre a relação Dilma e corrupção no governo PT, foi identificado um funcionamento discursivo no qual Dilma não compactua com a corrupção denunciada em seu governo, estando a mesma em uma relação discursiva de

conflito com aliados políticos ligados a Lula, ou mesmo com ele. Os casos de corrupção descobertos durante o Governo Dilma são atribuídos ao Governo Lula, o que indica também que nos discursos sobre corrupção, Lula e Dilma aparecem em lugares distintos, ao passo que Lula e o PT ocupam o mesmo lugar discursivo.

Em *Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais*, Brito (2016) analisou efeitos-sentido que foram retomados e atualizados nas Eleições Presidenciais de 2014 no Brasil, ano em que Dilma foi reeleita Presidente da República, nas discursivizações dos periódicos *Veja e Istoé*, e na rede social *Facebook*. Os resultados dessa análise indicaram que os efeitos-sentido de divisão do Brasil funcionaram no acontecimento das eleições presidenciais do período de 1989 a 2010, de modo que o Brasil apenas ressurgiu dividido no acontecimento das eleições de 2014. Identificou também o funcionamento de um efeito-sentido de divisão do Brasil por classe social na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 1989, 2006 e 2010. Um efeito-sentido de divisão do Brasil por região na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2006, 2010 e 2014, sendo que os eleitores das regiões Norte e Nordeste identificaram-se com o candidato do PT e os eleitores das regiões Sul e Sudeste identificaram-se com o candidato do PSDB ou com o candidato do PV. Um efeito-sentido de divisão do Brasil entre a posição-sujeito de eleitor petista e a posição-sujeito de eleitor antipetista: efeitos de petismo e antipetismo relacionados a divisão do Brasil entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2014; E por fim, na rede social *Facebook*, na repercussão das Eleições de 2014, o efeito de divisão entre petismo e antipetismo que surgiu como um acontecimento novo das eleições de 2014 e reforçou a massificação do discurso de divisão.

Em *Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello*, Santos (2016) discutiu o *Impeachment* de Fernando Collor de Mello, dentro de um contexto de espetacularização midiática, e sob o referencial teórico de Paul Ricoeur (2007) quanto aos efeitos de memória - abuso de memória e efeitos de justiça. Partindo do pressuposto de que os efeitos de memória e de justiça são inerentes ao ato de julgar, “mas que estes incidiram de modo diverso no juízo político e no juízo jurídico aos quais o caso Collor foi submetido” (SANTOS, 2016, p. 7), pois os julgamentos tiveram resultados diversos, Santos (2016) aponta que tal divergência se deu em razão do grau de influência da técnica jurídica em cada instância. Santos (2016) concluiu que no âmbito político “prevaleceram a conveniência e a oportunidade, ensejando o espírito de vingança”, e no âmbito jurídico “prevaleceram os princípios processuais, de modo que, na falta de provas

substanciais que atestassem a autoria e a materialidade dos crimes imputados a Collor, este foi absolvido em favor do senso de justiça".

Em *Efeitos-sentido nas justificativas favoráveis à Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff*, Luz (2018) analisou a Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment*, ocorrida na Câmara dos Deputados enquanto acontecimento discursivo, concluindo que tal acontecimento instaurou novos sentidos. Luz (2018) identificou em seu trabalho efeitos-sentido e efeitos de memória que atravessaram as justificativas dos votos dos deputados federais que votaram pela admissibilidade do processo de *Impeachment*, concluindo que a maior parte desses votos não se relacionava com o objeto da acusação, as chamadas "pedaladas fiscais", mas tomava como justificativa outros motivos.

Em *A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff,* Costa (2018) analisou a Sessão de Julgamento do *Impeachment* de Dilma Rousseff que ocorreu no Senado Federal entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016. Costa (2018) analisou o *Impeachment* de Dilma como acontecimento discursivo, visto que tal acontecimento instaurou novos discursos, novos sentidos. Na análise de sequências discursivas da referida Sessão, Costa (2018) analisou quais sujeitos foram convocados a ocupar a posição-sujeito réu naquele acontecimento, concluindo que, além de Dilma Rousseff, Lula e o Partido dos Trabalhadores foram convocados a ocupar tal posição.

As pesquisas relacionadas acima fazem parte, como já dito, de um projeto maior de pesquisa do GPADis que busca analisar, por meio de dispositivos da Análise de Discurso e de teorias sobre a Memória, os escândalos de corrupção ao longo da história do país, principalmente no que se refere ao momento de redemocratização. Esse fio condutor das pesquisas, o tema da corrupção, tem relação direta com a atualidade dos principais eventos políticos nacionais, inclusive com o *Impeachment* da primeira mulher presidente do país.

A pesquisa emergiu, então, da necessidade de se analisar a discursivização desta "história do presente"[1], limitando-se ao que foi discursivizado na Revista *Veja* sobre a trajetória dessa primeira presidente mulher, ainda como candidata, até o momento de seu impedimento.

Selecionamos a Revista *Veja*, enquanto um lugar de memória discursiva, por ela ser um exponencial da mídia escrita em nosso país no seguimento revista de informação - a mais

[1] Termo disposto por Heliana de Barros Conde Rodrigues nos textos Michel Foucault no Brasil: esboços de história do presente (2011) e Sonhos de história - Diretrizes para uma pesquisa sobre Michel Foucault no Brasil (2011), onde a autora propõe o presente como locus para orientar sua pesquisa histórica. Aqui, tomamos esse termo pois entendemos que embora a eleição e impeachment de Dilma Rousseff temporalmente estejam no passado, seus desdobramentos e consequências fazem parte do desenrolar do presente.

antiga que se encontra em circulação no Brasil, além de ser a maior em número de assinantes (FONSECA-SILVA, 2007), bem como pelo fato da ampla cobertura que dá ao cenário político brasileiro, e consequentemente, deu ao sujeito político Dilma Rousseff, enquanto candidata e presidente, e ao seu *Impeachment*.

Compreendendo que as mídias funcionam como lugares de memória discursiva que a revista *Veja*, neste sentido, é um desses lugares que se constituem, ao mesmo tempo, como espaços de contradição, de construção e de desconstrução, perguntamos em quais posições-sujeito Dilma foi convocada a ocupar na discursivização de edições de *Veja* que circularam entre os anos de 2010 e 2017; e que efeitos-sentidos são produzidos nessas posições. Colocamos as seguintes hipóteses para serem discutidas e até refutadas, mas que, por ora, defendemos neste trabalho: No trabalho de memória da revista *Veja*, entre 2010 e 2016, do lançamento de sua candidatura ao seu impedimento, Dilma Rousseff foi convocada a ocupar duas posições-sujeito antagônicas: efeito de competência ao cargo de presidência e efeito de incompetência ao cargo de presidência. O trabalho de memória produziu o efeito de construção e de efeito de desconstrução

Com vistas a responder às questões levantadas e confirmar as hipóteses apresentadas, traçamos um percurso teórico-metodológico para a análise do *corpus* constituído, que será descrito a seguir.

1.2 Percurso metodológico e constituição do arquivo e do *corpus*

Inicialmente, na constituição do *corpus* deste trabalho, foram selecionadas e catalogadas as edições da Revista *Veja* publicadas entre os anos de 2010 a 2017. Posteriormente, foram selecionadas as capas das edições que tratavam da política nacional, seja como chamada principal ou como chamada secundária, nas quais observamos a discursivização nesse periódico acerca de Dilma Rousseff enquanto candidata à presidência (em 2010 e em 2013), presidente eleita (de 2011 a 2014 e de 2015 a 2016), presidente afastada (2016) e que sofreu o *Impeachment* (2016), tendo sido selecionadas e catalogadas as capas e reportagens correspondentes às edições de *Veja* que traziam nas chamadas principais ou secundárias o sujeito político Dilma Rousseff. Além disso, algumas matérias ou sessões da revista (como a Carta ao Leitor e as Páginas Amarelas – sessão de entrevista) também foram selecionadas quando as mesmas funcionaram como complemento às matérias de capa. O *corpus* se estendeu ao limite temporal de dezembro de 2017, pois consideramos que era

necessário avaliar essa discursivização também no pós-impedimento, porque a Revista *Veja*, ainda nesse ano, discursivizou sobre os sujeitos políticos analisados neste trabalho (Dilma Rousseff, mas também Lula e o Partido dos Trabalhadores.

Na coleta de dados foram catalogadas 384 edições da Revista *Veja* publicadas entre janeiro de 2010 e dezembro de 2017. Dessas edições, foram selecionadas as que trouxeram o tema política nacional na capa, totalizando 289 edições. Das 289 edições que trataram sobre política foram catalogadas as que trataram da ex-presidente Dilma Rousseff de forma geral (68 edições), dentre as quais foram catalogadas, ainda, aquelas que trataram sobre a presidente Dilma Rousseff vinculada direta ou indiretamente ao fenômeno da corrupção (19 edições). Foram analisadas todas as edições que veicularam Dilma Rousseff na capa. Para a análise, mobilizamos os dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso.

1.3 Pressupostos teóricos: *algumas considerações*

Conforme Fonseca-Silva (2007) a disciplina de Análise de Discurso surgiu no fim da década de 60 fundada pelo linguista francês Jean Dubois e pelo filósofo francês Michel Pêcheux que buscaram na Linguística novas formas de abordar a política, "a fim de romper com a forma tradicional de explicação de texto ou de comentário" (FONSECA-SILVA, 2007, p. 80). Conforme a autora, a Análise de Discurso fundada por Pêcheux em 1969 e da qual faremos uso neste trabalho, desenvolveu-se no embate entre os pressupostos teóricos dos estudiosos Anthusser, Lacan, Foucault e Derrida, entre outros. Pêcheux constituiu, então, a AD, na articulação entre materialismo histórico, linguística e teoria do discurso, "atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)" (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 164) e "tomou o discurso na sua relação com a língua como objeto de estudo" (FONSECA-SILVA, 2007, p. 80).

1.3.1 Discurso como efeito-sentido entre posições-sujeito

Conforme Orlandi (2015), Michel Pêcheux, ao elaborar a Análise de Discurso, propõe "uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios" (ORLANDI, 2015, p.7). Assim, a AD não atua em lugares já estabelecidos do conhecimento, mas nos vãos deixados por estes, nos entremeios, que a autora chama de

"interstícios disciplinares", estão também no contato do histórico com o linguístico, onde se constitui a materialidade do discurso, objeto da AD.

> O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, [1993] 2015a, p. 51).

Esse discurso, que atravessa a materialidade linguística é que interessa a AD. Pêcheux ([1983], 2015a) esclarece ainda que a Análise de Discurso, por meio de seu dispositivo analítico, permite a análise das materialidades discursivas a partir do encontro destas com a língua e a história, que é onde ocorrem os processos de significação. Conforme o autor, a língua é constituída pela falha, pelo equívoco, pela ambiguidade, e o discurso, por sua vez, constitui-se na sua relação com a história e como um efeito, um efeito-sentido que sempre escapa ao logicamente estabilizado. Significar, portanto, não está na ordem da língua, tampouco de outros domínios semióticos, mas na ordem do discurso.

> A Análise de Discurso, enquanto disciplina de interpretação, está construindo procedimentos para expor o olhar-leitor à opacidade tanto da língua quanto de outros domínios semióticos, colocando em jogo o outro enquanto espaço real de leitura, o que significa que os diversos domínios semióticos, assim como a língua, não são transparentes, pois funcionam como lugar material onde os efeitos se realizam (FONSECA-SILVA, 2005, p. 3-4)

Para Pêcheux ([1969] 1993), o discurso "não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um 'efeito-sentidos' entre os pontos A e B" (PÊCHEUX, [1969] 1993). O discurso deve ser compreendido como efeito-sentido entre posições-sujeito em determinada estrutura social.

1.3.2 O sujeito do discurso

As noções de ideologia e inconsciente são ressignificados ou reterritorializados na AD para que a questão do sujeito e do sentido sejam mobilizados como efeitos. O sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar

sentido, a significar-se, e o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. (ORLANDI, 2005, p. 02).

O sujeito do discurso não é fonte do sentido, mas, conforme define Orlandi (1999) “é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 2009, p. 17). O indivíduo torna-se sujeito quando interpelado pela ideologia.

A ideologia, assim como o inconsciente, é uma estrutura-funcionamento que permite que o sujeito produza o dizer (ORLANDI, 2009). Segundo Orlandi (2015), a noção de ideologia é ressiginificada pela AD, a partir da consideração da linguagem, definindo-a discursivamente.

> O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas convicções materiais de existência. (ORLANDI, 2015, p. 43-44)

A ideologia funciona como um mecanismo de apagamento da interpretação, ou seja, é através dela que o significado da língua aparenta ser transparente, sem opacidade alguma. Desse modo, a ideologia funciona como uma “condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos” na Análise de Discurso (ORLANDI, 2015, p. 44).

O sentido é, portanto, produto da relação sujeito-língua-história, não havendo discurso sem sujeito, ou sujeito sem ideologia. O sujeito é sempre afetado pela ideologia, pela língua e pela história, e, por isso, só tem acesso a parte do que diz.

Conforme Orlandi (2009, p. 49), o sujeito "é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à" e só pode ser pensado como uma "posição", "não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz" (ORLANDI, 2009, p. 49).

Segundo Pêcheux ([1975] 1993), o sujeito é uma posição que pode ser ocupada por qualquer indivíduo que com ela se identifique. De acordo com o autor, “sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo da interpelação/identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, [1975] 1993, p. 145), o sujeito toma posições ao enunciar, sob a ilusão de que tem domínio do que pensa e do que diz. A Análise de Discurso, portanto, pressupõe a historização do sentido, a sua não literalidade e o descentramento do sujeito que, afetado pelo esquecimento, é sempre já assujeitado.

1.3.3 Discurso e memória discursiva

Para Pêcheux ([1983a] 2015a), a memória é compreendida "não no sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador" (Pêcheux, [1983a] 2015a, p. 44).

Segundo Fonseca-Silva (2007a), Courtine (1981) opera o deslocamento da noção de memória, resultado do *campo associado*, postulado por Foucault, para fazer funcionar no seu trabalho, intervindo nas materialidades no eixo vertical, ou seja, no nível do interdiscurso. No seu trabalho, a noção de memória discursiva concerne à *existência histórica do enunciado* no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. A partir deste deslocamento, Pêcheux ([1983a] 2015a) define a memória discursiva como:

> [...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015a[1983a], p. 46).

Tais implícitos estariam, conforme Pêcheux ([1983a] 2015a) ao examinar os estudos de P. Archard ([1983] 2015), nos efeitos das regularizações, repetições dos discursos. O autor destaca que, para P. Achard “haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX ([1983a] 2015). Essa regularidade estaria sempre suscetível a tornar-se outra coisa a partir do acontecimento discursivo novo "que vem perturbar a memória". Segundo o autor:

> [...] a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se, conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa "regularização" e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, [1983a] 2015a, p.46).

A memória é definida por Pêcheux ([1983a] 2015a) como um espaço heterogêneo que permite a retomada de já ditos na ocorrência do acontecimento discursivo, permite a atualização dos discursos já existentes, mas também tende a absorver o acontecimento discursivo novo, que tende a perturbar a rede dos "implícitos", desconstruindo a regularização existente e produzindo uma nova série sobre a anterior, alterando-a desde o seu começo, o que seria o produto do acontecimento. Conforme o autor:

> [...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramento, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, [1983a] 2015a, p. 50).

Desse modo, na memória discursiva, tanto é possível manter uma regularização pré-existente, como também, por outro lado, criar-se um jogo de forças que a desregule. A memória na AD, portanto, se constitui no nível da mobilidade, do movimento, do conflito.

Fonseca-Silva (2007b), ao tratar sobre a memória, aponta o que Nora (1984), com base em Halbawachs, defendeu sobre a necessidade de criar *lugares de memória* para que a memória possa existir em algum lugar. Segundo a autora, Nora (1984) acredita que os *lugares de memória* são um misto de história e memória, e a memória seria um objeto da história, filtrado por ela. Para o autor tudo o que se diz sobre memória é história, e o que resta são os *lugares de memória*, que ele considera como "rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidadades passageiras em uma sociedade que dessacraliza" (FONSECA-SILVA, 2007b, p. 19).

Tais lugares, para o autor, são carregados de uma vontade de memória e funcionam como lugares materiais, funcionais e simbólicos, onde a memória coletiva se expressa e se revela, quais sejam: museus, coleções, arquivos, cemitérios, entre outros signos; visto que,

ainda conforme o autor, a memória não é espontânea, e portanto é preciso realizar operações não naturais como criar arquivos, comemorar aniversários etc. Um lugar de memória para o autor, seria, assim, o objeto de um ritual (NORA, 1984 *apud* FONSECA-SILVA, 2007b).

Na perspectiva da AD, para Fonseca-Silva (2007b), os lugares de memória são investidos do simbólico, de modo que "toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva" (FONSECA-SILVA, 2007, p. 19).

Nesse sentido, para que se compreenda o modo como as mídias podem funcionar como lugares de se faz necessário refletir sobre "como se dá a apropriação de um real fragmentado e disperso e a construção de um imaginário que se confunde com o próprio real nas materialidades simbólicas de significação que envolvem o verbal e o não verbal" (FONSECA-SILVA, 2007b, p. 25).

Deste modo, assim como a autora em seu trabalho, tomamos as mídias como materialidades simbólicas de significação e, portanto, como lugares de memória discursiva. É, nesse escopo que tomamos o periódico *Veja* como um lugar de memória discursiva sobre a trajetória da ex-presidente Dilma Rousseff enquanto candidata e presidente eleita, entre os anos de 2010 a 2017, como veremos mais adiante.

1.4 Organização da dissertação

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, que constitui esta **INTRODUÇÃO**, foram apresentadas as considerações iniciais sobre o objeto a ser estudado, com a apresentação do tema, do problema aqui discutido e das questões levantadas sobre o mesmo, como como sobre as hipóteses e objetivos do trabalho. Além disso, apresentamos o percurso metodológico, o *corpus* da pesquisa e os pressupostos teóricos que a nortearam.

No segundo capítulo, intitulado **DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: CONSTRUÇÃO**, foi feita a análise do *corpus* selecionado referente à primeira campanha a presidência de Dilma Rousseff, até o final do seu primeiro mandato, o que compreendeu o período de 2010 e parte de 2014. Nesse capítulo discutimos, ao mobilizarmos os conceitos da Análise de Discurso (AD), a construção de Dilma Rousseff como presidente, a partir de um movimento de aproximação e afastamento entre ela e Lula, e entre ela e o PT.

No terceiro capítulo, intitulado **DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: DESCONSTRUÇÃO**, foi feita a análise do *corpus* selecionado referente à primeira

campanha a presidência de Dilma Rousseff, até o final do seu primeiro mandato, o que compreendeu o período de segundo momento de 2014 até 2016. Nesse capítulo discutimos, também mobilizando os pressupostos da Análise de Discurso (AD), a desconstrução de Dilma Rousseff como presidente.

O último e quarto capítulo comporta as **CONSIDERAÇÕES FINAIS** sobre a pesquisa traçada, destacando os principais resultados das análises.

Por fim, foram apresentadas as **REFERÊNCIAS** utilizadas na construção teórica e analítica desta escrita, bem como os anexos necessários à composição do trabalho.

2 MEMÓRIA E EFEITOS DE CONSTRUÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*

> [...] nunca escrevi nada além de ficções. Com isso não quero dizer que elas estejam fora da verdade. Parece-me plausível fazer um trabalho de ficção dentro da verdade, introduzir efeitos de verdade dentro de um discurso ficcional e, de algum modo, fazer com que o discurso permita surgir, fabrique, algo que ainda não existe, portanto ficcione algo. Ficciona-se a história partindo de uma realidade política que a torna verdadeira; ficciona-se uma política que ainda não existe partindo de uma verdade histórica.
>
> *Michel Foucault*

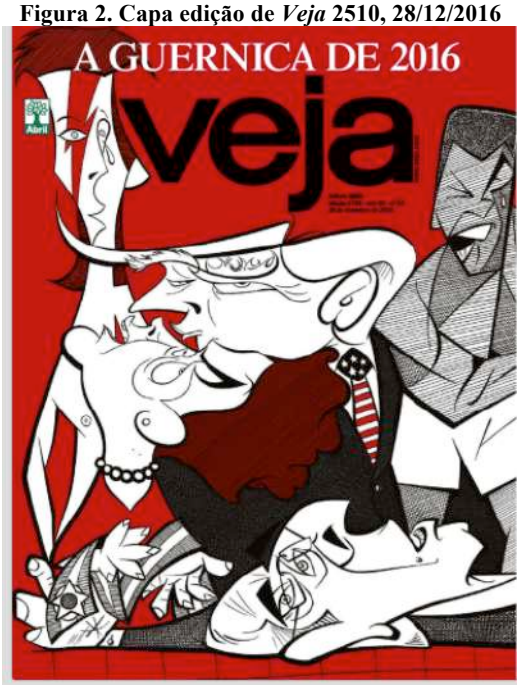
2.1 Considerações iniciais

A trajetória política de Dilma Rousseff relacionada ao cargo de Presidente da República teve início em 2010 quando seu nome começa a ser relacionado como opção de candidata do PT, sucedendo-se até o momento posterior a seu *Impeachment,* ocorrido em 2016. Aqui analisamos esta trajetória na ampla discursivização da Revista *Veja* sobre este sujeito político, a qual se deu não apenas por ela ter ocupado, em 2011 o cargo máximo da nação, mas também por reunir algumas condições que propiciaram essa multiplicidade de discursos: ser ex-guerrilheira de um dos principais grupos armados da década de 60; ter sido presa e torturada; ter sido a primeira mulher a se tornar presidente desta República (FONSECA-SILVA, 2012), ser a sucessora do ex-presidente Lula, ter sido reeleita, ter sofrido *Impeachment*.

Mas como foi construída a discursivização de Dilma Rousseff em *Veja,* enquanto lugar de memória discursiva? Quais discursos encontram-se ali em funcionamento? O que pode ser observado entre a primeira edição de 2010 da revista em que Dilma Rousseff apareceu na capa da edição 2153 de 24/02/2010 (Figura1) ainda no ano da primeira campanha eleitoral, quando ela foi discursivizada como a candidata moderada do PT em contraposição aos radicais do partido, e na última capa da edição 2510 de 28/12/2016, em que é representada por uma caricatura com a faixa presidencial nas mãos que olhar para o alto, sob o título "A guernica de 2016", em referência ao quadro de Pablo Picasso, que produz o efeito de representação de violência da guerra, utilizando elementos do simbólico para demonstrar a impotência diante de sua brutalidade (PESAVENTO, 2006)? Guernica', de Picasso.

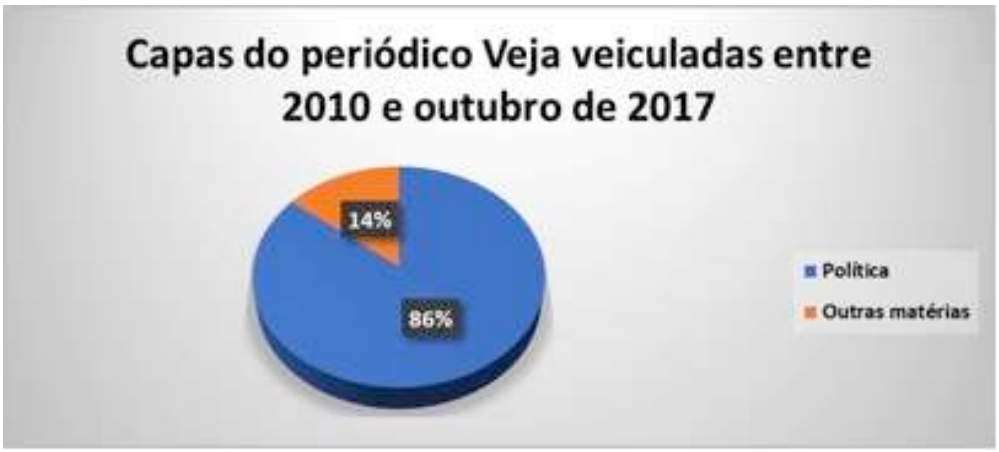
Figura 1. Capa edição *Veja*, 2153, 24/02/2010

Figura 2. Capa edição de *Veja* 2510, 28/12/2016



Como já dito, o presente trabalho fez um recorte temporal que abrange as capas de *Veja*, e respectivas reportagens, bem como outras seções da própria revista que se relacionem com a capa em questão, como as "páginas amarelas" e "carta ao leitor", nas quais aparece Dilma Rousseff, e que se referem ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2017. Nesse período foram publicadas 338 edições de *Veja*, sendo que dessas, 289 edições tinham capas que se referiam a temas relacionados à política nacional, seja em chamadas principais ou secundárias.

Gráfico 1. Temas de capas de edições *Veja* veiculadas entre dezembro de 2010 e dezembro de 2017



Dessas edições, 68 capas referiam-se a Dilma Rousseff, ou seja, 19% (dezenove por cento) delas, menos de 1/3 (um terço) das capas que tratavam de política nacional discursivizaram sobre o sujeito político Dilma Rousseff, seja em chamada principal ou em chamadas secundárias (Vide gráficos a seguir).

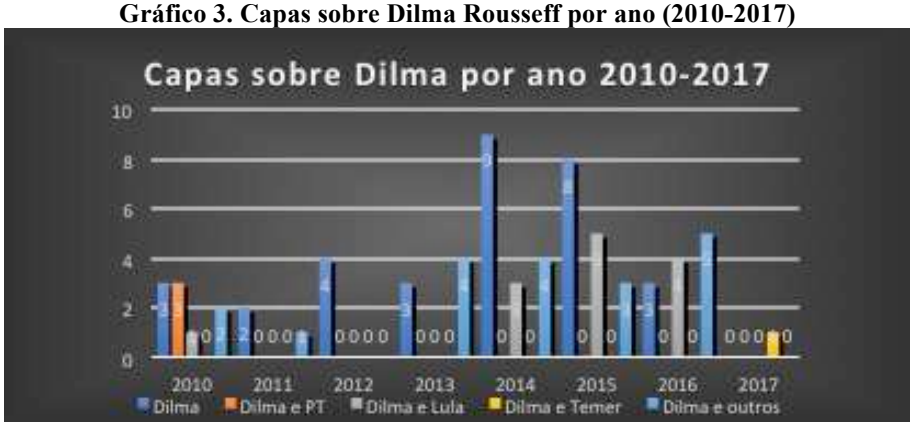
Gráfico 2. Capas de edições de *Veja* que tratam de Dilma Rousseff e que circularam entre janeiro de 2010 e dezembro de 2017

A discursivização da ex-presidente Dilma Rousseff como candidata oficial à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores – PT começou em *Veja* no ano da disputa eleitoral de 2010. O cenário político dessa eleição no país se configurou após 8 anos de governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, também pelo PT (2002-2010).

Lula, que concorreu às eleições para presidente desde a primeira disputa do Brasil redemocratizado, em 1989, quando perdeu, no segundo turno, para Fernando Collor de Mello (BRITO, 2016), perdeu ainda as eleições presidenciais em 1994 e 1998, nos primeiros turnos, para o candidato Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB. Mas, em 2002 e 2006, Lula venceu as eleições contra os candidatos do PSDB, José Serra e Geraldo Alckmin, respectivamente, ambos no segundo turno (BRITO, 2016), o que desenhou uma disputa entre os dois partidos, PT e PSDB, bem como colocou Lula em destaque na sucessão eleitoral de 2010, já que o presidente reeleito, não mais se candidataria, e, como o principal nome público do Partido dos Trabalhadores, teria papel fundamental na escolha de seu sucessor, ou, no caso, da sua sucessora.

Das edições de *Veja* que discursivizaram sobre a ex-presidente Dilma, entre 2010 a 2017, o gráfico 3 apresenta no número de capas por ano em que Dilma tem destaque, como podemos ver a seguir:

Gráfico 3. Capas sobre Dilma Rousseff por ano (2010-2017)



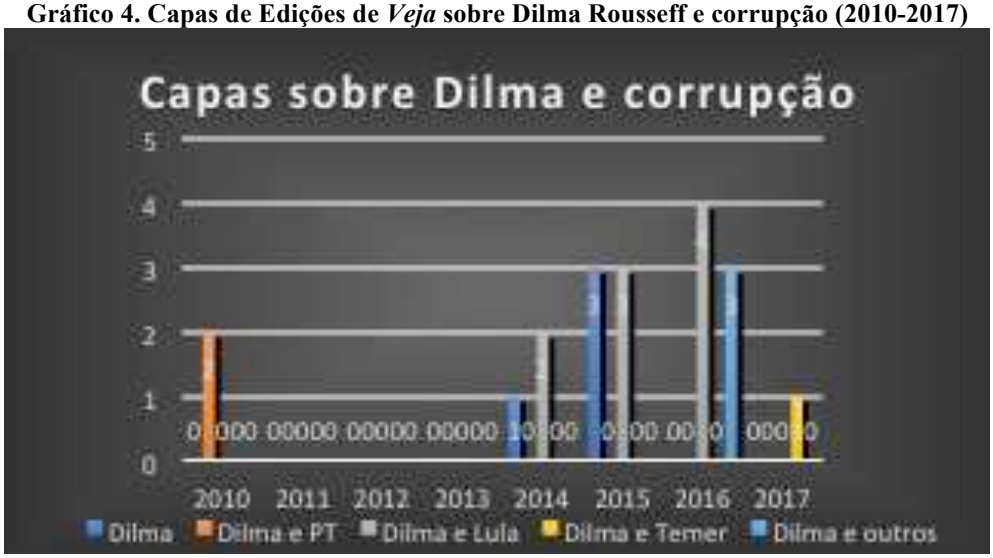
Conforme o gráfico acima, no ano de 2010, *Veja* veiculou 03 capas sobre Dilma, 03 capas sobre Dilma e o PT, 01 capa sobre Dilma e Lula e 02 capas sobre Dilma e outros sujeitos políticos, diferentes de Lula, PT e Michel Temer. No ano de 2011 foram veiculadas 02 capas sobre Dilma e 01 capa sobre Dilma e outros sujeitos políticos. Já no ano de 2012, foram publicadas 04 capas sobre Dilma. Em 2013, por sua vez, foram veiculadas 03 capas sobre Dilma e 04 capas sobre Dilma e outros sujeitos políticos. Já em 2014, ano de campanha para reeleição e último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, foram publicadas em *Veja* 09 capas sobre Dilma, 03 capas sobre Dilma e Lula e 04 capas sobre Dilma e outros. No ano de 2015 foram publicadas 08 capas sobre Dilma, 05 capas sobre Lula e 03 capas Dilma e outros. No ano de 2016, ano em que ocorreu todo o processo de *Impeachment*, foram veiculadas 03 capas sobre Dilma, 04 capas sobre Dilma e Lula e 05 capas sobre Dilma e outros. Por fim, até dezembro de 2017, primeiro ano após o impedimento de Dilma Rousseff, foi publicada apenas 01 capa da mesma em conjunto com Michel Temer, vice-presidente na sua chapa e seu sucessor no cargo de presidente após o *Impeachment*.

Verificamos assim, no *Gráfico 3,* que detalha, por ano, a quantidade de edições em que Dilma figurou como capa da revista, que entre 2011 e 2013 poucas capas veicularam sobre a então presidente, quando comparamos com o período de 2014 a 2017 (na importância de 12/20). Também foi possível identificar que, entre 2014 e 2017, um número expressivo de capas com Dilma e Lula juntos foram veiculados no periódico, aproximando os sujeitos políticos, diferente do primeiro mandato da então presidente, em que, até 2013 nenhuma capa é veiculada com Dilma e Lula juntos (numa proporção de apenas uma revista de 2010 a 2013, contra doze delas de 2014 a 2017).

Considerando a justificativa legal para a abertura do processo de *Impeachment*, bem como o quanto apontado nos trabalhos de Luz (2018) e Costa (2018) sobre as justificativas dos votos nas sessões de admissibilidade e julgamento do Impeachment, entendemos pela

necessidade de verificar a relação entre Dilma Rousseff e o fenômeno da corrupção nas capas publicadas no período analisado, já que nos trabalhos citados é discursivizada uma relação entre o Impeachment de Dilma Rousseff e o fenômeno da corrupção, ao que chegamos aos dados:

Gráfico 4. Capas de Edições de *Veja* sobre Dilma Rousseff e corrupção (2010-2017)



Das capas que relacionam o sujeito político Dilma e a corrupção temos, em 2010, 02 capas sobre Dilma, o PT e a corrupção. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 nenhuma capa relacionou a presidente ao fenômeno da corrupção, ao passo que em 2014 foi publicada 01 capa relacionando Dilma à corrupção e 02 capas relacionando Dilma, Lula e a corrupção. Já no ano de 2015, 03 capas foram publicadas relacionando Dilma e a corrupção, enquanto que 03 capas relacionaram Dilma e Lula à corrupção. Em 2016, 04 capas relacionaram Dilma e Lula à corrupção, enquanto que 03 capas foram publicadas envolvendo Dilma e outros sujeitos políticos à corrupção. Por fim, em 2017, houve a publicação de 1 capa relacionando Dilma e Temer à corrupção.

Veja discursivizou em seus periódicos sobre a corrupção, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5. Capas de Edições de *Veja* sobre corrupção geral por ano (2010-2017)

Das capas que tratavam da temática da corrupção no Brasil, identificamos em *Veja* uma crescente na abordagem sobre o tema nas capas da revista entre os anos de 2010 e 2017: em 2010 foram publicadas oito capas; em 2011, onze capas; em 2012, vinte e sete capas; em 2013, dezenove capas; em 2014, dezenove capas; em 2015, vinte e duas capas; em 2016, trinta e duas capas; e, até dezembro de 2017, foram publicadas quarenta e uma capas abordando o tema da corrupção.

No que se refere às edições que aproximam Dilma da corrupção, temos, quando comparamos com o número de edições dedicadas a aproximação entre Lula e a corrupção e entre o PT e a corrupção, o seguinte cenário:

Gráfico 6. Capas de edições de *Veja* que tratam do PT, Lula, Dilma e corrupção (2010-2017)

Das capas que aproximam os sujeitos políticos PT, Lula e Dilma à corrupção, verificamos que 37 capas relacionaram o PT à corrupção, 49 capas relacionaram Lula à corrupção e 18 relacionaram a então presidente, Dilma, à corrupção.

Verificamos, desse modo, que a aproximação de Dilma à corrupção é, numericamente, bem menor, quando a comparamos com aproximação da corrupção ao ex-presidente Lula e ao PT.

2.2 Memória e efeitos de construção na posição-sujeito presidenciável

A edição 2153 de 24 de fevereiro de 2010 dá início à discursivização em *Veja* sobre Dilma Rousseff como candidata. As formulações linguísticas da capa apresentada na figura 1, no tópico 2.1, e da respectiva reportagem foram atravessadas por discursos sobre o papel de Lula na escolha de quem lhe sucederia - "**O PT aceita oficialmente a candidatura imposta por Lula. Resta saber o que Dilma aceitará do PT no caso de chegar à Presidência da República**" (*VEJA*, 2153, p. 51, grifos nossos).

Essa formulação produziu não apenas efeitos-sentido sobre o poder de Lula nesta escolha – **a candidata imposta** (p. 51, grifo nosso) –, como também foi atravessada por um efeito-sentido de tensão entre os sujeitos políticos Dilma Rousseff e PT, como já afirmado por Barbosa (2014). Na análise das formulações linguísticas da referida reportagem, esse efeito-sentido de tensão entre Dilma e PT pode ser identificado quando é discursivizado que Dilma, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, era a candidata do então presidente, mas não a escolha do Partido dos Trabalhadores ou, ao menos, não era consenso entre seus correligionários.

Verificamos também este efeito-sentido de tensão quando duas das três chamadas secundárias estabeleceram elementos dispostos de forma a indicar um efeito de contraposição entre pontos que se distinguem: a) A candidata e os radicais do PT; b) Entre a ideologia e o pragmatismo.

Na primeira sequência discursiva, o PT ocupa o lugar do "radical" e Dilma o lugar do "não-radical", marcando ambos em posições distintas, de modo que a posição-sujeito ocupada por Dilma está do lado oposto aos chamados "radicais do PT" (BARBOSA, 2014, p. 32), e, na segunda sequência discursiva, "ideologia" e "pragmatismo" funcionam como lugares opostos quando significados no interior do PT, e Dilma, por sua vez, deve escolher um desses dois lugares (BARBOSA, 2014, p. 33).

Na discursividade dessa edição, o percurso de construção de Dilma Rousseff enquanto presidenciável/candidata começa a ser delineado, o que atravessará também as sequências discursivas sobre a mesma como presidente, posteriormente. Nesse momento, conforme se distancia da "ala radical do PT", Dilma Rousseff ocupa uma posição-sujeito presidenciável.

Já nas materialidades da reportagem relacionadas à capa daquela edição, foi discursivizado que a candidata Dilma Rousseff precisava agradar, por um lado, ao Partido dos Trabalhadores, em especial à sua ala mais radical, e, por outro, precisava mostrar que não era *mais do mesmo*, ou seja, que "**A realidade mudou, e nós com ela**" (grifo nosso), o que produziu um efeito-sentido de Dilma como uma opção de mudança, mesmo dentro do PT, partido que estava no poder à época.

Foi apresentada assim, em *Veja*, "**A versão eleitoral"** (*VEJA*, edição 2153, p. 52, grifo nosso) de Dilma Rousseff:

> Seu **repto** eleitoral é de uma **ousadia ímpar**. **Sem nunca ter enfrentado nem eleição de condomínio**, ela vai buscar os votos dos eleitores para tentar suceder ao mais popular presidente da República da história brasileira recente. **Organizada e centralizadora**, ela vai se deixar levar caoticamente por uma caravana eleitoral que exige fôlego de atleta, concentração de enxadrista e prontidão circense. **Com um humor superficial facilmente azedável e dona de opiniões incontrastáveis**, quase hieráticas, **sobre os temas técnicos mais arcanos**, ela vai ter de retribuir com sorrisos artificiais nos palanques os comentários mais estúpidos. E tome buchada de bode, maionese, feijão de corda e copos de Cravo Escarlate, a infusão energizante feita com dezesseis ervas consumidas pelos ritmistas da Imperatriz Leopoldinense durante o desfile de Carnaval. **Dilma provou, quase se engasgou, mas recuperou o fôlego e secou o copo** (*VEJA*, 2153, p. 52, grifos nossos).

Identificamos na sequência discursiva acima um efeito-sentido de desafio e de oposição a algo, na discursivização de *Veja* quanto à candidatura de Dilma Rousseff – Seu **repto** eleitoral **é de uma ousadia ímpar** (p. 52, grifo nosso). O pleito eleitoral foi discursivizado como um desafio por ser a primeira candidatura de Dilma a um cargo eletivo, e já ao cargo político mais alto da nação. Esse lugar – posição-sujeito presidenciável/candidata – desafia e se opõe a alguns elementos na discursivização de *Veja*, como veremos a seguir.

A posição-sujeito candidata aparece em *Veja* em contraposição à própria Dilma Rousseff, enquanto sujeito pragmático, já que a mesma foi discursivizada como "**organizada e centralizadora**" (p. 52, grifo nosso), e que precisaria se "**deixar levar caoticamente**" (p. 52, grifo nosso). A discursivização de tais características produz efeitos-sentido de

impaciência, rigidez, e formalidade no agir do sujeito pragmático Dilma que "**com um humor superficial facilmente azedável e dona de opiniões incontrastáveis, quase hieráticas, sobre os temas técnicos mais arcanos**" (p. 52, grifo nosso), teria que, em razão do lugar candidata a ser ocupado, "**retribuir com sorrisos artificiais nos palanques os comentários mais estúpidos**" (p. 52, grifo nosso). Funciona nessas formulações um efeito-sentido de não adequação do sujeito pragmático Dilma à posição-sujeito candidata. Ocupar esta posição não seria algo natural para Dilma e, por isso, ela teria que esforçar-se para se ajustar, pois não possuía todos os pré-requisitos necessários para se subjetivar em uma outra posição-sujeito: a de político.

Nas formulações analisadas, esse lugar é discursivizado como aquele ocupado por sujeitos flexíveis, mas que também dissimulam, fingem, enganam. Dilma ocupa, então, no jogo discursivo materializado em *Veja*, o lugar de presidenciável, ao mesmo tempo em que se distancia do lugar de político.

Além da discursivização de uma contraposição/inadequação de Dilma Rousseff ao lugar de político, as formulações linguísticas da reportagem analisada são atravessadas por um discurso que contrapõe Dilma ao que é do povo. Essas formulações produzem um efeito-sentido de distanciamento entre estes dois sujeitos, Dilma e o povo. As palavras **hieráticas** e **arcanos** (p. 52, grifo nosso) fazem funcionar saberes sobre o sujeito político Dilma como alguém reservada, que não está ao alcance de qualquer um, restrita, que não se pode desvendar, distanciando o sujeito pragmático Dilma Rousseff daquilo que é popular, que aparece nas formulações linguísticas sobre comida e bebida - **E tome buchada de bode, maionese, feijão de corda e copos de Cravo Escarlate –** que a candidata provou e com a qual **quase se engasgou** (p. 52, grifo nosso). Tal funcionamento também indica um distanciamento discursivo da candidata em relação ao então presidente Lula, **mais popular presidente da República da história brasileira recente** (p. 52, grifo nosso), sujeito político discursivizado como alguém com um comportamento tido como popular, inclusive retomando uma memória que se refere às suas origens humildes.

A tensão discursiva que é produzida nas formulações linguísticas da capa da edição analisada foi retomada ao longo de sua reportagem principal, quando é apresentado um contraste entre duas Dilmas existentes, a do discurso político/eleitoral e a da ação – "**Dilma Rousseff: radical no discurso, mas quase sempre pragmática na ação"** (*VEJA*, edição 2153, p. 54, grifo nosso). A formulação é atravessada por um efeito-sentido de contraste entre

o que a candidata diz e o que a candidata faz, indicando que no discurso[2] esta se mostra alinhada com as ideias de seu partido, mas na ação se alinha com as necessidades apresentadas pelo mercado econômico.

> Especialistas enxergam na prática uma **tentativa** da ministra, que pertenceu ao PDT por 21 anos, de reafirmar publicamente sua **"identidade petista**". Em outras palavras, o **figurino radical de Dilma é para petista ver**. [...] A aclamação oficial pelo **partido** que lhe torcia o nariz, mas **que agora depende dela para se manter no poder**, é um desses momentos acrobáticos que só a política pode produzir. A escolha de Dilma revela o **poder absoluto de Lula sobre o partido** que ele fundou há trinta anos, fez crescer e levou ao topo do poder em Brasília. Revela também que continua sendo um desafio manter estável a **volátil química petista**, em que o anacronismo marxista radical **minoritário** convive com uma **maioria** convertida à democracia social. Lula sempre conseguiu manter sob controle essa reação em cadeia, afunilando todas as suas energias em benefício de sua própria carreira política. Dilma terá de aprender a fazer essa mágica (*VEJA*, 2153, p. 52 e 54, grifos nossos).

Ainda na análise da edição 2153, há na formulação linguística acima destacada o funcionamento de um efeito-sentido de distanciamento entre Dilma e seu partido quando é discursivizado que o partido **lhe torcia o nariz** (p. 54, grifo nosso). Mas, há também em funcionamento um efeito-sentido de utilitarismo desta relação, ao que agora o partido **depende dela para se manter no poder** (p. 54, grifo nosso). A tensão produzida entre a relação discursiva existente entre Dilma e o PT à época de sua candidatura discursivizada na reportagem produz um efeito-sentido de instabilidade interna no Partido dos Trabalhadores, quando é disposto como **desafio**, manter estável a **volátil** química petista, indicando uma possível ruptura interna a emergir, caso Dilma não aprendesse **a fazer essa mágica**, qual seja, conseguir, como Lula, manter sob controle a convivência entre o anacronismo **marxista radical minoritário** e a **maioria convertida à democracia social** existentes no PT.

Dilma Rousseff é discursivizada nas formulações linguísticas analisadas nessa primeira edição como uma candidata que precisa ser do povo, mas não é do povo; como a candidata do ex-presidente Lula, mas que se distancia deste na forma de ser e de agir; como a candidata do Partido dos Trabalhadores, mas que na prática não está alinhada às ideias de base do mesmo. Essa discursivização contrastante de Dilma produz um efeito-sentido de criação/invenção, de que a candidata precisou ser construída para ocupar um lugar que, não foi pensado originalmente para ela: a posição-sujeito presidenciável/candidata do PT.

---

[2] Aqui utilizamos a palavra *discurso* tomando-a pelo mesmo sentido trabalhado na sequência discursiva , como uma peça de oratória dirigida a um determinado público e não no sentido explorado por Pêcheux.

A disputa presidencial no ano de 2010, analisada por BRITO (2016), ocorreu em dois turnos. O primeiro turno, realizado em 3 de outubro, foi disputado por nove candidatos: Américo de Souza (PSL), Dilma Rousseff (PT), Ivan Pinheiro (PCB), José Maria do Eymael (PSDC), José Serra (PSDB), Levy Fidélix (PRTB), Marina Silva (PV), Mario de Oliveira (PTdoB), Oscar Silva (PHS), Plínio Sampaio (PSOL), Ruy Costa Pimenta (PCO) e Zé Maria (PSTU).

O segundo turno ocorreu em 31 de outubro, tendo sido disputado por José Serra e Dilma Rousseff (BRITO, 2016), repetindo a disputa entre PT e PSDB ocorrida nas quatro eleições anteriores (1994, 1998, 2002 e 2006), onde o PSDB ganhou nas duas primeiras disputas e o PT nas duas últimas.

Após a edição 2153, acima analisada, a candidata Dilma Rousseff é discursivizada em *Veja* em mais sete capas antes de sua eleição em outubro de 2010, sendo que cinco delas foram publicadas até a data em que ocorreu o primeiro turno e duas capas antes do segundo turno.

Em duas das capas anteriores ao primeiro turno, a candidata é discursivizada ao lado dos outros dois candidatos principais (com mais votos), José Serra e Marina Silva, são as edições 2169, de 16/06/2010 e 2178 de 18/08/2010.

Figura 3. Capa da edição 2169 de *Veja*, 16/06/2010

A capa da edição 2169 trouxe a imagem da faixa presidencial dividida em três partes, duas verdes e uma amarela, sendo desenrolada pelos candidatos Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Os candidatos Dilma Rousseff e José Serra ocupam os extremos da faixa, e estão alinhados na mesma posição, mais à frente, desenrolando as partes de cor verde. A candidata Marina Silva encontra-se mais atrás, desenrolando a parte do meio da faixa, de cor amarela. A capa trouxe como chamada principal – "PARA SAIR DO EMPATE", e como chamadas secundárias: "O inédito equilíbrio nas pesquisas acirra a disputa entre Serra e Dilma; Marina Silva: ela pode não ser apenas a miss simpatia; Verdades e mitos sobre o que decide as eleições presidenciais".

Na Carta ao Leitor dessa edição há a informação de que aquela edição inaugurou a intensificação da cobertura eleitoral por *Veja*, e de que o momento – após realização das convenções partidárias (*VEJA*, edição 2169), é de início oficial da disputa para a "Presidência do Brasil, ocupada nos últimos sete anos e meio por Luiz Inácio Lula da Silva" (p. 14), o que retoma discursivamente a presença do sujeito político Lula neste processo.

Na mesma Carta ao Leitor, a revista informou que os candidatos favoritos, José Serra, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT, apareciam nas pesquisas de intenção de voto tecnicamente empatados, e que Marina Silva, do PV, "a carismática senadora do Partido Verde", pontuava estavelmente bem nas pesquisas, mas não tem potencial para chegar a ameaçar os ponteiros (*VEJA*, 2169, p. 14). Apesar disso, uma reportagem desta edição mostrou que Marina "poderá ser mais do que a miss simpatia das eleições caso seus apoiadores migrem em massa para o lado de Serra ou para o de Dilma em um muito provável segundo turno", ressaltando ainda que "pela história e perfil dos candidatos envolvidos, pelo momento econômico exuberante e pela maturidade institucional e política do Brasil, o jogo eleitoral deste ano deve oferecer lances de alta qualidade, com real repercussão sobre o futuro de todos".

Nessa mesma edição, a entrevista das Páginas Amarelas (seção de destaque de entrevistas da revista) é com a candidata Dilma Rousseff. Dilma responde às perguntas de *Veja* em entrevista intitulada: "Acabou o 'Risco Brasil': A candidata do PT diz que se foi o tempo de apreensão dos mercados com eleições presidenciais no Brasil e garante que se vencer o pleito vai manter a inflação sob controle" (p. 22).

Em frase destacada na primeira página da entrevista, lemos: "Temos de continuar ajudando os mais pobres. Temos de garantir que os 190 milhões de brasileiros virem consumidores" (p.22). Aqui há a materialidade é atravessada por um efeito-sentido de continuidade do mandato que está findando – o do presidente Lula – o qual implementou e

ampliou políticas públicas voltadas para a população de baixa renda, reduzindo a pobreza no país em 50,64% durante seu governo – entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010 (NERI; SOUZA, 2012), mas há também um efeito-sentido sobre uma funcionalidade para os brasileiros – virar consumidores, fomentar o mercado, que vai ao encontro do perfil traçado para a candidata, "Dilma Rousseff: radical no discurso, mas quase sempre pragmática na ação" (*VEJA*, edição 2153, p. 54).

A materialidade analisada produz, ainda, um efeito-sentido de aproximação da candidata ao então presidente Lula – **"Acho ótima essa herança. O governo do Lula pertence uma parte a mim. Eu não sou uma pessoa que olha para o governo com distanciamento. Lutei para ele ser esse sucesso todo. O meu projeto é o do Lula. E o dele é o meu"** (*VEJA*, edição 2169, p. 22, grifo nosso), bem como retoma um discurso que aproxima Dilma Rousseff da luta armada, atualizando uma memória da ditadura – **"Nunca fui processada por ações armadas. Tenho muito orgulho de ter combatido a ditadura do primeiro ao último dia. Quem tinha 15 ou 16 anos de idade quando foi dado o golpe de 64 não enxergava o fim do túnel"** (p. 22, grifo nosso).

Com essa entrevista, *Veja* retoma o discurso da capa da edição 2153, aproximando discursivamente Dilma Rousseff do radicalismo, o que pode ser identificado nas perguntas sobre o Risco Brasil, sobre a política econômica, taxa de juros, sobre uma possível relação com Hugo Chaves – "**o venezuelano que ignora os princípios democráticos básicos**" (*VEJA*, 2169, p. 22, grifo nosso), sobre a mesma ter participado da luta armada na época da ditadura e sido presa – "**A senhora se viu na cadeia, sob tortura, tendo reações surpreendentes**?" [...] "**As pessoas querem saber se a senhora deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou**" [...] "**É fácil falar vendo o filme de trás para a frente, mas hoje parece indiscutível que o pessoal da luta armada não queria a volta da democracia, mas apenas trocar uma ditadura de direita por outra de esquerda. A senhora tinha consciência disso**?" (p. 22, grifo nosso).

No que diz respeito à participação de Dilma na luta armada durante o combate à Ditadura Militar, é retomada e atualizada uma memória sobre Dilma como alguém de personalidade forte ou, ainda, de trato difícil – essa memória será retomada durante toda a sua trajetória como presidente, posteriormente, inclusive no movimento de desconstrução. Identificamos, então, nessa sequência discursiva, um efeito-sentido de negativização da luta armada da década de 60. Tal efeito ao aproximar o sujeito político Dilma das práticas da luta armada produz, por sua vez, num desdobramento, um efeito-sentido de radicalismo, aqui tratado de forma negativa, o que a aproxima do radicalismo, ou dos radicais, do PT, elementos

discursivamente dispostos em *Veja*, conforme Barbosa (2014), como de caráter monstruoso, que causam medo.

Nas respostas à entrevista funciona um aparente afastamento ideológico entre Dilma e a ala radical do PT. Discursivamente, em *Veja*, essa relação está presente, posto que as materialidades sobre esses dois sujeitos são atravessadas pelo discurso da radicalidade no trato político. No momento da primeira campanha à presidência há, em relação a Dilma, um movimento de distanciamento em relação a essa posição-sujeito radical, entretanto, a mesma é aproximada dessa posição-sujeito quando se refere ao início de sua trajetória política, quando é discursivizada enquanto guerrilheira.

Figura 4. Capa da edição 2173 de *Veja*, 14/07/2010

Na edição 2173 de 14 de julho de 2010, verifica-se a retomada do discurso da edição 2153 (figura 1) sobre a relação entre a candidata Dilma e o radicalismo de seu partido. A capa traz, sob um fundo em tons de vermelho, a imagem de uma estrela vermelha e sobre ela um monstro de cinco cabeças. A materialidade linguística da chamada principal - "O monstro do radicalismo – a fera petista que Lula domou agora desafia a candidata Dilma" - é atravessada pelo discurso de oposição entre Dilma e a ala radical de seu partido, ao que verificamos uma repetibilidade de tal discurso, trazido em série na discursivização de *Veja*.

Na reportagem de capa intitulada “A criatura contra-ataca” foi “feita uma discussão acerca do programa de governo apresentado pelo PT na disputa presidencial de 2010”, [indicando que o mesmo] “apresenta grande parcela das ideias tidas como autoritárias, oriundas da chamada ala mais radical do partido” (BARBOSA, 2014, p. 47). A reportagem questionou como a candidata Dilma Rousseff iria lidar com essa questão.

Barbosa (2014) destaca ainda que, na carta editorial da edição 2172, *Veja* informou que o referido programa de governo é uma segunda versão, uma reformulação de um primeiro texto muito mais radical, o qual a revista chamou de “furiosamente esquerdista” (*VEJA*, 2173, p.13, apud, BARBOSA, 2014, p. 47), em *Veja* alguns pontos desta segunda versão são discursivizados como perigosos, produzindo um efeito-sentido de risco ao país em caso de eleição de Dilma Rousseff.

As materialidades linguísticas da reportagem principal ao trazer a dúvida de como Dilma lidaria com o “monstro do radicalismo”, ou seja, com a ala radical de seu partido foram atravessadas por um jogo discursivo em que, por um lado, associou-se Dilma ao partido onde estão os radicais, e, por outro, discursivizou-se sobre a necessidade de enfrentamento desta ala pela candidata caso desejasse vencer nas eleições, retomando uma memória do que aconteceu com o presidente Lula. Esse jogo demonstra o começo da construção de uma memória de tensão entre Dilma e o Partido dos Trabalhadores que irá se desdobrar posteriormente até o momento da discursivização do *Impeachment*.

Figura 5. Capa da Edição 2178 de *Veja*, 18/08/2010

A edição 2178, de 18 de agosto de 2010, trouxe na reportagem principal intitulada "HORA DE FISGAR OS INDECISOS" (*VEJA*, 2178, p. 62-63) os perfis de quatro eleitores, apurados, segundo a revista, com a ajuda do IBOPE: o indeciso-padrão, o eleitor de Serra, o eleitor de Dilma e o eleitor de Marina.

O indeciso-padrão é discursivizado segundo *Veja* como sendo do sexo feminino, com mais de 50 anos, tendo cursado até a 4ª série fundamental, e que viveria no Nordeste, em cidades com menos de 100.000 habitantes e possuía renda familiar de até um salário mínimo (p.62), perfil que a revista ilustrou com a senhora Raimunda de Andrade Nascimento, mulher, negra, 52 anos, que apareceu em fotografia sentada em um puff/banqueta, em um lugar que aparenta ser um bairro popular, e que "**embora tenha votado em Lula em 2002, disse que não definirá seu voto na indicação do presidente**" (p. 62, grifo nosso), e que disse: "Para falar a verdade, ainda nem gravei quem são os candidatos. Só sei que a do PT é uma mulher, né?" (p. 62).

O perfil do eleitor de José Serra, segundo *Veja*, era do sexo feminino, tendo entre 16 e 24 anos, cursou até o ensino médio, vivia no Sul, em cidades com mais de 100.000 habitantes, e possuía renda familiar de até cinco salários mínimos. Esse perfil é ilustrado pela catarinense Vanessa Ern dos Santos, mulher, branca, 20 anos, que apareceu em imagem sentada no sofá

de uma sala, ao lado de uma escrivaninha com computador e algumas fotografias de família. *Veja* destacou a frase da eleitora em negrito: "**Ele é o mais preparado"**, e continuou a fala da mesma "[...] por causa do seu grau de instrução e da experiência que tem na área pública" (*VEJA*, 2178, p. 65, grifo nosso). Afirmou ainda que "a maioria dos programas assistenciais do atual governo é direcionada ao Nordeste. Eles deixaram de lado o Sul do Brasil. O Serra tem falado da nossa região. Também precisamos de investimentos" (p. 65).

O perfil do eleitor de Dilma Rousseff, informado pela revista era do sexo masculino, tinha entre 30 e 39 anos, cursou até o ensino médio, vivia no Nordeste, em cidades com menos de 20.000 habitantes, e tinha renda familiar de até cinco salários mínimos, perfil ilustrado por Josiel Dias, de 34 anos, que apareceu sentado no sofá de casa, cuja frase destacada pela revista foi **"Se Lula apoiasse Serra, eu votaria em Serra"** (idem, p. 67, grifo nosso).

Por último, a revista trouxe o perfil do eleitor de Marina Silva, que era do sexo feminino, tinha entre 16 e 24 anos, cursou o superior, vivia no Sudeste, em capitais, e possuía renda superior a cinco salários mínimos, perfil ilustrado por Ana Letícia de Oliveira, 21 anos, estagiária em uma agência de publicidade, que disse em frase destacada por *Veja*: **"Ela é sobretudo, coerente"** (idem, p. 68, grifo nosso). Disse a entrevistada: "Sua saída do PT foi uma demonstração disso. Afinal, o governo Lula não punha em prática as ideias dela" (p. 68).

Como pontos fortes e fracos da candidata Dilma Rousseff, *Veja* trouxe: Pontos Fortes: Tem Lula como cabo eleitoral. Terá o maior tempo no horário político. A aprovação ao governo do PT é recorde. / Pontos Fracos: Depende de Lula para obter votos. É inexperiente em disputas eleitorais. Tem discurso desconexo.

Veja retoma o discurso que atravessou a primeira edição que trouxe Dilma Rousseff como candidata oficial do PT, a edição 2153, de que Dilma é a candidata de Lula e depende da força dele para se eleger, marcando discursivamente um efeito de aproximação entre os dois, como ressaltou Barbosa (2014, p. 52):

> Assim, a partir das análises realizadas, identificamos uma regularidade na discursividade de *Veja* em torno de Dilma Rousseff, enquanto pré-candidata/candidata a presidente da República. Verificamos que, em um primeiro momento, a relação entre Dilma e Lula é tomada no interdiscurso como sendo uma relação muito forte e de cumplicidade.

A relação entre Dilma Rousseff e Lula será atravessada por diferentes efeitos-sentido ao longo da discursivização de *Veja*, ora havendo uma aproximação entre os mesmos, ora um distanciamento, a depender do momento político, como veremos no decorrer desta análise.

Como já dito, o primeiro turno das eleições presidenciais, realizado em 3 de outubro de 2010, foi disputado por nove candidatos. O cenário da disputa política entre os dois maiores partidos, PT e PSDB, se acirrou no decorrer da campanha e chegou às vésperas da votação com uma incógnita sobre eventual segundo turno, ao que, segundo pesquisa do Ibope, feita entre os dias 1º e 2 de outubro, com margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, Dilma Rousseff teria 51% dos votos válidos, e Serra, 31%.[3]

Nesse cenário de disputa, *Veja* trouxe, no mês de setembro, dentre as 5 edições publicadas da revista, 4 edições dedicadas à política. Dentre estas, 3 revistas formaram uma trilogia sobre o que *Veja* chamou de "POLVO", são elas: "O PARTIDO DO POLVO", edição 2181 do dia 08; "O POLVO NO PODER", edição 2182 do dia 15; e, "A ALEGRIA DO POLVO", edição 2183, do dia 22 daquele mês. A 4ª e última edição do mês publicada por *Veja* em 29 de setembro teve como chamada principal "A LIBERDADE SOB ATAQUE: A revelação de evidências irrefutáveis de corrupção no Palácio do Planalto renova no presidente Lula e no seu partido o ódio à imprensa livre". Para efeito de análise, será ainda disposta neste bloco do 1º turno, a edição 2185, que embora date de 06/10/2010, chegou às bancas no dia da votação, 03 de outubro, eis que a revista é levada ao público aos domingos.

[3](http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-tem-51-dos-votos-validos-e-serra-31-aponta-o-ibope.html).

Figura 6. Capa da edição 2181 de *Veja*, 08/09/2010

Na capa da edição 2181, publicada em 08 de setembro de 2010, aparece uma figura do brasão da República Federativa do Brasil sob um fundo preto, sendo agarrada pelos tentáculos de um polvo, e os dizeres na chama principal: “O PARTIDO DO POLVO”, em vermelho. Em letras menores, na cor branca, a frase: “A quebra do sigilo fiscal da filha de José Serra é sintoma do avanço tentacular de interesses partidários e ideológicos sobre o estado brasileiro”. Nessa sequência discursiva, é possível identificar um efeito-sentido de que os interesses partidários estão se sobrepondo aos interesses do estado brasileiro. O uso do termo “sintoma” remete à doença, o que produz um efeito-sentido de que os interesses particulares avançam como uma doença sobre o governo do país, esse movimento, de relacionar a política a doenças faz parte da construção de uma memória sobre a corrupção como doença, e de que, como doença, é preciso que se encontre uma cura.

A imagem do polvo, animal com muitos tentáculos, um ser que alcança diversos lugares ao mesmo tempo, aparece, na capa, agarrando o brasão da República, produz um efeito-sentido de que o Brasil está sendo alcançado/atingido/envolto por todos os lados, pelo partido do polvo, ou, na possibilidade de um trocadilho fonético, pelo partido do povo.

A reportagem principal trouxe a chamada: “O ESTADO A SERVIÇO DO PARTIDO: Violação do sigilo da filha de José Serra levanta suspeitas sobre o envolvimento do governo e

mostra o enfraquecimento das instituições na era Lula" (*VEJA*, 2181, p. 72). O texto foi iniciado com a descrição da filha de José Serra:

> A empresária Verônica Serra, filha do candidato à presidência da República José Serra, é conhecida pela discrição. Casada, mãe de três filhos, ela nunca se envolveu em política, tem aversão a palanques, mas, na semana passada, foi alçada à condição de personagem de uma escabrosa história de bandidagem político-institucional. Soube-se que, em setembro do ano passado, à sombra da lei e cumprindo uma missão bem definida, um grupo de bandoleiros acessou ilegalmente suas últimas declarações de imposto de renda na Delegacia da Receita Federal em Santo André, no ABC paulista, e saiu de lá com cópias dos documentos (p. 72).

Ao lado deste texto consta sob o título "**PETISTA DE CARTEIRINHA**" (p. 73, grifo nosso), a informação de que para acessar as informações fiscais de Verônica Serra, Antônio Carlos Atella, contador e filiado ao PT desde 2003, utilizou procuração falsa. Na página seguinte, ao lado das fotografias da então candidata Dilma Rousseff e do então presidente Lula, apareceu a chamada "**QUEM FOI? – Dilma desmantelou o núcleo de 'inteligência' de sua campanha, o destinatário das informações fiscais dos adversários tucanos**" (p. 73, grifo nosso), o que produz um efeito-sentido de aproximação de Dilma Rousseff com o denunciado *modus operandi* do PT, visto que, embora sem aparente responsabilidade direta pelos atos denunciados, os mesmos teriam sido cometidos por pessoas diretamente ligadas à campanha da candidata e, portanto, em seu benefício. A capa ainda aproximou os sujeitos políticos Lula e Dilma, através de uma materialidade não-verbal, quando a imagem de ambos é posicionada de forma relacionada.

Esta aproximação de Dilma Rousseff com o que seria um determinado modo de agir do seu partido é reforçada no texto da reportagem que traça uma linha do tempo acerca da candidata, mostrando que a mesma agiu de forma similar em momento anterior, com vistas a beneficiar o partido:

> Em setembro de 2009, o PT se preparava havia meses para lançar a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata à Presidência da República. Desconhecida da maioria dos brasileiros, a petista estava muito distante da popularidade de hoje, era suspeita de mandar bisbilhotar os gastos da Presidência durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, enfrentava acusações de ter interferido em uma investigação da Receita Federal em benefício da família Sarney e ainda contornava as dificuldades para costurar os acordos políticos com o PMDB (*VEJA*, 2181, p. 74).

A sequência discursiva acima retoma, discursivamente, suspeitas e acusações contra a então candidata Dilma Rousseff, num movimento de aproximação do PT e de Lula, uma vez que tais práticas são atribuídas a estes.

Figura 7. Capa da edição 2182 de *Veja*, 15/09/2010

A edição 2182 deu continuidade à narrativa elaborada na edição anterior, quando trouxe na capa novamente o polvo e seus tentáculos, desta vez um polvo vermelho, sob um fundo vermelho, agarrando maços de dinheiro, e formando com os tentáculos soltos a imagem de uma estrela, o que remete à memória do símbolo do PT. A chamada da capa diz: "EXCLUSIVO – O POLVO NO PODER – Empresário conta como obteve contratos de 84 milhões de reais no governo graças à intermediação do filho de Erenice Guerra, ministra-chefe da Casa Civil, que foi o braço direito de Dilma Rousseff". Na Carta ao Leitor – seção que substituiu a Carta do Editor – *Veja* trouxe a chamada: "**Sobre a cabeça de Lula**" (*VEJA*, 2182, p. 13, grifo nosso), e prenunciou editorialmente o conteúdo da edição que discursivamente, se mostra atravessada por um efeito-sentido que relaciona Dilma Rousseff, então candidata, à corrupção:

> Uma reportagem desta edição de VEJA revela que Israel Guerra, filho de Erenice Guerra, braço direito de Dilma Rousseff enquanto ela foi a

> incontrastável ministra-chefe da Casa Civil e sua sucessora na pasta, comanda um escritório de lobby em Brasília que trabalha azeitando negócios de empresários com o governo (*VEJA*, 2182, p. 13).

A carta ressaltou ainda o fato da reportagem ter sido publicada a vinte dias do primeiro turno das eleições, o que "fará brotar acusações de que o objetivo é prejudicar a candidata oficial, Dilma Rousseff", mas afirmou: "São especulações inevitáveis. Mas quais seriam as opções? Não publicar? Só publicar depois das eleições? Essas não são opções válidas no mundo do jornalismo responsável, a atividade dedicada à busca da verdade e sua revelação em benefício do país" (p. 13).

Na reportagem principal da edição, *Veja* relatou o que é descrito como um "caso de aparelhamento muito especial," (*VEJA*, 2182, p. 77), em uma narrativa de continuidade com a reportagem da semana anterior, segundo a própria revista, que "deu uma visão panorâmica da imensidão e profundidade do aparelhamento do estado brasileiro por interesses partidários" (p. 77). A reportagem descreveu caso de corrupção relacionado ao governo petista em que, em troca de uma "taxa de sucesso" de 6%, o filho de Erenice Guerra teria estabelecido uma ponte entre empresário do setor privado e os Correios para um negócio de 84 milhões de reais. A reportagem chamou, ainda, atenção que esta "taxa de sucesso" seria utilizada para "saldar compromissos políticos", o que seria uma ação normal, para quem, segundo *Veja*, entende Governo e partido como a mesma coisa (*VEJA*, 2182, p. 78).

As materialidades discursivas da reportagem de *Veja* da edição 2182 produzem, então, um efeito-sentido de aproximação de Dilma Rousseff com Lula e com Erenice Guerra, aproximando também a candidata do fenômeno da corrupção. Ainda que não fosse dito em nenhum lugar da matéria que Dilma teve qualquer participação no quanto reportado, a mesma foi discursivizada como beneficiária indireta do esquema, já que o mesmo teria ocorrido com vistas a cobrir compromissos políticos de sua candidatura. *Veja*, na mesma matéria, discursivizou que:

> Lula inventou Dilma, que inventou Erenice, que é mãe de Israel, personagem que nos leva ao segundo capítulo da narrativa. Ela começa em abril do ano passado, quando Erenice era secretária executiva da candidata Dilma Rousseff. Lula sabia tudo o que a ministra Dilma fazia – que sabia tudo que Erenice fazia? (p. 78).

Há aí a discursivização de uma aproximação entre os sujeitos Lula e Dilma, e entre ambos e Erenice Guerra, onde se estabelece uma relação hierárquica em que, supostamente,

Erenice reportaria seus atos a Dilma que, por sua vez, os reportaria a Lula, então presidente. Ao estabelecer esta aproximação, é também produzido um efeito de continuidade entre os governos, e, consequentemente, entre as ações ocorridas nos mesmos.

Figura 8. Capa da edição 2183 de *Veja*, 22/09/2010

Na terceira revista que compõe a trilogia da narrativa do "polvo", a edição 2183, *Veja* trouxe na capa a chamada principal: "A ALEGRIA DO POLVO", e dentro de um balão com letras em caixa alta, como que representando um grito, a frase: "Caraca! Que dinheiro é esse?". Ao lado, em letras menores: "Vinícius Castro, ex-funcionário da Casa Civil, ao abrir uma gaveta cheia de pacotes de dinheiro, na reação mais extraordinária do escândalo que derrubou Erenice Guerra". A capa trouxe novamente a figura do polvo vermelho, que representa a cor do Partido dos Trabalhadores, desta vez com seus tentáculos agarrando as pilastras do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo Federal, o que produz um efeito-sentido de que o polvo alcançou o Palácio, que a corrupção petista envolveu a esfera federal do governo.

A reportagem principal dessa edição retomou o discurso de aproximação entre a candidata Dilma e o que seria um modo corrupto de governar de seu partido, e destaca: "Funcionário do Planalto recebeu propina dentro da Casa Civil, a metros da sala da então

ministra Dilma Rousseff e a um andar do gabinete do presidente Lula" (*VEJA*, 2183, p. 70). A reportagem trouxe, ainda, uma foto de Erenice Guerra ao lado de Dilma Rousseff, com a legenda: **TITIA – O esquema montado na Casa Civil por Erenice e seus familiares funcionava na antessala de Dilma Rousseff – ou a 'Tia Dilma', como era tratada pelo filho da ex-ministra** (*VEJA*, 2183, p. 73, grifo nosso).

Figura 9. Reportagem da Edição 2183 de *Veja*, 22.09/2010, p. 74-75

Brasil

OLIGARQUIA ESTATAL

A família da ex-ministra Erenice Guerra fixou tentáculos em várias áreas do governo petista, em que fazia negócios e negociatas à custa do dinheiro público

JOSÉ ROBERTO CAMARGO CAMPOS
Marido de Erenice
■ Dono da Matra Mineração, que conseguiu do governo três autorizações para prospectar ouro e caulim em Goiás e no Distrito Federal
■ Diretor comercial da Unicel, empresa que ganhou concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para operar telefonia celular em São Paulo
■ Funcionário de uma empreiteira contratada pela Eletronorte entre 2003 e 2004, quando Erenice participava do conselho de administração da empresa

ERENICE GUERRA
■ Ministra da Casa Civil até quinta-feira passada
■ Secretária executiva da ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff
■ Chefe da consultoria jurídica do Ministério de Minas e Energia entre 2003 e 2005
■ Funcionária de carreira da Eletrobrás

SAULO GUERRA
Filho de Erenice
■ Sócio da Capital Assessoria e Consultoria Empresarial

JOSÉ EURICÉLIO ALVES CARVALHO
Irmão de Erenice
■ Trabalhou no Ministério das Cidades entre 2006 e 2007
■ Ex-diretor da editora da Universidade de Brasília, acusado de ter encostado 134 000 reais

GABRIELA PAZZINI
Ex-cunhada de Erenice (foi casada com Antonio Eudacy)
■ Trabalha desde 2005 em cargos comissionados na Secretaria do Patrimônio da União

MARIA EURIZA ALVES DE CARVALHO
Irmã de Erenice
■ Ex-funcionária do Ministério do Planejamento
■ Ex-funcionária da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
■ Trabalha no escritório de advocacia que foi contratado por ela quando estava na EPE

ISRAEL GUERRA
Filho de Erenice
■ Sócio oculto da empresa Capital Assessoria e Consultoria Empresarial, que intermediava negócios de empresas privadas com o governo
■ Funcionário do Ministério da Cultura entre 2004 e 2005
■ Funcionário da Agência Nacional de Aviação Civil em 2006
■ Funcionário do Ministério da Defesa entre junho e julho de 2006
■ Assessor do Ministério Público do Distrito Federal em 2007

ANTONIO EUDACY ALVES CARVALHO
Irmão de Erenice
■ Funcionário da Infraero entre 2003 e 2006
■ Funcionário da Controladoria-Geral da União em 2006
■ Funcionário da Secretaria do Patrimônio da União em 2008
■ Foi sócio de escritório de advocacia que teve três contratos sem licitação com a União

O misterioso caso da comissão do Tamiflu merece atenção especial das investigações iniciadas pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República. O Ministério da Saúde, que já gastou 400 milhões de reais com a aquisição do remédio desde o ano passado, afirma que não houve nenhuma ingerência da Casa Civil — e que a quantidade de Tamiflu comprada foi definida por critérios técnicos.

A SEGUIR, MAIS UMA HISTÓRIA EDIFICANTE

Em outros episódios, a participação da Casa Civil aparece de forma mais clara. VEJA apurou mais um caso no qual o poder da Casa Civil dentro do governo se misturou aos interesses comerciais da ex-ministra, resultando numa negociata de 100 milhões de reais. Desta vez, o lobista central da traficância não é o filho, mas o atual marido de Erenice Guerra, o engenheiro elétrico José Roberto Camargo Campos. Com a ministra Dilma Rousseff na Casa Civil e a esposa, Erenice Guerra, como seu braço direito, Camargo convenceu dois amigos donos de uma diminuta empresa de comunicações a disputar o milionário mercado da telefonia móvel. Negócio arriscado, que exige muito capital e experiência num ramo cobiçado e disputado por multinacionais. Isso não era problema para Camargo e seus sócios. Eles não tinham dinheiro nem experiência, mas sim o que efetivamente importa em negócios

100 MILHÕES José Camargo, o marido de Erenice, conseguiu uma concessão milionária graças à influência da esposa

como Luis Corsini, o desportista que pagou a taxa de sucesso.

Antes de capitular aos irrespondíveis fatos apresentados por VEJA, o governo fez de tudo para desqualificar o empresário Fábio Baracat, uma das fontes dos jornalistas na revelação da existência do esquema de arrecadação de propina na Casa Civil. Baracat, empresário do setor aéreo, narrara, em conversas gravadas, as mirabolícias de suas tratativas com a família Guerra, que tinham por objetivo facilitar a obtenção de contratos da empresa MTA nos Correios. No sábado, depois de, como disse, sofrer "fortes pressões", Baracat divulgou uma nota confusa, na qual "rechaçava oficialmente as informações" da reportagem, mas, em seguida, confirmava os fatos relatados. Com medo de retaliações por parte do governo, o empresário refugiou-se no interior de São Paulo. Ele aceitou voltar à capital paulista na última quinta-feira, para mais uma entrevista. Disse ele na semana passada: "Temo pela minha vida. Vou passar um tempo fora do país". O empresário aceitou ser fotografado e corroborou, diante de um gravador, as informações antes prestadas à revista.

Baracat não quis explicar de onde puxaram as pressões que sofreu, mas, em uma hora e meia de entrevista gravada, ratificou integralmente o conteúdo da reportagem. O empresário confirmou que, levado por Israel e Vinícius, se encontrou várias vezes com Erenice Guerra, quando ela era secretária executiva e, por fim, quando a pessoa virou ministra. As primeiras conversas, narra Baracat, serviram para consolidar a convicção de que Israel não vendia fulsamente a influência da mãe. Na última conversa que eles tiveram, em abril deste ano, o tom mudou. Israel cobrava dinheiro do empresário por um problema resolvido para ele na Infraero. Conta Baracat: "Ele dizia que havia pagado na Infraero para resolver". Na resposta, disse Erenice, de acordo com o relato do empresário: "Olha, você sabe que a gente está aqui na política, e a gente tem que cumprir compromissos". (...) Ficou subentendido (que se tratava da propina). (Ela) foi sempre genérica (nesse sentido). (...) Ela disse: 'A gente é político, não pode deixar de ter alguns parceiros'". Baracat diz que não sabe o que a família Guerra fez com o dinheiro.

74 | 22 DE SETEMBRO, 2010 | veja

veja | 22 DE SETEMBRO, 2010 | 75

Na mesma reportagem, *Veja* trouxe novamente o desenho do polvo vermelho, sob uma estrela, também vermelha, mobilizando uma memória sobre o PT, onde está escrito em letras brancas, "ERENICE GUERRA – Ministra da Casa Civil até quinta-feira passada; Secretária executiva da ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff; Chefe da consultoria jurídica do Ministério de Minas e Energia entre 2003 e 2005; Funcionária de carreira da Eletrobrás" (*VEJA*, 2183, p. 72), o que produziu um efeito-sentido de aproximação da mesma com o PT, visto que sua trajetória foi descrita dentro de uma estrela vermelha, símbolo do partido. Nessas materialidades linguísticas foi também produzido um efeito-sentido de aproximação, intimidade, cumplicidade entre a candidata Dilma Rousseff e Erenice Guerra, visto que sua trajetória passa pelos mesmos órgãos pelos quais passou a candidata.

Foi estabelecida discursivamente em *Veja*, nas três edições que compõem a *trilogia do polvo*, uma forma PT/Lula de ação, caracterizada pelo "**desprezo pelas instituições**" (*VEJA*, 2181, p. 78, grifo nosso), pelo desrespeito às leis – "**os principais escândalos do governo**

Lula tiveram como origem o atropelamento das regras do estado brasileiro por aqueles que deveriam zelar por elas" (p.78, grifo nosso) -, e aos limites do poder do Estado – "**no poder, o PT colocou o estado a serviço do governo e do partido [...] toda essa máquina de destruição do estado opera seguindo o exemplo do líder. O presidente Lula vive dando mostras do pouco respeito que nutre pelas regras básicas da democracia"** (p. 78, grifo nosso).

Tal forma de governo foi caracterizada como corrupta, e, ao ser estabelecida uma aproximação discursiva entre a candidata Dilma e este modo corrupto de governar, tais materialidades produzem um efeito-sentido de risco para o país, caso a mesma vença as eleições, o que traria continuidade e permanência da corrupção do governo.

> Quando a máquina pública passa a ser controlada por pessoas ligadas umbilicalmente a um partido político, e este, a sindicatos, acaba de ser criado um poder independente no país. Nesse poder, os ditames do corporativismo, das inclinações políticas e dos interesses comuns da burocracia oficial valem mais do que as leis. Seus integrantes estão sempre de acordo com as grandes questões políticas e obedecem cegamente a um líder carismático. Eles se comunicam remotamente e coordenam suas ações como que orientados por feromônios, de modo que mesmo sem trocar palavras sabem, caso a caso, o que é do interesse maior do grupo e agem de acordo com ele. Em seu estágio final, essa hierarquia paralela se organiza como uma sociedade secreta e resiste até à alternância do poder político. As quinze linhas acimas definem um quadro ruinoso que já se abateu antes sobre muitos países, moendo as engrenagens de funcionamento da democracia e resultando no assalto final ao estado por um grupo hegemônico. O Brasil está mais vulnerável agora a um descaminho semelhante do que estava pouco mais de sete anos atrás, quando Lula e seu partido assumiram o poder (*VEJA*, 2181, p. 82).

A materialidade analisada é atravessada ainda por um efeito-sentido de risco à democracia com a permanência do partido no poder, aproximando a ação do governo petista a regimes totalitários de esquerda. Esse efeito de aproximação retoma uma memória que vem sendo construída e atualizada sobre o PT como um partido radical, ou se ala radical expressiva. Essa memória será trabalhada nos anos seguintes, inclusive nas discursivizações sobre o *Impeachment* de Dilma Rousseff, conforme trabalhado por Luz (2018) e Costa (2018).

> O Brasil vive um 'período singular', considerando os desrespeitos sucessivos patrocinados pelo próprio governo – que reproduziria assim, práticas típicas de regimes totalitários. 'É um fenômeno extremamente grave e recorrente. Mostra que há um DNA embutido nele'. Mendes compartilha da tese que há

> o rico do país trilhar o caminho do totalitarismo – Gilmar Mendes, ministro do STF (p. 80).

Na Carta ao Leitor da edição 2183, sob a chamada: "**Falta indignação**" (*VEJA*, 2183, p. 14, grifo nosso), *Veja* informou que "apesar da encenação que se tornou familiar durante o governo Lula, Erenice viu-se obrigada a pedir demissão do cargo de ministra-chefe da Casa Civil" (*VEJA*, 2183, p.14), queda que se deve à reportagem da capa da edição anterior da revista. A carta afirmou ainda que, sob um raciocínio embasado nos últimos anos, Erenice foi tirada "**tão somente porque sua manutenção no posto poderia afetar o desempenho de Dilma nas urnas. Afinal de contas, o balcão de negócios começou a prosperar no andar acima do ocupado pelo presidente quando a candidata ainda era ministra**" (*VEJA*, 2183, p. 14, grifo nosso). A expressão "Falta indignação" produz um efeito-sentido de aceitação da corrupção por parte do povo brasileiro. Nessas sequências discursivas, verifica-se, ainda, um efeito-sentido de que a saída de Erenice ocorreu não pelo suposto crime cometido por ela, mas para não por em risco os planos de eleição de Dilma. As materialidades discursivas sobre o governo petista nessa edição são atravessadas por um efeito-sentido de que há o funcionamento de normalidade por parte do governo quanto aos escândalos de corrupção que o envolvem. E concluiu:

> **Passa da hora de o tecido ainda sadio da sociedade brasileira demonstrar de forma organizada e sustentada maior indignação diante desses descalabros – antes que seja tarde demais. [...] A falta de indignação e seu colorário, a impunidade, terão um preço bem mais alto do que as propinas cobradas por Erenice e sua família. Esse preço será a desmoralização da democracia** (*VEJA*, 2183, p. 14, grifos nossos).

Nessas materialidade identificamos um efeito-sentido de convocação ao protesto, ao combate contra os "descalabros", um chamado de combate ã corrupção. É possível, ainda, identificar um discurso de que a sociedade está dividida entre o tecido sadio e o doentio, mais uma vez com a retomada de um discurso médico, que traz a possibilidade de busca de uma cura para essa doença: a corrupção. Nas materialidades analisadas há o atravessamento de um discurso de que o tecido sadio pode vir a adoecer, o que é identificado na expressão "ainda". Tal conclame é discursivizado como uma necessidade de resposta a um problema, o que produz um efeito-sentido de necessidade de mudança, de troca da forma de governo em funcionamento naquele momento.

Figura 10. Capa da edição 2185 de *Veja*, 06/10/2010

A edição 2185, embora date de 06 de outubro de 2010, chegou às bancas no dia da votação do primeiro turno, 03 de outubro de 2010, como já dito, visto que a revista é lançada aos domingos, e trouxe uma capa em branco, com a chamada na parte superior "As grandes propostas para o Brasil feitas na campanha presidencial". No canto direito, como se a página tivesse sido parcialmente virada "A partir da página 88 as questões essenciais das quais os candidatos fugiram".

Figura 11. Reportagem da edição 2185 de *Veja*, 06/10/2010

Brasil

APADRINHADA, FAVORITA E CHEIA DE MISTÉRIOS

A poucas horas do primeiro turno das eleições, os planos de governo da petista Dilma Rousseff, ungida candidata por um homem só, permanecem uma incógnita para o eleitor

FELIPE PATURY E OTÁVIO CABRAL

Nada deveria ser mais previsível do que os planos de uma candidata que foi escolhida pelo presidente para dar seguimento à sua obra, chefiou dois ministérios do governo e liderou boa parte da corrida eleitoral. No caso da petista Dilma Rousseff, porém, essa lógica não se aplica. Sobre ela — e sobre como conduziria a administração caso vença nas urnas neste domingo — políticos e empresários colecionam mais dúvidas do que certezas. Tanto é assim que o coordenador da sua campanha, o deputado Antonio Palocci (PT-SP), e o vice de Dilma, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), se desdobram para convencer esses segmentos de que não há motivo para sobressaltos. Dilma, a poucas horas do primeiro turno, continua envolta em névoa. E isso decorre, sobretudo, da forma como ela foi ungida candidata. De 2003 a 2005, Dilma ganhou holofotes na condução da pasta de Minas e Energia. Substituiu na Casa Civil o então homem-forte do governo, José Dirceu, apeado do posto pelo escândalo do mensalão. Mostrou lealdade ao presidente e gerenciou programas do governo. Mas não foram só essas virtudes que a alçaram à condição de candidata oficial.

O marqueteiro João Santana convenceu Lula em 2007 de que sua ministra poderia se beneficiar da onda que havia resultado na ascensão de três mulheres ao poder: Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Angela Merkel na Alemanha. Lula percebeu outra vantagem na escolha. Como Dilma era estreante em eleições, sua eventual vitória seria creditada a ele. Já uma derrota seria debitada na conta da candidata. Lula resumiu o quadro magnificamente: "A Dilma é boa para ganhar e boa para perder". A escolha palaciana incomodou o PT, porque Dilma, oriunda do PDT, só se filiou ao partido em 2001. Era desconhecida pelos militantes e considerada uma "crisálida-nova" pelos líderes petistas. Tal como os empresários e políticos, eles sabiam pouco sobre aquela que, por ordem de Lula, deveriam defender na eleição.

ELA FALOU EM...

...PAC, PAC, PAC, PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado nos primeiros dias do segundo governo de Lula com o objetivo de pavimentar a candidatura de então titular da Casa Civil a presidente da República. Concebido com a ajuda do marqueteiro João Santana, o PAC dava uma marca à ainda desconhecida ministra Dilma Rousseff. Primeiro, ela foi chamada de gestora do PAC. Depois, foi promovida a "mãe" do plano. Sob essas três letras, o governo reuniu projetos que, somados, consumiriam 650 bilhões de reais. Apesar de prioritário para o governo, o PAC claudicou. Gastou 70% dos recursos previstos, mas só concluiu 46% das obras. De maus resultados não impediram que o governo lançasse filhotes do PAC para a saúde, para a educação, para a mobilidade e até para a Copa. O PAC pode ter tido dificuldades para sair do lugar; mas serviu ao seu propósito inicial: o de alavancar a candidatura de Lula.

AS PROPOSTAS DE DILMA PARA OS 10 PRINCIPAIS TEMAS DESTAS ELEIÇÕES

Cotação: boa reguar ruim

Filha de um imigrante búlgaro, Dilma nasceu em Belo Horizonte, em 1947, e recebeu uma educação de classe média. Estudou economia e casou-se com um militante de esquerda, por meio de quem ingressou no terrorismo que almejava substituir a ditadura militar por uma ditadura nos moldes bolcheviques. Isso ocorreu em 1969, quando ela ajudou a planejar o roubo do cofre que havia pertencido ao governador paulista Adhemar de Barros. Presa e torturada, foi liberada depois de três anos, quando se mudou para Porto Alegre. Lá, uniu-se a Carlos Araújo, com quem foi casada por 25 anos e teve a única filha, Paula. Ligado a Leonel Brizola, Araújo abriu-lhe as portas da política. Fundadora do PDT, Dilma foi secretária de Fazenda de Porto Alegre. Assumiu a Secretaria Estadual de Energia nos governos de Alceu Collares (PDT) e de Olívio Dutra (PT). Deixou o PDT porque a legenda rompeu com Dutra e exigiu que ela deixasse o cargo.

No momento em que as eleições chegam à reta final, o programa de Dilma segue nebuloso, apesar da propaganda de que será uma continuação do de Lula. Seus coordenadores de campanha defendem que ela reitere a decisão de manter a política econômica iniciada no governo FHC, baseada em metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. A petista também tem sido orientada a reafirmar seu compromisso com a liberdade de expressão e direitos constitucionais como os sigilos fiscal e bancário. A violação desses dados por sua equipe, durante a campanha eleitoral, mais os escândalos que abalaram a Casa Civil, derrubando aquela que era seu braço direito, Erenice Guerra, acabaram por se tornar uma mancha para a candidata. Se é lamentável que uma questão policial surja em meio a uma eleição — a exemplo do que havia ocorrido em 2006 com o episódio dos aloprados —, é saudável que o país aproveite o momento para discutir os aspectos morais e éticos que devem nortear um governo e para reiterar a condenação de práticas como o empreguismo, o nepotismo, a corrupção e o aparelhamento do estado — vícios com os quais Dilma, se eleita, espera-se, não vai de compactuar.

1 ECONOMIA

A petista promete manter o tripé metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. Disse que reduziu os juros "dramaticamente", diminuindo a dívida pública em relação ao PIB, que, hoje, está em 60%. Quando essa proporção cai, a confiança dos credores na capacidade de pagamento do país aumenta e eles passam a cobrar juros menores do governo. Como Lula encolheu a relação dívida/PIB em 17 pontos percentuais, é crível que Dilma alcance sua meta. Ela pretende usar o BNDES como propulsor da economia, como já faz o governo atual. A tarefa exige fôlego do BNDES e o governo precisou capitalizá-lo com 190 bilhões de reais desde 2008. A medida catapultou a dívida pública bruta para o valor recorde de 2 trilhões de reais. É sinal de que esse modelo está no limite.

2 PROGRAMAS SOCIAIS

De todas as promessas feitas pela petista Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral, uma das mais fáceis de ser cumpridas é a universalização do Bolsa Família. Pelas estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para cumprir essa meta, ela precisa estender o programa a apenas 226 000 famílias, o que custaria 300 milhões de reais mensais aos cofres públicos. Atualmente, o governo federal já destina um valor quatro vezes maior (1,2 bilhão de reais mensais) ao pagamento de benefícios aos 12,7 milhões de inscritos no Bolsa Família.

Na reportagem referente à capa, *Veja* trouxe um perfil resumido dos três principais candidatos ao primeiro turno, Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), e suas propostas para os principais temas da eleição. Uma caricatura da candidata Dilma Rousseff com uniforme laranja, com o símbolo da Petrobrás Distribuidora (BR em verde e amarelo), capacete branco onde também consta o mesmo símbolo, e as mãos sujas de algo preto, remetendo a petróleo, estampa o início da reportagem, com a chamada em destaque: **APADRINHADA, FAVORITA E CHEIA DE MISTÉRIOS – A poucas horas do primeiro turno das eleições, os planos de governo da petista Dilma Rousseff, ungida candidata de um homem só, permanecem uma incógnita para o eleitor** (*VEJA*, 2185, p. 74, grifo nosso).

A reportagem afirmou que políticos e empresários colecionam mais dúvidas que certezas sobre a candidata Dilma e sobre como a mesma, caso vença, conduziria sua administração (*VEJA*, 2185, p. 74), e que isso se deu pela forma como ela foi "**ungida"** (P. 74, grifo nosso) candidata. Essa materialidade é atravessada por um discurso religioso, fazendo trabalhar uma memória de que a candidata foi abençoada, escolhida por um guia superior. Aqui é retomado o discurso que atravessa as materialidades sobre Dilma enquanto candidata, como analisado na edição 2153, de que sua escolha se deu pessoalmente pelo presidente Lula, causando uma tensão inclusive com o próprio partido (*VEJA*, 2185), o que também foi analisado por Barbosa (2014), quando diz que:

> Isto é, através de uma imposição do então presidente Lula é que a candidata "conquista o ninho", ou seja, o PT. Assim, temos um primeiro momento no qual Lula e Dilma conseguem a aceitação oficial do partido para a candidatura de Dilma à Presidência da República, lembrando que se trata de uma aceitação por meio de uma imposição. (BARBOSA, 2014, p. 43).

A análise dessa edição indicou que, discursivamente, a escolha de Dilma foi uma escolha pensada por Lula, não por conta de sua trajetória política como candidata ao executivo ou legislativo, mas por ser mulher e em decorrência de sua lealdade ao ex-presidente, o que indica, mais uma vez, a produção de um efeito-sentido de aproximação entre tais sujeitos, bem como um efeito-sentido de criação, por Lula, de Dilma Rousseff como candidata a ocupar a posição-sujeito de presidente da república, o que retomou o discurso da edição 2153:

> Dilma ganhou holofotes na condução da pasta de Minas e Energia. Substituiu na Casa Civil o então homem forte do governo, José Dirceu, apeado do posto pelo escândalo do mensalão. Mostrou lealdade ao presidente e gerenciou programas de governo. Mas não foram só essas virtudes que a alçaram à condição de candidata oficial. O marqueteiro João Santana convenceu Lula em 2007 de que sua ministra poderia se beneficiar da onda que havia resultado na ascensão de três mulheres ao poder: Michele Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Angela Merkel na Alemanha. Lula percebeu outra vantagem na escolha. Como Dilma era estreante em eleições, sua eventual vitória seria creditada a ele. Já uma derrota seria debitada na conta da candidata. Lula resumiu o quadro magnificamente: **"A Dilma é boa para ganhar e boa para perder"** (*VEJA*, 2185, p. 74, grifo nosso).

Funciona nas materialidades discursivas de *Veja*, através de uma regularidade de efeitos-sentido que aparecem ao longo das edições analisadas entre o lançamento da candidata Dilma Rousseff até o momento de sua posse em 2011, uma memória discursiva sobre a escolha de Dilma, a forma como a mesma é pensada e escolhida para ser a candidata, mediante decisão pessoal e solitária do presidente Lula.

A reportagem retomou ainda, discursivamente, uma memória da associação de Dilma Rousseff à luta armada, o que produz um efeito-sentido de aproximação a um possível radicalismo de esquerda, inclusive de que a mesma poderia ultrapassar os limites da legalidade em prol do objetivo da "causa". Assim, indicou a revista:

> Estudou economia e casou-se com um militante de esquerda, por meio de quem ingressou no terrorismo que almejava substituir a ditadura militar por uma ditadura nos moldes bolcheviques. Isso ocorreu em 1969, quando ela ajudou a planejar o roubo do cofre que havia pertencido ao governador paulista Adhemar de Barros (*VEJA*, 2185, p. 75).

Na materialidade discursiva do sequência discursiva, funciona uma memória que retoma a associação de Dilma Rousseff com a luta armada, descrita na materialidade como terrorismo, o que produz um efeito-sentido de perigo, de ilegalidade. Dilma é aqui discursivizida como alguém que ajudou a planejar o roubo do cofre que havia pertencido ao governador paulista, o que produz um efeito-sentido de Dilma criminosa, Dilma associada à ilegalidade.

Dilma Rousseff obteve a maioria dos votos no 1º turno das eleições de 2010, com 46,91% dos votos, seguida por José Serra, com quem disputou o 2º turno, que obteve 32,61% dos votos.

No segundo turno, ocorrido em 31 de outubro, *Veja* retomou a ordem discursiva que antecedeu o primeiro turno e trouxe nas três edições semanais que antecederam o segundo turno e na edição que chegou às bancas no dia da votação, capas ligadas à temática política. A edição 2186, do dia 13 de outubro, trouxe a candidata Dilma Rousseff na capa, com falas que remetem a discursos opostos sobre o aborto; a edição 2187, do dia 20 de outubro, trouxe como capa o então ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e a chamada: O PODER DE AÉCIO – Político das viradas eleitorais impossíveis, o neto de Tancredo Neves pode ser um fator decisivo na campanha presidencial; a edição 2188, do dia 27, trouxe como capa o palácio da Justiça em Brasília, e a chamada: "A VERDADE SOBRE OS DOSSIÊS", e um balão de fala com o texto: "Não aguento mais receber pedidos da Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês. [...] Eu quase fui preso como um dos aloprados". A edição do dia 3 de novembro, que chegou às bancas no domingo de votação (31/10), trouxe como capa uma caricatura do então presidente Lula, com traje de banho e boné, um coco na mão, e a faixa presidencial tatuada no corpo, e a chamada: "ELE SAIRÁ DA PRESIDÊNCIA, MAS A PRESIDÊNCIA SAIRÁ DELE?"

Figura 12. Capa da edição 2186 de *Veja*, 13/10/2010

A edição 2186, primeira após o primeiro turno da eleição de 2010, trouxe uma capa dividida ao meio. Na parte superior, sob um fundo vermelho, a candidata Dilma Rousseff e a seguinte frase, atribuída a ela, datada de 4 de outubro de 2007: "**Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja"** (grifo nosso). Na parte inferior, de cabeça para baixo, sob um fundo branco, a candidata Dilma Rousseff e a seguinte frase atribuída a ela, datada de 29 de setembro de 2010: **Eu, pessoalmente, sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência** (grifo nosso)**.** A capa em questão, enquanto materialidade discursiva verbal e não-verbal, é atravessada por um efeito-sentido de que a candidata Dilma Rousseff possuía duas caras, duas opiniões sobre o mesmo assunto – o aborto, a depender do momento, o que remete à ideia de falsidade, hipocrisia, mentira, e dúvida sobre o que realmente pensa a candidata, sendo retomado o discurso que atravessou a edição 2185 e designou a mesma como **cheia de mistérios** (grifo nosso).

Figura 13. Reportagem da edição 2186 de *Veja*, 13/10/2010

Brasil

A tentativa de negar seu apoio à descriminalização do aborto embaraça Dilma Rousseff e evoca outra questão: quais são, afinal, as suas reais convicções?

LEONARDO COUTINHO, OTÁVIO CABRAL E VINÍCIUS SEGALLA

Passadas nessas do primeiro turno das eleições presidenciais, o marqueteiro do PT, João Santana, encomendou pesquisas para aferir os motivos que levaram eleitores a abandonar o barco da petista Dilma Rousseff na reta final das eleições. O mais determinante deles, constata, foi o peso do voto religioso. Grande parte dos eleitores que trocaram Dilma por outro candidato o fez depois de saber que ela havia se declarado favorável à descriminalização do aborto — uma posição compartilhada por apenas 11% dos brasileiros, segundo a última pesquisa do Datafolha sobre o tema. De acordo com o levantamento, de 2008, 14% da população do país acha que o aborto deveria ser permitido em mais situações, enquanto uma ampla maioria de 68% dos brasileiros se diz contrária a qualquer mudança na lei atual — que prevê punição para a interrupção artificial da gestação nos casos em que ela não foi resultado de estupro ou não põe em risco a vida da mãe. Em relação a essa questão, portanto, o eleitorado brasileiro é claramente conservador. Confrontada com essa realidade, a presidenciável Dilma Rousseff se esquiva. Ou melhor, tentou escolar o eleitor.

Há três anos, ela defendeu de forma inequívoca a descriminalização do aborto, uma bandeira petista. Reafirmou sua posição em abril de 2009 e, novamente, em maio e agosto deste ano, em documentos e entrevistas a diferentes veículos de comunicação. Durante a campanha eleitoral, porém, Dilma passou a se declarar "pessoalmente contra o aborto". Seu desdito não só se revelou insuficiente para convencer parte do eleitorado cristão, que descarregou votos nos seus adversários José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), como somou à discussão uma questão que há tempos vem rondando a candidata do presidente Lula. Quem é e o que possa de verdade Dilma Rousseff?

A ex-ministra já mudou de opinião em relação à sua amiga e sucessora na Casa Civil, Erenice Guerra, acusada de transformar o ministério em um balcão de negócios. Ora Erenice merece seu "inteira confiança", ora é apenas "uma ex-assessora" cujo comportamento não lhe diz respeito. Dilma já mostrou que o que ela diz não se escreve em relação no MST, à liberdade de imprensa, à relevância das questões ambientais e à condução da política monetária. Como um pêndulo, balança para lá e para cá, sempre ao sabor de conveniências — políticas ou eleitorais. Tal comportamento contribuiu para reforçar as muitas interrogações que pairam sobre ela — e que tiveram origem na forma como se sagrou candidata. Dilma jamais disputou uma eleição. Sua candidatura é fruto de uma decisão solitária de Lula. Embora tenha sido escolhida pelo presidente no início de 2007, foi sempre resguardada do embate político. O dito e o desdito sobre o aborto não contribuíram em nada para diminuir as zonas de sombra que cercam a sua candidatura.

No Brasil, a questão nunca havia tido impacto numa corrida presidencial, como ocorre desde os anos 70 nos países ricos. Nos Estados Unidos, o tema esteve presente em quase todas as eleições recentes — e continua a ser motivo de discussão. Para aprovar nesse ano sua reforma do sistema de saúde, o presidente Barack Obama teve de acatar a exigência de grupos conservadores de não permitir o uso de recursos públicos no financiamento do aborto. No Brasil, a surpresa não está no fato de o tema ter vindo à tona nestas eleições, e sim no de não ter surgido antes. "As discussões que envolvem valores morais são fundamentais numa eleição. O debate sobre o aborto já deveria ter ocorrido. Estamos atrasados", diz o antropólogo Roberto DaMatta.

Internamente, o PT discute a descriminalização do aborto desde sua fundação, há trinta anos. Em 2007, a legenda fechou questão em torno da liberação da prática. A posição tornou-se tão consolidada na sigla que, dois anos depois, o PT pôde quem pensava diferente. Sua comissão de ética suspendeu os deputados Luiz Bassuma (BA) e Henrique Afonso (AC) depois que eles externaram sua posição contrária ao aborto. A decisão do partido fez com que ambos decidissem migrar para o PV. Outra evidência da convicção da agremiação é o fato de que foi o próprio PT — e não outro partido ou qualquer veículo de comunicação — quem primeiro inseriu o tema na campanha eleitoral. Em 18 de agosto, questionada no debate promovido pela associação PodeTudo/UOL se era favorável à legalização do aborto, Dilma Rousseff respondeu que "a legislação deveria entrar em equilíbrio com os interesses das mulheres" e afirmou que a política seria de ser "tratada como um assunto de saúde pública", numa clara indicação de que, se eleita, pretendia estendê-la à rede pública. O PT, rapidamente, disseminou a resposta em seu site e no Twitter. Ao fazê-lo, criou uma avalanche de consultas no Google a respeito da posição de Dilma sobre o aborto. Um dia antes, o número de pesquisas sobre o tema era inexistente ou tão pequeno que nem sequer conseguia ser capado.

Na tentativa de acalmar os cristãos, a campanha da petista divulgou uma

OS DITOS E DESDITOS DE DILMA

No início da campanha presidencial, revelou-se que a petista Dilma Rousseff havia inserido em seu currículo oficial duas informações inverídicas: de que teria mestrado e doutorado em economia pela Unicamp. Diante da descoberta, a petista afirmou que se tratava de um mal-entendido. Como se vê, foi apenas o primeiro de uma série

	Erenice Guerra	MST	Liberdade de imprensa	Meio ambiente	Política monetária
ANTES	"Ela tem minha confiança até hoje" (11 de setembro de 2010)	À Rádio Jornal, do Recife, Dilma declarou que não considerava "cabível" usar um boné do MST: "Governo é governo, o movimento social é movimento social" (20 de abril de 2010)	Em seu programa de governo entregue à Justiça Eleitoral, propunha o controle da imprensa por meio de conselhos e "observatórios" comandados pelo governo (5 de julho de 2010)	Durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, classificou como "um escândalo" o fato de os países ricos cobrarem contribuições financeiras das nações em desenvolvimento para a constituição de um fundo de preservação ambiental (13 de dezembro de 2009)	Dilma classifica a política de juros do Banco Central, comandada por Henrique Meirelles, de "infernizar" e afirmou que o BC apenas "atrapalha geral" (9 de novembro de 2008)
DEPOIS	"Não posso ser julgada com base no que aconteceu com o filho de uma ex-assessora" (no dia seguinte)	Não disse nada, mas discursou na convenção do PT em Sergipe com o boné do MST na cabeça (24 de julho de 2010)	"Sou rigorosamente contrária ao controle do conteúdo. O único controle que existe é o controle remoto" (21 de julho de 2010)	Desautorizada por Lula, que se dispôs a contribuir com o fundo, Dilma se disse favorável à doação, desdenhando a proposta feita por Marina Silva, que sugeriu que o Brasil doasse 1 bilhão de dólares. "Não faz nem cosquinha", disse Dilma (no dia seguinte)	"Importantíssima a autonomia operacional que o Banco Central teve no governo do presidente Lula. Sempre tivemos uma relação muito tranquila com o BC" (10 de maio de 2010)

64 | 13 DE OUTUBRO, 2010 | veja

veja | 13 DE OUTUBRO, 2010 | 65

.

A reportagem principal dessa edição afirmou que: **A tentativa de negar seu apoio à descriminalização do aborto embaraça Dilma Rousseff e evoca outra questão: quais são, afinal, as suas reais convicções?** (*VEJA*, 2186, p. 64, grifo nosso). Ao lado da chamada, há uma foto de Erenice Guerra e uma foto de Dilma Rousseff com o chapéu do MST, e os dizeres: **O LADO A E O LADO B DE DILMA – Ambígua em relação à sua sucessora na Casa Civil, Erenice Guerra (no canto esquerdo), a petista também havia declarado que não usaria o boné do MST. Como se vê na foto ao lado, o boné foi parar na cabeça dela** (*VEJA*, 2186, p. 65, grifo nosso). A reportagem trouxe, ainda, como o mais determinante dos motivos que levaram eleitores a abandonar o barco da petista na reta final das eleições, segundo pesquisa encomendada pelo marqueteiro do PT, o peso do voto religioso, e que grande parte dos eleitores que trocaram Dilma por outro candidato o fez depois de saber que ela havia se declarado a favor da descriminalização do aborto (p. 65). As materialidades linguísticas da reportagem discursivizaram sobre a suposta mudança de Dilma em relação a Erenice Guerra, retomando o assunto discursivizado em outras edições anteriores, atualizando um efeito-sentido de aproximação entre os dois sujeitos:

> A ex-ministra já mudou de opinião em relação à sua amiga e sucessora na Casa Civil, Erenice Guerra, acusada de transformar o ministério em um

> balcão de negócios. Ora Erenice merece sua "inteira confiança", ora é apenas "uma assessora" cujo comportamento não lhe diz respeito (p. 65).

As materialidades da reportagem são atravessadas por um efeito-sentido de que não se sabe de verdade quem é Dilma Rousseff – **[...] uma questão que há tempos vem rondando a candidata do presidente Lula. Quem é e o que pensa de verdade Dilma Rousseff?** (p. 65, grifo nosso**)**, e que tal mistério teve origem **na forma como se sagrou candidata. Dilma jamais disputou uma eleição. Sua candidatura é fruto de uma decisão solitária de Lula. Embora tenha sido escolhida pelo presidente no início de 2007, foi sempre resguardada do embate político** (p. 65, grifo nosso).

O discurso de que Dilma Rousseff é criação, escolha pessoal e solitária de Lula para o cargo de presidente, contrariando inclusive o próprio partido – PT, é produzido e retomado em série por *Veja* ao longo de toda a narrativa sobre Dilma Rousseff enquanto candidata e, posteriormente, como veremos, enquanto presidente. Esse discurso aparece nas edições 2153, 2169, 2173, 2178 e 2181, não apenas produzindo um efeito-sentido de aproximação da candidata ao então presidente Lula, conferindo à mesma o título de **a candidata do presidente** (p. 65, grifo nosso)**,** como também produzindo um efeito-sentido de afastamento dela em relação ao seu próprio partido, e, ainda, produzindo um efeito de deslegitimação do PT, visto que bastou a decisão de Lula para que ela se tornasse candidata, ou seja, o partido não teria participado da escolha.

Figura 14. Capa da edição 2188 de *Veja*, 27/10/2010

A edição 2188, que chegou às bancas uma semana antes do dia da votação do segundo turno, trouxe sob um fundo vermelho a imagem do Palácio da Justiça, e, como chamada de capa, a frase: "A VERDADE SOBRE OS DOSSIÊS". Abaixo uma fala atribuída a Pedro Abramovay, então secretário nacional de Justiça, em conversa com seu antecessor, Romeu Tuma Júnior, diz: "Não aguento mais receber pedidos da Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês. [...] Eu quase fui preso como um dos aloprados" (*VEJA*, 2188).

A reportagem da capa afirma sob a chamada "INTRIGAS DE ESTADO" que "o braço direito do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e a candidata à Presidência Dilma Rousseff tentaram usar o Ministério da Justiça para executar 'tarefas absurdas'" (*VEJA*, 2188, p. 69). E, inicia contextualizando o momento:

> Estamos a menos de uma semana das eleições e, como escreveu o correspondente Stuart Grudgings, da agência noticiosa Reuters, políticos e jornalistas correrão às bancas mais próximas para ver se será esta a edição de VEJA que vai abalar a liderança de Dilma Rousseff nas pesquisas eleitorais. Embora a análise do funcionário da Reuters demonstre um total desconhecimento do que seja jornalismo, atividade em que os fatos fazem a notícia e não o contrário, ele acertou em seu diagnóstico a respeito da ansiedade que as capas de VEJA provocam no meio político. A reportagem que se vai ler a seguir não foge à regra. Ela revela, talvez da maneira mais

> clara até hoje, o tipo de governo produzido pela mentalidade petista de se apossar do estado, aparelha-lo e usá-lo em seu benefício partidário (p. 70).

A reportagem atribuiu diretamente à candidata Dilma Rousseff os pedidos ao Ministério da Justiça para a confecção de dossiês sobre adversários políticos. Informou, ainda, que ligações telefônicas foram gravadas, sem, no entanto, descrever alguma ligação direta da candidata. Afirmou também que Dilma teria negado a realização de qualquer pedido neste sentido.

Nas materialidades dessa reportagem foi retomado, discursivamente, o que já havia sido apresentado nas edições que compuseram a "trilogia do polvo": um discurso sobre um modo de agir do PT. Nesse momento, o modo PT de agir não apenas se aproxima da candidata Dilma, mas é também atribuído a ela: "**As conversas e sua vinda a público funcionam como o poder de limpeza da luz do sol sobre os porões. Elas são reveladoras da triste realidade vivida por instituições respeitadas quando passam a ser aparelhadas por integrantes de um projeto de poder"** (p. 73, grifo nosso).

Em reportagem seguinte, sob a chamada "LUZ PARA TODOS E DINHEIRO PARA ELES – O programa do governo Lula ajudou a encher os bolsos da família de Valter Cardeal, diretor da Eletrobrás e homem de confiança de Dilma Rousseff" (p.78), a reportagem de *Veja* afirmou que Valter Cardeal, enquanto diretor de engenharia da Eletrobrás, e como um dos responsáveis pelo Programa Luz para Todos, contratou, por intermédio da concessionária de energia do Rio Grande do Sul, empresa de sua própria família para trabalhar no programa (p. 78). A matéria não discursiviza Dilma Rousseff diretamente envolvida nos fatos, mas suas materialidades são atravessadas por um efeito-sentido de aproximação da candidata com a corrupção, quando são mostradas ligações dela com pessoas supostamente envolvidas em atos ilícitos.

> A história tem um roteiro igual ao de Erenice Guerra. Funcionário da confiança de Dilma Rousseff, por ela nomeado, Valter Cardeal vale-se do poder do cargo para beneficiar parentes diretos – que, além de ganhar cargos ou contratos públicos, oferecem a empresas privadas intermediações em negócios com o governo mediante pagamento de propina. O presidente Lula vive elogiando a "firmeza" da candidata petista. Pelo jeito, a ex-ministra tem mesmo é um coração mole. (*VEJA*, 2188, p. 78)

A aproximação de Dilma Rousseff de Erenice Guerra, discursivizada nas edições 2182, 2183 e 2186 é retomada nesta edição 2188, a qual aproxima Dilma de outro sujeito

político acusado de corrupção, Valter Cardeal. Tal aproximação produz, ainda, um efeito-sentido de conivência de Dilma com a corrupção, pois é discursivizado que ela teria "coração mole" frente a corruptos pelos quais teria apreço. O efeito-sentido aqui produzido é de aceitação da corrupção por Dilma, o que a aproxima, discursivamente, daquele elemento.

2.3 Memória e efeito de construção na posição-sujeito presidente

Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do Brasil com 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% do candidato José Serra.[4]

Figura 15. Capa da edição 2189 de *Veja*, 03/11/2010

A edição 2189 de 03 de novembro de 2010, edição especial, traz a imagem da presidente eleita na capa, com a faixa presidencial, e um sorriso estampado no rosto. Na capa há uma frase atribuída à presidente eleita – "Meu compromisso com o país: valorizar a democracia em toda a sua dimensão", o que, discursivamente, se contrapõe ao discurso presente nas edições 2182, 2183 e 2188, as quais aproximaram Dilma Rousseff ao modo PT de governar – modo corrupto, de favores e favoritismos políticos para determinados grupos.

[4] https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/2turno/.

Veja reproduz parte do primeiro discurso de posse da presidente, onde a mesma indica que este será um governo para todos:

> De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio. A partir de minha posse serei presidente de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. [...] Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis do meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos (*VEJA*, 2189, p. 15).

Com a primeira eleição de Dilma Rousseff, *Veja* prenuncia discursivamente uma necessidade de afastamento daquela de seu antecessor, Lula, e da ala radical de seu partido, para a construção de um governo próprio, bem como indica que a presidente carrega além destas, outras peculiaridades em sua trajetória que podem vir a atrapalhar seu percurso no cargo, retomando um discurso presente na edição 2153 (figura 1), de oposição da candidata aos radicais do partido:

> No dia 1º de janeiro, receberá do presidente Lula a faixa presidencial. Até lá terá tempo de responder com atos às indagações atuais sobre se sua administração terá identidade e estilo próprios. Como escapar da órbita de Lula? Como disciplinar o PT radical, que relutou em adotar sua candidatura? Como controlar o PMDB, partido de Michel Temer, seu vice, que anseia por expandir seu já gordo espaço no governo federal? (*VEJA*, 2189A, p. 13).

Na sequência discursiva acima, podemos identificar o funcionamento de um efeito-sentido de que a vitória da presidente vem eivada de desafios para que esta ocupe plenamente a posição-sujeito presidente - **Como escapar da órbita de Lula? Como disciplinar o PT radical, que relutou em adotar sua candidatura? Como controlar o PMDB, partido de Michel Temer, seu vice, que anseia por expandir seu já gordo espaço no governo federal?** (grifo nosso).

As materialidades desta edição especial retomam, ainda, o discurso que atravessa as materialidades da edição 2153 (figura 1), discurso esse de que Dilma Rousseff foi uma candidata construída por Lula, e de que o sujeito pragmático Dilma não necessariamente se adequava à posição-sujeito político em um funcionamento conhecido pelo senso comum:

> Para não deixar o vácuo sucessório contaminar seu segundo mandato e evitar que seus companheiros se engalfinhassem numa disputa interna, **Lula disse que estava disposto a investir sua autoridade em uma solução incomum: ele mesmo escolheria seu candidato a sucessor. E já tinha um nome em mente – a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.** [...] **Dilma argumentou que jamais disputara uma eleição, que tinha dificuldades na articulação política e um medo muito grande de enfrentar multidões. "Deixe isso com a gente", disse Lula.** "Se a gente trabalhar direitinho, o João [Santana, marqueteiro] consegue te eleger" (*VEJA*, 2189A, p. 29, grifo nosso).

Este discurso de candidata fabricada, produz um efeito-sentido de dúvida sobre a força política da presidente – "**Ela é bem menor do que Lula, e neófita no PT, no qual entrou em 2001. Logo, pensam alguns líderes petistas, Dilma não terá força para resistir às vontades do partido**" (p. 54, grifo nosso), "**a dúvida maior reside, portanto, na capacidade política de Dilma de corrigir erros pregressos e evitar empulhações autoritárias**" (p. 56, grifo nosso) – e do futuro do governo que se iniciava naquele momento com Dilma.

A edição trouxe ainda, em suas materialidades linguísticas, a repetição de um discurso presente na "trilogia do polvo" de que a campanha de Dilma Rousseff e governo do PT se misturaram em determinado momento, sob a intenção da continuidade do grupo político no poder, em detrimento de princípios democráticos, retomando uma memória discursiva de um modo petista de ação, sendo questionado, discursivamente, em *Veja*, o nível de tolerância e capacidade de controle da presidente Dilma Rousseff de referido modo:

> **Acendeu a luz vermelha**: É por meio de ocasiões como essa [referindo-se a uma fala de José Dirceu a militantes petistas sobre a importância da eleição de Dilma, de "agigantar o PT, de modo que o partido venha a reunir força política suficiente para controlar a imprensa, manter dóceis os movimentos sociais, os sindicatos e conduzir finalmente o país ao 'socialismo'"] que se conhecem algumas das intenções autoritárias que o PT, em razão de questões estratégicas, prefere esconder do púbico. [...] Os sinais de autoritarismo também estavam lá em seu modo reverso: transpareciam na complacência com as atividades muitas vezes criminosas de movimentos sociais, como o MST, e no silêncio obsequioso sobre a tirania de regimes ditatoriais como Cuba e Irã. **É esse o PT que prevalecerá no governo Dilma Rousseff? Será a eleição da petista a senha para o temerário projeto político da turma de José Dirceu?** (p. 54, grifo nosso).

Identificamos nessa sequência discursiva um efeito-sentido de perigo **– Acendeu a luz vermelha –** com a eleição de Dilma face a uma possível perpetuação de um modo de governo PT, discursivizado ali como o ato de – **controlar a imprensa, manter dóceis os**

movimentos sociais, os sindicatos e conduzir finalmente o país ao 'socialismo' – e já discursivizado nas edições 2181, 2182 e 2183 (figuras 6, 7 e 8) como um governo que desrespeita os limites do Estado, os limites entre os poderes e os preceitos democráticos, bem como utiliza a máquina pública em prol de interesses partidários. Essa materialidade, além de produzir um efeito-sentido de dúvida sobre a relação Dilma x PT, retoma o efeito de que o afastamento entre Dilma e as bases mais radicais de seu partido se faz necessária para um exercício democrático da presidência, com o qual afirmou estar comprometida.

As materialidades linguísticas da reportagem referente à capa da edição em análise discursivizou sobre como se deu a relação entre Dilma Rousseff e seu próprio partido. Ainda, foi discursivizado sobre a relação da presidente com o partido de seu vice-presidente, o PMDB:

> O plano do partido, agora, é ligeiramente mais ambicioso. Aparentemente desconsiderando que o PT deve se colocar como o principal comandante do processo político a partir de janeiro, o PMDB já pensa em criar condições para que a sigla eleja o sucessor de Dilma Rousseff, desalojando os 'aliados' petistas da Presidência da República (p. 64).

Essa relação é discursivizada como uma tensão a ser administrada pela presidente, a qual teria que lidar com o "projeto do PMDB de retomar a faixa presidencial, perdida com o fim do mandato de José Sarney", capitaneado pelo vice-presidente Michel Temer (p. 66), e de quem seria exigida habilidade política para evitar um previsível conflito de interesses imediato entre as duas legendas que dividiriam a Esplanada dos Ministérios (p. 66).

Figura 16. Capa da edição 2197 de *Veja*, 29/12/2010

Nas materialidades discursivas da capa da edição 2197 de 29/12/2010, última edição do ano, há uma retomada do discurso de afastamento entre Lula e Dilma. Na capa em questão, ambos são colocados dispostos lado a lado, embaixo dos números dos anos – 2010/2011, imagem que remete à sucessão presidencial. Lula aparece tentando parar o tempo, segurando o ponteiro de um relógio para que o ano não vire, enquanto Dilma aparece sentada do outro lado dos ponteiros. Como chamada principal, do lado Lula, está escrito "O ano que Lula não queria ver terminar" e, do lado Dilma, "À espera do desafio"; já nas chamadas secundárias, em contraposição, estão as frases "o Brasil depois de 8 anos de lulismo[5]" e "O Brasil que Dilma terá de construir".

A materialidade discursiva da capa dessa edição é atravessada por efeitos-sentido que indicam que embora Dilma seja uma continuidade de Lula, a mesma terá que construir um Brasil diferente para que tenha sucesso no cargo, retomando o discurso da edição 2189A

[5] Segundo Singer (2012) "teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza - *com destaque para o combate à miséria* - e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*. Isso teria produzido, em associação com a crise do "mensalão", um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo" (p. 13).

(figura 13), bem como produz um efeito-sentido de que Lula não quer sair, ou mesmo que ele não sairá do lugar de presidente. Há uma continuidade do movimento de afastamento entre o sujeito Dilma e o sujeito Lula, o que começa a produzir um efeito-sentido de independência e força política da mesma. Ao distanciar-se de Lula, Dilma distancia-se ainda mais do governo deste e do próprio PT, com esse movimento, Dilma, na discursivização de *Veja*, ocupa a posição-sujeito presidente.

Figura 17. Capa da edição 2198 de *Veja*, 05/01/2011

A capa da edição 2198 apresenta a imagem da presidente Dilma Rousseff, vestida de branco e com a faixa presidencial, no momento da cerimônia de sua posse, em 01 de janeiro de 2011, e, na parte inferior, a chamada principal "A batalha dos 100 dias – as oportunidades e os riscos na largada", bem como a indicação de uma reportagem especial de 40 páginas sobre o governo Dilma. A sequência discursiva da chamada produz efeito-sentido de luta neste início de governo – batalha dos 100 dias – bem como de uma perspectiva equilibrada entre o que há por vir – oportunidades e riscos – retomando um discurso identificado nas materialidades das edições 2189 e 2197 de que o novo governo será um desafio e precisará da demonstração de capacidade da presidente eleita para seu sucesso. As materialidades

linguísticas da reportagem principal, já em seu título, “O primeiro (e ótimo) dos 100 dias”, são atravessadas por um efeito-sentido de que a presidente Dilma Rousseff está no caminho certo. O “ótimo” produz um efeito-sentido de aprovação, concordância, o qual é retomado no decorrer da reportagem:

> [...] o discurso de Dilma no Congresso Nacional, bem como sua elegância litúrgica durante todas as formalidades que compuseram sua posse, foi auspicioso. A presidente apresentou-se à nação não sob as tintas do messianismo, e sim com a postura de quem se sabe servidora pública encarregada de enormes responsabilidades. Dilma deixou claro seu compromisso com a democracia, com a estabilidade econômica e com a erradicação da miséria. [...] disse que as conquistas feitas pelo Brasil se devem não apenas ao governo anterior. [...] afirmou que uma democracia se fortalece com o debate de ideias. [...] deu mostras de conhecer as dificuldades do trabalho a ser executado e a necessidade de angariar apoios (*VEJA*, 2198, p. 57).

A sequência discursiva acima é atravessadas por um efeito-sentido de adequação da candidata a uma posição-sujeito presidente. Podemos identificar ruptura de um discurso materializado em edições anteriores, durante os meses de setembro e outubro de 2010, e que antecederam as eleições. Naquelas edições foi discursivizado que Dilma Rousseff compactuava com uma forma corrupta de governar de seu partido, como também participava em alguns momentos dessa forma de agir, mas, nessa edição, discursivamente, a presidente é discursivizada de uma nova forma, ela se mostra adequada para o cargo. As sequências discursivas – **elegância litúrgica** (grifo nosso) e **postura de quem se sabe servidora pública** (grifo nosso) -, produzem um efeito-sentido de aprovação. Dilma se contrapõe discursivamente aos que não tem compromisso com a democracia, o que retoma o discurso de seu afastamento aos radicais e ao modo de governar de seu partido, conforme também apontou Barbosa (2014).

Do mesmo modo, a então presidente se contrapõe discursivamente ao ex-presidente Lula. Um efeito-sentido de afastamento, ou mesmo de negação, foi produzido em “**apresentou-se à nação não sob as tintas do messianismo”** (grifo nosso), já que Lula representou este papel de quem veio para salvar, para ajudar os mais necessitados, discurso materializado nas edições 2169 e 2178. Essa contraposição entre Lula e Dilma entra na ordem discursiva que já vinha sendo disposta em *Veja* desde sua eleição: o afastamento da presidente de seu antecessor e de um *modus operandi* de seu partido se apresentou discursivamente

como condição para que a mesma fosse convocada a ocupar/ocupasse a posição-sujeito presidente.

Esse discurso atravessa também, como pode ser observado a seguir, as materialidades linguísticas da Carta ao Leitor da edição 2230 de 17 de agosto de 2011, que, com o título "Toda a força à presidente", produziu um efeito-sentido de adequação de Dilma Rousseff ao cargo de presidente, como foi observado por Barbosa (2014), o que retoma o efeito-sentido de aprovação dela naquele cargo.

> Desde junho, a presidente Dilma Rousseff vem enfrentando com determinação a série de denúncias sobre esquema de corrupção no ministério que **se viu obrigada a montar sob os auspícios de seu antecessor e aliados políticos**. O primeiro a cair foi o então ministro-chefe da Casa Civil Antonio Palocci [...]. Em seguida foi a vez do ministro dos Transportes [...]. Na semana passada, também por meio de uma reportagem desta revista, o país foi informado de lambanças promovidas no Ministério da Agricultura, atualmente sob a batuta de Wagner Rossi. [...] **como o ministro é do PMDB, a presidente Dilma sofre chantagem explícita da chamada base aliada, para que evite tomar providências**. [...] Assim como todos os brasileiros honestos, pagadores de impostos, **Veja está ao lado da presidente**. [...] **Esses milhões de cidadãos têm na presidente uma referência de força e coragem**. Que Dilma Rousseff continue a fazer sua faxina e que seu exemplo se espalhe por todos os níveis da administração pública (*VEJA*, 2230, p. 17, grifo nosso).

A sequência discursiva acima atualiza o discurso de que Lula escolheu Dilma e de que ela não era independente dele. Produz o efeito Lula como um sujeito desonesto, quando reputa a ele o ônus da escolha de um ministério corrupto, afastando Dilma deste elemento – "**se viu obrigada a montar sob os auspícios de seu antecessor e aliados políticos"** (p. 17, grifo nosso). Há ainda a retomada de um discurso presente na edição 2189A de que a tensão entre Dilma e o PMDB é um elemento de desestabilização e ameaça a seu governo – **como o ministro é do PMDB, a presidente Dilma sofre chantagem explícita da chamada base aliada, para que evite tomar providências**. Essa sequência discursiva produz, ainda, o efeito de aproximação entre Lula, o PMDB e corrupção política, e, ao mesmo tempo, o efeito de afastamento entre Dilma e esses dois sujeitos políticos, bem como da corrupção. Nesse efeito de afastamento de Dilma da corrupção a coloca na posição-sujeito presidente honesta, forte e corajosa, de quem *Veja* está ao lado, assim como os brasileiros honestos - **Assim como todos os brasileiros honestos, pagadores de impostos, Veja está ao lado da presidente. [...] Esses milhões de cidadãos têm na presidente uma referência de força e coragem.** Dilma é discursivizada, neste momento, como a presidente que resolverá o problema da

corrupção, contrapondo-se ao governo antecessor em seu modo corrupto de governar, e como alguém que reúne os elementos contrapor: força e coragem.

Figura 18. Capa da edição 2232 de *Veja*, 31/08/2011

Identificamos, nas sequências discursivas da capa da edição 2198 de 05 de janeiro de 2011, efeito de continuidade de tensão entre Dilma Rousseff e seu partido, o PT. A materialidade da capa analisada é constituída por uma imagem de José Dirceu, uma das principais lideranças do partido (edição 2189A), e por uma chamada: "O poderoso chefão – O ex-ministro José Dirceu mantém um "gabinete" num hotel de Brasília, onde despacha com graúdos da República e conspira contra o governo da presidente Dilma" (*VEJA*, 2198, capa).

Na sequência discursiva da chamada, identificamos o efeito de afastamento entre Dilma e o PT e de que o sujeito político José Dirceu, ex-presidente do PT e ex-ministro chefe da Casa Civil do governo do presidente Lula, possui muito poder dentro do partido – **o poderoso chefão**, bem como produz um efeito-sentido de traição, que o coloca numa posição-sujeito de inimigo em relação a Dilma – **despacha com graúdos da República e conspira contra o governo da presidente Dilma**, retomando o discurso de antagonismo entre os sujeitos políticos Dilma e o PT, identificados nas edições 2153 (figura 1) e 2189A (figura 14). Nesse efeito, o PT é inimigo do governo Dilma e o desestabiliza.

Durante os anos de 2012 e 2013, a discursivização em *Veja* sobre a presidente Dilma mantém o discurso que atravessou as edições do ano de 2011, de afastamento entre ela e o ex-presidente Lula e entre ela e o PT, não trazendo a mesma associada a estes sujeitos políticos em nenhuma capa, o que faz funcionar um efeito-sentido de independência na presidência, não só de seu antecessor, mas de um modo de governar anterior.

Figura 19. Capa da edição 2262 de *Veja*, 28/03/2012

As sequências discursivas da capa da edição 2262 de 28 de março de 2012 produzem o efeito-sentido de independência. A imagem de Dilma com olhar confiante, ao lado da chamada principal: "Exclusivo – Dilma fala a *Veja*. 'Protecionismo é um erro. Não vamos fechar o país'. 'A carga de impostos é alta, sim. Vamos baixa-la'. 'Não vou transigir com corrupção'. 'O Brasil fará a melhor de todas as Copas do Mundo'. Essas sequências discursivas produzem um efeito-sentido de afirmação de Dilma no lugar de presidente, como também de uma presidente comprometida com seu trabalho e com a eficácia dele, o que retoma o que foi discursivizado nas materialidades da edição 2198 e que faz parte da construção de uma memória discursiva de que Dilma, naquele momento, ocupava a posição-sujeito de presidente adequada, correta, como também que o seu perfil era necessário ao país.

Na reportagem principal, dessa edição, composta de perguntas e respostas, identificamos o mesmo discurso que identificamos nas sequências discursivas analisadas da edição 2230, em que Dilma ao assumir o governo em 2011 promoveu uma "faxina ética" (*VEJA*, 2262, p. 80), com a troca de sete ministros de seu governo (BARBOSA, 2014), "resolvendo crises provocadas por denúncias de corrupção" (p. 80), o que que faz funcionar, novamente, um efeito-sentido de que Dilma, ao assumir o governo, afastou-se do modo de agir do governo antecessor, promovendo a substituição dos cargos, inclusive, de pessoas que haviam sido escolhidas por indicação do ex-presidente Lula (*VEJA*, edição 2230) (BARBOSA, 2014).

> **[*VEJA*]** Essas mudanças, porém, agora estão gerando uma crise no Congresso... **[Dilma]** Não há crise nenhuma. [...] **Crise existe quando se perde a legitimidade.** Você não tem de ganhar todas. O Parlamento não pode ser visto assim. A tensão é inerente ao presidencialismo de coalizão com base partidária. [...] **[*VEJA*] O que a senhora achou do discurso do ex-presidente Fernando Collor alertando-a de que ele perdeu o cargo por falta de sustentação no Congresso? [Dilma]** Não li o discurso. [...] O que é preciso ter em mente é que as grandes crises institucionais no Brasil ocorreram não por questiúnculas, pequenas discordâncias entre o Executivo e o Legislativo. **As grandes crises institucionais se originaram da perda de legitimidade do governante** (VEJA, 2262, p. 81, grifo nosso).

Nessa sequência discursiva, identificamos o mesmo discurso que identificamos nas sequências discursivas das capas e reportagens das edições 2189A e 2230, ou seja, o discurso que indica tensão (resultado da substituição de membros do governo) entre a presidente Dilma e sua base aliada no Congresso. Há ainda o encontro de uma memória acerca do *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, e a atualidade da possibilidade do *Impeachment*, diante de uma eventual crise de governabilidade.

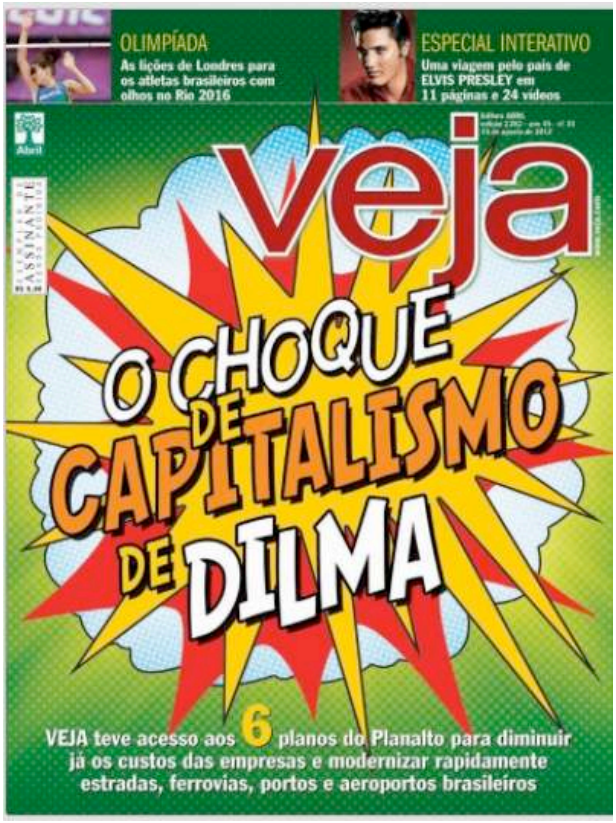


Figura 20. Capa da edição 2282 de *Veja*, 15/08/2012

Na edição 2282, de 15 de agosto de 2012, Dilma Rousseff continua a ocupar a posição-sujeito presidente, tendo sido discursivizada, já na Carta ao Leitor, como em ação para "uma guinada" partindo "para outro caminho" para "desatar o nó Brasil" (*VEJA*, 2282, p. 11). É apresentada discursivamente em *Veja* uma crise econômica causada pelo "modelo de concessão de crédito barato subsidiado pelos impostos dos brasileiros que trabalham e secundado por intervenções estatais para segurar o preço dos combustíveis e controlar artificialmente a inflação", a qual Dilma parte para resolver. Segundo a reportagem, o plano de Dilma é partir para a privatização de ferrovias, portos, aeroportos e cortar impostos dos setores de produção (p. 11). Nas sequências discursivas selecionadas dessa edição, identificamos o efeito de tensão entre o governo Dilma e seu próprio partido – "**Para obter no Congresso a aprovação definitiva das mudanças, a presidente Dilma Rousseff vai enfrentar resistências óbvias de setores de seu partido, o PT, e de outras forças reacionárias, em geral à esquerda do espectro político**" (p. 11, grifo nosso), como também o efeito de aprovação da presidente pela forma de condução do governo, afastada, discursivamente de seu partido - "**É um grande passo na direção certa. [...] Está aí uma batalha para a qual a presidente vai precisar do apoio da opinião pública. O de VEJA fica desde já aqui hipotecado**" (p.11, grifo nosso).

Compreendendo a memória discursiva como aquilo que, face a um acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos, que estariam nos efeitos das regularizações, repetições dos discursos (Pêcheux (2015a[1983a]; Archard (2015[1983]), observamos que o discurso de afastamento simultâneo de Dilma Rousseff do sujeito político Lula e do sujeito político PT, que aparece no momento em que a mesma é eleita em 2010 (edição 2197), e é repetido nas edições, 2198, 2189A e 2232 produz um efeito-sentido de aprovação, adequação de Dilma à posição de presidente, ou seja, quando afastado de Lula e do PT, o governo Dilma é discursivizado positivamente, o que faz parte da construção de uma memória discursiva de Dilma como uma presidente autêntica, forte, decidida, adequada para o país quando governa de forma diferente e distante de Lula e do PT.

Figura 21. Capa da edição 2317 de Veja, 17/04/2013

No ano de 2013 a presidente Dilma continuou sendo discursivizada em *Veja* em um movimento de afastamento do ex-presidente Lula e do PT. Não foi publicada nenhuma capa reunindo discursivamente estes sujeitos políticos. A edição 2317 de 17 de abril de 2013 traz a imagem de um pé pisando no tomate, mostrando apenas se tratar de uma pessoa com um vestido vermelho, e a chamada principal: "Inflação – Dilma pisou no tomate" (*VEJA*, 2317,

capa). Essa sequência discursiva produz o efeito-sentido de deslize, de erro, na posição-sujeito presidente.

Ainda, a reportagem da capa da edição 2317 trata da dificuldade do governo em lidar com o aumento da inflação que teria acumulado alta de 6,59% nos doze meses encerrados em março (2013), estourando o teto da meta inflacionária do governo que seria de 4,5% com tolerância até 6,5%. O tomate representou em *Veja* este aumento, e a "volta da inflação" pela alta do preço (*Veja* aponta um aumento de 120% em um ano). As sequências discursivas destacadas da reportagem produzem um efeito-sentido de que o governo está perdido – "**o que mais assusta mesmo é o governo demonstrar dia após dia desconhecer as causas do processo inflacionário**" (*VEJA*, 2317, p. 50, grifo nosso) [...] "**em vez de combater a inflação com as maneiras tradicionais e eficazes, pela contenção dos gastos públicos, aumento na taxa básica de juros e restrição ao crédito, o governo recorre, cada vez mais, a paliativos transitórios**" (p. 52, grifo nosso), e que a volta da inflação é resultado de uma política econômica equivocada do governo a qual retroalimenta o crescimento inflacionário:

> [...] **a ineficácia total da política paliativa tem ficado escancarada, também no caso brasileiro**. A intervenção constante do governo brasileiro na economia assustou os investidores, e o volume de recursos aplicados na expansão da capacidade produtiva entrou em queda – exatamente o contrário do que deveria ocorrer em uma economia saudável que almeje o crescimento duradouro e não inflacionário. [...] Outra lei econômica inquestionável é que **a única maneira de combater verdadeiramente a inflação requer o controle da quantidade de dinheiro em circulação**. [...] **Em Brasília, onde a prioridade é a popularidade da presidente, vive-se uma realidade paralela.** As pressões são por mais medidas populistas, o que implica mais gastos, privilégios, subsídios, obstáculos à abertura comercial e a criação de mais empresas estatais (p. 52-53).

Funciona nas sequência discursiva acima um efeito-sentido de que a política econômica do governo Dilma está equivocada, e de que o governo, ignora o problema, agravando o mesmo com medidas que visam a popularidade da presidente. Há na reportagem a atualização de uma memória que remete à época em que o país convivia com índices inflacionários altos e com uma economia frágil – "**isso sabe qualquer veterano da heroica batalha contra o dragão inflacionário travada no governo Itamar Franco por seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso**" (p. 50), bem como de que a inflação é um grave problema e traiçoeiro – "inflação é bicho tinhoso. É praga que se alastra silenciosa e rapidamente [...] é o mesmo do primeiro gole para o alcóolatra, a abertura das portas do

inferno" (p. 50), produzindo um efeito-sentido de alerta, de risco e de necessidade de uma solução urgente para a situação atual.

Figura 22. Capa da edição 2326 de *Veja*, 19/06/2013

A edição 2326 de 19 de junho de 2013 apresenta em sua capa a imagem de um protesto– fogo em frente a uma vidraça/janela, sob dizeres que remetem a uma pichação – "contra o aumento" e a chamada principal: "A revolta dos jovens – Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?" (*VEJA*, 2326, capa). A capa da edição discursiviza sobre os protestos ocorridos em junho de 2013 no país, que inicialmente se deram contra o aumento das passagens de ônibus urbanos em São Paulo e no Rio de Janeiro, capitaneada pelo Movimento Passe Livre (MPL) e foram ampliados de forma inesperada – "**as manifestações começaram em São Paulo e se espalharam nos dias seguintes em quatro estados. Em comum, tiveram enfrentamentos com a polícia e exibição de uma fúria difusa por parte dos manifestantes**" (*VEJA*, 2326, p. 89, grifo nosso). A reportagem discursiviza, ainda, sobre a pluralidade dos manifestantes e marca a presença maciça de jovens de classe média nos protestos – "**o fenômeno realmente espantoso [...] foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema [...] ou na balada, e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos**

profissionais" (p. 88, grifo nosso), como também destaca a pluralidade da pauta de reivindicações, que se multiplicou de forma difusa – "**a causa original dos protestos foi se metamorfoseando e se multiplicando ao longo das manifestações** [...] Em São Paulo, os cartazes dos manifestantes na quinta-feira **já incluíam além das tarifas de ônibus, palavras de ordem contra a repressão policial e a corrupção política**" (p. 90, grifo nosso).

As sequências discursivas da reportagem de capa da edição em questão são atravessadas pelo discurso de que, embora violentos, os protestos são legítimos, pois há contra o que protestar – "Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?" (p. 84).

> E qual seria a doença brasileira que se manifesta através dos jovens nas ruas? [...] A principal é a ausência de partidos e programas que empolguem legitimamente os jovens. Isso lhes daria a saudável noção de que o mundo nunca é perfeito, mas vale a pena tentar consertar alguma coisa pela prática política e pelo voto. [...] Os jovens não se sentem representados pelos partidos e querem respostas rápidas às suas novas demandas (p. 92).

Essas sequências discursivas atualizam a memória de outras manifestações ocorridas no mundo (A batalha de Seattle em 1999, Davos em 2000, protesto universitário na Inglaterra em 2010, Toronto em 2010, ocupação de Wall Street em 2011), o que produz um efeito-sentido de que a principal causa da onda de protestos reside na ausência de legitimidade da política partidária.

Figura 23. Capa da edição 2327 de *Veja*, 26/06/2013

A edição 2327 de 26 de junho de 2013, denominada como EDIÇÃO HISTÓRICA, continua a discursivização sobre a onda de protestos no país. Sob a imagem de uma pessoa que traz a bandeira nacional nas costas, caminhando na rua em um dos protestos, com algo pegando fogo ao fundo da foto, a chamada principal: "Os sete dias que mudaram o Brasil" (*VEJA*, 2327, capa). No discurso que atravessa a materialidade linguística da capa da edição e e reportagem, as manifestações daquele junho de 2013 mudaram o país. As sequências discursivas analisadas indicam motivos para a mudança, como o tamanho das manifestações – "multidões bem acima de 1 milhão de pessoas jorraram Brasil afora" (*VEJA*, 2327, p. 60), a pluralidade dos manifestantes, a forma pulverizada dos protestos, bem como seu caráter apartidário, o que "emparedou" os partidos de esquerda – "aqueles que mais se enxergam como agentes da mudança" (p. 62) – "**O PT acreditava que a paixão dos brasileiros pelo futebol seria exacerbada pelas Copas, de tal forma que ninguém mais notaria a corrupção e ineficiência do governo. Errou feio**" (p. 62, grifo nosso).

As sequências discursivas da reportagem em questão atualizaram uma memória das manifestações nas ruas pelo *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, quando este convocou as pessoas a saírem às ruas de verde e amarelo em 1992, mas o povo saiu de preto, e ele saiu do planalto, relacionando a mesma discursivamente com o pedido do presidente do

PT Rui Falcão que mandou a militância retomar as ruas, "das quais os petistas se achavam donos, e viu o povo cair de pau na hipocrisia" (p. 63), passando o presidente do PT a ser chamado de Rui Falcollor (p. 63). A sequência discursiva analisada produz um efeito-sentido de protesto contra o governo Dilma.

> Dilma Rousseff assistiu perplexa, do Palácio do Planalto, à maior manifestação popular desde as Diretas Já. Perdido, o governo tenta achar formas de ganhar tempo e vislumbrar um plano para serenar a fúria do povo nas ruas brasileiras. [...] Esqueçamos os vândalos e os anarquistas, gente que não estava lutando por um governo melhor, mas por governo nenhum – o que é uma estupidez. **A revolução verdadeira foi a que começou a ser feita pelos brasileiros que foram às ruas protestar por estarem sendo mal governados** (p. 67, grifo nosso).

Nessa sequência discursiva, há retomada do discurso da edição anterior, de que a causa maior do protesto era a ausência de legitimidade da política partidária, agora atualizado em um efeito-sentido de protesto contra o governo atual, o da presidente Dilma. Há atualização da memória do movimento Diretas Já, onde o povo foi às ruas por eleições diretas, o que aqui, atualiza-se produzindo um efeito-sentido de que o povo foi às ruas não por não poder votar, mas por não se sentir representado pelos eleitos. Mobiliza e atualiza a memória dos resultados dos movimentos de maio de 68 na França e do movimento pacifista americano "*flower power*", movimentos de protestos nas ruas, onde após ambos, foram eleitos presidentes conservadores e de direita – "**grandes espasmos populares espontâneos nem sempre prenunciam mudanças políticas de mesma coloração e envergadura**" (p. 71, grifo nosso), o que produz um efeito-sentido de que o protesto popular pode prenunciar um governo menos democrático.

Figura 24. Capa da edição 2328 de *Veja*, 03/07/2013

A capa da edição 2328 discursiviza sobre os resultados das manifestações de junho, sendo atravessada pelo discurso de que os protestos funcionaram, e que a pressão popular surtiu efeito nos três poderes.

> Em poucos dias, os protestos conseguiram a façanha inédita de fazer o Congresso aprovar projetos contra a corrupção [a PEC 37 que ameaçava acabar com o poder investigativo do Ministério Público foi derrubada e o crime de corrupção passou a ser considerado hediondo], os governos reduzirem tarifas [de transporte e congelaram o preço dos pedágios] e o Judiciário mandar um político para a cadeia [Natan Donadon foi condenado em última instância pelo STF e sua prisão foi determinada imediatamente, ao que ele se entregou] (*VEJA*, 2328, p. 56-57).

A sequência discursiva acima destacada produz um efeito-sentido de poder no que diz respeito à pressão popular que, mobilizada em manifestações nas ruas, conseguiu mover os três poderes para alcançar parte das reivindicações feitas. Produz um efeito-sentido de que ex-presidente Dilma foi mais atingida, pois como representante máxima de um partido no poder,

sofreu mais ataques da população que não se sentia representada nenhum partido (edições 2326 e 2327), como indicam sequências discursivas abaixo:

> Mas, como perde mais quem tem mais a perder, o maior desgaste coube à presidente Dilma Rousseff. [...] **A condução da crise evidenciou o isolamento da presidente e o centralismo que imobiliza seu governo**. Apenas dois ministros conseguem ser ouvidos por ela atualmente: Aloizio Mercadante, da Educação e José Eduardo Cardozo, da Justiça. [...] **A presidente enfrenta seu pior momento em dois anos e meio de governo. Na economia, os sinais são perturbadores. A inflação aumenta, o crescimento diminui, o dólar sobe. [...] Em menos de um mês, a popularidade do governo caiu de 57% para 45%. A avaliação negativa subiu de 14% para 39% no mesmo período** (*VEJA*, 2328, p. 58; 64-65, grifo nosso).

A sequência discursiva acima indicam que a então presidente Dilma Rousseff, em momento anterior, "alcançou altos índices de popularidade justamente por ter se dedicado a fazer uma faxina no primeiro ano de mandato", e que esse índices de aprovação tem ruído – "**o ímpeto moralizador, porém, sucumbiu ao instinto eleitoral. Para acomodar todos os partidos de sua futura coligação, Dilma criou o 39º ministério e realocou os grupos defenestrados**" (p. 66, grifo nosso). Nessa sequência, identificamos o efeito-sentido de afastamento entre a presidente Dilma e sua própria base aliada, atualizando discursivamente o afastamento em um efeito-sentido de isolamento; e o efeito-sentido de desaprovação. Alinhando-se com a corrupção, ineficaz para conter a inflação e restabelecer a solidez da economia, isolada dentro do seu próprio governo, a então presidente Dilma Rousseff começa a ser discursivizida em *Veja* a desconstrução de Dilma Rousseff como presidente.

2.4 Memória, posição-sujeito presidente x posição-sujeito candidato e efeitos de abertura para a desconstrução

Nas eleições de 2014, *Veja* retoma o funcionamento discursivo que foi disposto nas eleições 2010, atualizando uma memória de aproximação da candidata Dilma Rousseff com o o ex-presidente Lula, bem como com um modo de governar corrupto do seu partido.

Figura 25. Capa da edição 2371 de *Veja*, 30/04/2014

Na edição 2371, Dilma e Lula aparecem na capa fazendo um cabo de guerra com a faixa presidencial, ainda discursivizados como lados opostos de uma disputa pelo poder. Aqui ainda é discursivizado um distanciamento entre esses sujeitos, no início da campanha eleitoral para a reeleição, entretanto, conforme se aproxima o período eleitoral, os dois sujeitos são relacionados em um movimento de aproximação. Ainda, a capa em questão apresentou o seguinte subtítulo "O cabo de guerra no PT entre os seguidores de Dilma e os de Lula ameaça a reeleição mais do que os candidatos da oposição". A sequência discursiva em questão não só afirma o movimento de distanciamento entre os sujeitos políticos Dilma e Lula como retoma uma memória sobre uma divisão no PT quando o que está em questão é o apoio a Dilma Rousseff, o que será discursivizado também, posteriormente, durante o processo de *Impeachment* da ex-presidente, em 2016, conforme afirma Costa (2018).

Como afirmamos acima, durante os três primeiros anos (2011-2013) do primeiro mandato de Dilma Rousseff não houve discursivização sobre a mesma e o tema corrupção. Entretanto, ela será discursivizada em associação a esse fenômeno em três capas no ano de 2014, nas edições 2393 de 01/10/2014, 2397 de 29/10/2014 e 2401 de 26/11/2014.

Figura 26. Capa da edição 2393 de *Veja*, 01/10/2014

Na edição 2393 de 01 de outubro de 2014, que foi às bancas dias antes do primeiro turno do pleito eleitoral ocorrido em 05/10/2014, a capa da revista refere-se ao voto feminino na eleição. Entretanto, em chamada secundária, há referência a Dilma Rousseff: "EXCLUSIVO - O núcleo atômico da delação: Paulo Roberto Costa diz à Polícia Federal que em 2010 a campanha de Dilma Rousseff pediu dinheiro ao esquema de corrupção da Petrobrás" (*VEJA*, edição 2393/2014). Dilma é discursivizada, na matéria referente a essa chamada, como beneficiaria do esquema de corrupção da Petrobrás.

Figura 27. Capa da edição 2397 de *Veja*, 28/10/2014

Nas formulações linguísticas da chamada secundária da edição 2393 e nas formulações linguísticas da capa e da reportagem de capa da edição 2397 de 29/10/2014, cuja venda foi antecipada por *Veja* em 2 dias, chegando às bancas no dia 24/10/2014, ou seja, 2 dias antes da data do segundo turno do pleito eleitoral, em 26/10/2014 (FOLHA, 2014)[6], Dilma é discursivizada ao lado de Lula como quem, como ele, sabia de esquema de corrupção que supostamente ocorria nas transações da Petrobrás, retomando a discursivização de alinhamento entre esses sujeitos políticos, agora com a construção de uma memória de que Dilma, assim como Lula, fez parte da corrupção do país.

Verificamos a existência de uma ordem no funcionamento discursivo nas materialidades de *Veja* quanto à relação de aproximação e afastamento entre os sujeitos políticos Dilma Rousseff e Lula e Dilma Rousseff e PT durante suas duas campanhas eleitorais e durante o primeiro mandato.

[6]O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atendeu pedido de liminar da coligação da candidata Dilma Rousseff e proibiu a revista *Veja* de fazer publicidade da edição deste fim de semana. [...] O ministro (Admar Gonzaga) destaca ainda a antecipação da reportagem pela revista: "Ademais, tendo em vista que a Representada antecipou em dois dias a publicidade da revista, entendo que a propagação da capa, ou do conteúdo em análise, poderá transformar a veiculação em verdadeiro panfletário de campanha, o que, a toda evidência, desborda do direito/dever de informação e da liberdade de expressão" (DOCA, 2014).

Nos períodos dos pleitos eleitorais, tanto em 2010 quanto em 2014, *Veja* estabelece, discursivamente, uma aproximação entre os sujeitos políticos Dilma e Lula, bem como entre Dilma Rousseff e seu partido. Nesse movimento verificado nas sequências discursivas de *Veja*, a aproximação entre tais sujeitos produz um efeito-sentido de negativização dessa aproximação. Como visto nas análises das edições 2181, 2182, 2183, 2393 e 2397, o sujeito candidata Dilma Rousseff é aproximado discursivamente de um modo de agir corrupto de Lula e do PT, produzindo um efeito-sentido de que a eleição da mesma seria também a permanência deste modo de governar no poder – um estado corrupto.

Entre os dois pleitos eleitorais, período do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2013), *Veja* afasta, discursivamente, a presidente do seu antecessor, Lula, bem como do seu partido político, produzindo, com esse afastamento, um efeito-sentido positivo, convocando, neste momento, o sujeito político Dilma a ocupar a posição-sujeito presidente, constituindo uma memória de que Dilma Rousseff quando afastada de Lula e do modo de governar do PT é uma presidente adequada, com a qual o povo honesto se identifica e a qual o povo apoia.

2.4 Considerações finais

Observamos neste capítulo que a trajetória da ex-presidente Dilma Rousseff na discursivização em *Veja* se inicia como candidata, escolhida e criada pelo ex-presidente Lula, sob a desaprovação da ala mais radical de seu partido, o PT. Na discursivização analisada, esta aproximação com Lula irá produzir inicialmente efeito-sentido de dependência política. *Veja* retoma esta memória, atualizando em novo efeito-sentido, o de afastamento, quando Dilma é eleita, o que será verificado nos três anos iniciais do primeiro mandato, 2011, 2012 e 2013, quando a mesma é discursivizada afastada de Lula e do PT, produzindo efeito-sentido de presidente apta, honesta, autônoma, sendo Dilma convocada a ocupar esta posição-sujeito.

Observamos ainda que desde o início da discursivização em *Veja* sobre Dilma Rousseff são dispostos elementos de tensão em seu (futuro) governo: uma não adequação do sujeito pragmático Dilma Rousseff com a posição-sujeito político, uma tensão entre Dilma e o seu próprio partido, uma tensão entre Dilma e sua base aliada, em especial o PMDB. Tais elementos são retomados discursivamente ao longo do corpus analisado, produzindo um efeito-sentido de que Dilma desde o início precisa superar desafios internos e externos para provar e manter sua condição de governabilidade.

Verificamos ainda que em junho de 2013, ao discursivizar sobre as manifestações populares nas ruas, *Veja* retoma uma memória das manifestações a favor do Impeachment do ex-presidente Collor, atualizando a mesma e prenunciando discursivamente uma crise no governo Dilma com elementos capazes de fazê-lo sucumbir, iniciando a desconstrução do lugar de presidente para Dilma Rousseff.

Nas eleições de 2014, *Veja* retoma discursivamente a aproximação entre Dilma e Lula, atualizando seu sentido, ao produzir um efeito-sentido de corrupção, de conivência com o modo corrupto, bem como repete o discurso de ineficiência, retomando a memória das edições de 2013, convocando Dilma a ocupar esta posição-sujeito de presidente inapta.

3. MEMÓRIA E EFEITOS DE DESCONSTRUÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*

> Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas.
>
> *Vladimir Maiakóvski*

3.1 Considerações iniciais

Dilma Rousseff vence as eleições no segundo turno com 51,65% dos votos contra 48,35% de candidato Aécio Neves do PSDB[7]. A primeira edição após o resultado das eleições, edição 2398 de 05 de novembro, não trouxe a imagem da presidente eleita na chamada principal, como ocorreu em 2010. Trouxe na capa o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos julgamentos em 1º grau dos casos apurados na operação Lava-Jato e no chamado 'Petrolão'[8].

---

[7] .eleicoes2014.com.br/candidatos-presidente/.

[8] Operação conjunta da Polícia Federal e Ministério Público Federal de investigação de corrupção e lavagem de dinheiro, que em primeiro momento, a partir de 2014, investigou e processou quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, operadores do mercado paralelo de câmbio, e depois recolheu provas de imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobrás. O ex-presidente Lula é réu em 3 processos desta operação, denunciado em outros 2, e investigado em mais um. Foi condenado por julgamento do juiz Sérgio Moro no ano de 2017, a 9 anos e 6 meses pelos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, em sentença confirmada pelo TRF-4. O ex-presidente Lula está preso desde abril deste ano, e cumpre pena em presídio federal em Curitiba. (Fontes: http://.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso; http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/lula-sob-investigacao/).

Figura 28. Capa da edição 2398 de *Veja*, 05/11/2014

Na chamada secundária, no topo da revista, a referência à vitória da presidente Dilma: "**MAIS QUATRO ANOS – Manual de Sobrevivência para o segundo mandato de Dilma**", e ao lado, em outra chamada secundária: "AÉCIO NEVES – Entrevista: 'O Brasil perdeu o medo do PT'".

As sequências discursivas da Carta ao Leitor dessa edição retomam a edição 2397 que que liga Dilma Rousseff e Lula à corrupção na Petrobrás. O discurso que atravessa as materialidades da Carta ao Leitor é de imparcialidade do periódico:

> VEJA tem compromisso com a verdade, com o leitor e com o Brasil, e se contenta com o fato de ter publicado o resultado de mais uma reportagem guiada por esses princípios – independentemente das reações partidárias acaloradas e antagônicas que ela suscitou. A verdade não fere o justo, não importa o momento em que é revelada. Registra o Evangelho de João: "Conhecereis a verdade; e a verdade vos libertará" (*VEJA*, 2398, p.14).

Na reportagem sobre a eleição da presidente Dilma, já em seu título "Manual de Sobrevivência no segundo mandato de Dilma" (p. 73), identificamos um efeito-sentido de que a continuidade de Dilma no poder não é algo bom, é um perigo, um risco com "efeitos deletérios" (p. 73). A reportagem aponta os riscos da manutenção do mesmo partido no poder

por 16 anos – o PT – e as áreas mais vulneráveis aos “desmandos partidários nos próximos quatro anos” (p.74), dentre as quais “cerco à imprensa, política externa, Supremo Tribunal Federal, inflação e crescimento, contas e bancos públicos” (p.75-76). Foi ainda discursivizado nesta reportagem o movimento “Vem pra Rua”, onde “pela primeira vez desde as manifestações de junho de 2013, milhares de brasileiros [...] saíram às ruas para protestar contra corrupção e pedir mudanças. [...] Embora seus participantes tenham apoiado o candidato Aécio Neves, o grupo se pretende apartidário” (p. 78).

> Agora passadas as eleições, o Vem pra Rua quer manter vivo o sentimento de indignação que lhe deu origem. Seus fundadores pretendem que ele funcione como um vigilante do Congresso e que volte às ruas a qualquer sinal de movimentos que visem beneficiar pequenos grupos em detrimento da sociedade (*VEJA*, 2398, p. 78).

Nas sequências discursivas analisadas dessa edição de *Veja*, podem identificar o encontro de uma atualidade e de uma a memória discursiva das manifestações de junho de 2013, atualizada agora pelos discursos que circulam sobre o novo movimento popular que foi para as ruas em protesto contra a corrupção e, desta vez, diretamente contra o governo do PT.

3.2 Memória e efeitos de desconstrução na solidão da vitória

Na capa da edição 2399 de 12 de novembro de 2014, *Veja* trouxe uma imagem de Dilma Rousseff com um olhar cabisbaixo, mãos no queixo, com a legenda "A Solidão da Vitória: Sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio".

Figura 29. Capa da edição 2399 de *Veja*, 12/11/2014

Nas formulações linguísticas da capa analisada, há a produção de um efeito-sentido de distanciamento entre Dilma Rousseff e o PT, o que retoma uma memória de quando a presidente foi escolhida para ser candidata sob o protesto de determinados grupos do seu próprio partido, como discursivizado nas edições 2153, 2173 e 2185 de 2010. É também retomado o discurso sobre a existência de uma tensão entre Dilma e o PMDB, partido do vice-presidente, Michel Temer, o que permitiu a atualização de uma memória de que a presidente estaria isolada, memória está que também atravessou as sequências discursivas da edição 2328 - "PT e PMDB são os grandes partidos da base de apoio a Dilma Rousseff e também – em paradoxo apenas aparente – as maiores fontes de pressão política sobre a presidente eleita" (*VEJA*, 2399, p. 64).

Esse efeito-sentido de solidão é reafirmado quando é dito que Dilma foi esnobada pelos aliados. Ainda, a palavra "solidão" e a expressão "se isola" indicam, discursivamente, que o apoio que Dilma teve para que alcançasse a vitória nas urnas, em pouco tempo - já que a revista foi publicada cerca de 15 dias depois do segundo turno - havia se dissipado. As sequências discursivas da edição retomam ainda o discurso sobre a crise na economia, e a ineficiência da gestão da presidente, que também foi identificado nas sequências discursivas das edições 2317 e 2328, atualizando uma memória de ineficácia do sujeito político Dilma

Rousseff para o cargo, bem como mobilizando, num efeito de proximidade, uma memória sobre a crise da Argentina com Cristina Kirchner – "Se o Brasil virar uma Argentina, será muito mais traumático para os brasileiros do que foi para os argentinos ver os Kirchner transformar seu país em uma Venezuela" (*VEJA*, 2399, p. 64). As sequências discursivas destacadas produzem, ainda, um efeito-sentido de perigo, de trauma, bem como atualiza uma memória, por meio de um movimento de aproximação, sobre a Venezuela, discursivizada em edições anteriores como em uma "ditadura de esquerda".

As sequências discursivas destacadas dessa edição produzem um efeito-sentido de crise no país e de ineficiência/inadequação de Dilma Rousseff para resolvê-la, afastando a mesma da posição-sujeito presidente adequada, trabalhando uma memória que mais à frente resultará no *Impeachment*.

Figura 30. Capa da edição 2409 de *Veja*, 21/01/2015

Na edição 2409 de 21 de janeiro de 2015, a Revista *Veja* repetiu o layout da capa da edição n° 2186 do ano de 2010, em que são contrapostas duas imagens da presidente Dilma. Na parte de cima da revista, em fundo azul, uma foto de Dilma sorrindo é acompanhada pelo título "PROMESSA" e pelos subtítulos: "Não haverá tarifaço"; "Não vou aumentar os juros";

"Não mudo direitos trabalhistas"; "A educação será prioridade". As "promessas" foram escritas entre aspas, indicando que foram frases ditas pela própria Dilma Rousseff.

Na parte inferior da revista, de cabeça para baixo, a mesma imagem de Dilma Rousseff é seguida pelo título "REALIDADE". Os subtítulos dessa parte não estão entre aspas e dizem: Vai aumentar as tarifas em 30%; Deixou subir os juros; Apertou o seguro-desemprego; Cortou verbas para a educação.

Embora *Veja* tenha disposto discursivamente do mesmo jogo de imagens da capa da edição 2186 de 2010, produzindo um primeiro efeito de contradição entre o que foi dito pelo sujeito político Dilma Rousseff, nessa atualização há o atravessamento de uma memória de que Dilma Rousseff mentiu aos eleitores, descumprindo promessas da campanha, e que quebrou todas elas, o que produz um efeito de que a então presidente não é confiável e não foi capaz de cumprir o que prometeu quando candidata, efeito que também é produzido nas sequências discursivas das edições que discursivizaram sobre o *Impeachment*, bem como nas sequências discursivas da Sessão de Julgamento do *Impeachment* de Dilma Rousseff no Senado, como destacado por Costa (2018). As sequências discursivas da capa e da reportagem que se refere à capa dessa edição retomam o discurso de ineficiência de Dilma Rousseff para o cargo, o qual atravessou as materialidades da edição 2317 e das edições sobre as manifestações de junho de 2013, como também atravessou as materialidades da edição 2398, funcionando em uma ordem de repetibilidade que faz surgir uma memória de perigo para a estabilidade do país sob o governo atual.

Figura 31. Capa da edição 2417 de *Veja*, 04/03/2015

Tal memória é retomada nas materialidades discursivas (verbal e não verbal) da capa da edição 2415, de 4 de março de 2015, que traz como chamada principal a sequência discursiva: "A CRISE É DE CONFIANÇA – O rebaixamento da Petrobrás, a falta de convicção na medidas econômicas e o desentendimento na política são três faces de um mesmo mal: a perda de credibilidade".

A imagem da capa apresenta uma corrente verde e amarela com um elo quebrado e produz efeito-sentido de quebra, de rompimento do que era para ser sólido. A sequência discursivas da Carta ao Leitor dessa edição também produz o mesmo efeito:

> Dilma e sua missão mais urgente: recuperar a confiança dos investidores no Brasil. [...] A melhor expressão de credibilidade que um país pode ter são suas instituições. Elas representam a garantia perene de que os atos, e não as palavras ou as promessas de momento de um governante, vão materializar a confiança depositada. [...] Como diz o ditado inglês: 'Quer que confiem em você? Seja confiável'. Isso vale para governos, empresas e para qualquer pessoa que vive em sociedade *VEJA*, 2415, p. 11).

Nessa sequência discursiva, identificamos um efeito de falta de confiança no governo e no país, efeito de que o país, naquele momento, não demonstrava credibilidade e que suas instituições se encontravam fragilizadas.

Figura 32. Capa da edição 2417 de *Veja*, 18/03/2015

A capa da edição 2417 de 18 de março de 2015, retoma a capa da edição 1975 de 27 de setembro de 2006 que apresenta uma imagem de uma caricatura do ex-presidente Lula vendado com a faixa presidencial e que discursivizou sobre as reações de Lula e do PT sobre as revelações do mensalão que vieram à público.

Figura 33. Capa da edição 1975 de *Veja*, 26/09/2006

A edição 2417, por sua vez, trouxe na capa uma caricatura da presidente Dilma Rousseff vendada com a faixa presidencial e, ao lado, a frase "DOMINGO, 15 de março de 2015". A data em questão refere-se aos protestos contra o Governo Dilma que ocorreram por quase todas as capitais do país e diversos municípios. Na Carta ao Leitor desta edição, *Veja* reproduz a capa de 2006, e compara as mesmas, sob o título “A faixa providencial”, o que produz um efeito-sentido de utilização do cargo para ignorar, não ver, os fatos que estariam acontecendo. As sequências discursivas da reportagem em questão tratam sobre a rejeição da população a Dilma Rousseff em decorrência da má gestão, da crise econômica e sobre como o povo está não só contra ela, mas contra seu partido. A mesma reportagem apresentou quais seriam as "saídas possíveis para Dilma", sendo elas: "reforma radical", "renúncia", "resistência", "reforma ministerial", "*Impeachment*". O *Impeachment,* como opção ao governo de Dilma Rousseff, começa a ser diretamente discursivizado na reportagem relacionada à capa. A reportagem atualiza, ainda, uma memória do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, fazendo referências e comparações daquele momento com o descrito na reportagem.

3.3 Memória e efeitos de desconstrução: ilegitimidade, não governabilidade e impedimento

Na edição 2421 de 15 de abril de 2015 há uma imagem da faixa presidencial sendo disputada pelos principais líderes do PMDB, e, também, sucessores da linha presidencial: Michel Temer, então vice-presidente; Eduardo Cunha, então presidente da Câmara de Deputados, e Renan Calheiros, presidente do Senado Federal.[9]

Figura 34. Capa da edição 2421 de *Veja*, 15/04/2015

Como chamada principal a capa trouxe a frase "É minha! – Cunha, Temer e Renan disputam quem manda no 'parlamentarismo branco', o vácuo de poder deixado por Dilma Rousseff". Mais uma vez, a saída de Dilma Rousseff da presidência é discursivizada, desta vez, inclusive, com a discussão sobre quem seria seu sucessor. Todos os três possíveis

[9] De acordo com o art. 79 da Constituição da República Federativa do Brasil, "Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder- lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente" (BRASIL, 1988). Já em caso de impedimento tanto do Presidente da República quanto do Vice-Presidente, ou vacância destes cargos, "serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal" (BRASIL, 1988), consoante art. 80 da Carta Magna.

sucessores suscitados pela capa pertenciam ao PMDB, partido da base aliada da presidente. Essa discursivização sobre uma disputa de poder, uma disputa pela faixa presidencial, dentro do principal partido da base aliada, retoma o discurso de tensão e conflito entre Dilma Rousseff e o partido de seu vice-presidente, o PMDB, bem como retoma uma memória sobre a solidão de Dilma Rousseff, sobre como o seu governo foi abandonado pelos aliados. Na materialidade discursiva da capa também é retomado o discurso da ineficiência e da perda de credibilidade e legitimidade do governo – "parlamentarismo branco", que produz um efeito-sentido de que embora ainda estivesse formalmente no cargo, Dilma Rousseff já não funcionava mais naquele lugar, não ocupava mais a posição-sujeito presidente, indicando falta de governabilidade.

Figura 35. Capa da edição 2434 de *Veja*, 15/07/2015

Na materialidade discursiva da edição 2434, de 15 de julho de 2015, também produz o efeito de solidão de Dilma Rousseff, memória essa que também foi atualizada nas edições 2399 e 2421. A capa da edição 2434 apresenta uma imagem de Dilma sentada em uma poltrona, com fisionomia séria, flutuando sobre nuvens, atrás de uma leve névoa. A capa

apresenta como chamada principal a seguinte formulação: "A insustentável leveza – Sem apoio popular e do Congresso, o Governo Dilma flutua em um ambiente de incerteza, enquanto as suspeitas de corrupção chegam perigosamente perto do Planalto". A sequência discursiva “a insustentável leveza” produz um efeito-sentido de fragilidade, de falta de firmeza e de isolamento da presidente, bem como atualiza o efeito-sentido de tensão entre Dilma e a sua base aliada no Congresso. As materialidades dessa edição são atravessadas por um discurso de perda de legitimidade da presidente junto à população, que também surge na edição 2417. Ainda, na capa da edição n° 2434 a memória discursiva sobre corrupção do governo Dilma começa a tomar forma, sem que, contudo, seja este fenômeno, aqui, diretamente ligado à presidente, sujeito pragmático.

A chamada secundária da capa da edição nº 2442 de 09 de setembro de 2015 que mostra uma frase atribuída a Michel Temer, "**Com essa popularidade Dilma cai**", atualiza o discurso sobre a relação entre a perda de legitimidade junto à população e a falta de governabilidade de Dilma, bem como retoma uma memória que atravessa as edições anteriores sobre a saída de Dilma Rousseff da presidência, e discursivizam seu *Impeachment* como consequência da crise. Ainda, discursivamente, a presença do PMDB na substituição de Dilma que foi discursivizada na capa da edição n° 2421, ao trazer o vice-presidente se manifestando diretamente sobre o assunto mobiliza, novamente, efeitos-sentido sobre um afastamento entre Dilma e o partido do seu vice. O discurso sobre o *Impeachment* de Dilma Rousseff como saída política para o país torna-se mais presente.

Figura 36. Capa da edição 2446 de Veja, 07/12/2015

A capa da edição 2446 de 7 de outubro de 2015, trouxe a chamada "**ELA PASSOU A FAIXA –** Dilma entrega o núcleo do governo a Lula, os grandes ministérios ao PMDB e se enfraquece ainda mais". Na capa há uma imagem de Dilma Rousseff colocando a faixa presidencial no "Pixuleco", boneco inflável com roupa de presidiário, com feições similares às do ex-presidente Lula, criado depois das manifestações do dia 15 de março de 2015 com o intuito de simbolizar a indignação do brasileiro, e que passou a ser utilizado em protestos contra corrupção pelo Brasil, segundo Paulo Gusmão, seu criador[10].

A materialidade discursiva dessa capa atualiza memória sobre a falta de governabilidade de Dilma e da sua inevitável saída da presidência, tendo sido retomados os discursos sobre a fragilidade e perda de credibilidade do governo Dilma, bem como aqueles sobre os papéis de Lula e do PMDB no movimento de saída da presidente do cargo. A materialidade discursiva da reportagem de capa dessa edição produz o efeito-sentido de que com a perda do poder de Dilma no cargo ocupado, quem passa a mandar é Lula e o PMDB. É produzido, ainda, um efeito-sentido de que esta transferência de poder é ruim para Dilma, pois isso iria enfraquece-la ainda mais, o que a deslegitimaria para o cargo e, discursivamente,

[10] Fonte: https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/criador-diz-que-seu-pixuleco-so-perde-validade-se-lula-for-preso/.

retiraria a mesma da posição-sujeito presidente, ainda que ela estivesse formalmente ocupando esse lugar.

A materialidade discursiva da capa analisada produz, ainda, efeitos-sentido sobre Lula como um sujeito político corrupto, ladrão, bem como aproxima discursivamente este sujeito político do sujeito político Dilma, retomando o efeito-sentido de proximidade entre os mesmos, que atravessou as sequências discursivas das edições 2153, 2178, 2185 e 2186, entretanto agora atualizado em um deslizamento de sentido, ao que essa aproximação nas eleições produziu efeito-sentido de Dilma como corrupta, e neste momento, essa aproximação produziu efeito-sentido de Dilma como enfraquecida, deslegitimada para o cargo.

Figura 37. Capa da edição 2447 de *Veja*, 14/10/2015

A edição 2447 de 14 de outubro de 2015 trouxe na capa a imagem de Dilma Rousseff, olhando para baixo, ombros curvados, de forma sombreada, com o Palácio do Planalto ao fundo. Na chamada principal a frase:"POR QUE CAEM OS PRESIDENTES – Dilma Rousseff reúne as três condições que, à luz da história, são comuns aos governantes de democracias destituídos de seu cargo". Acima, as três condições descritas, apresentadas em forma de respostas ou "*checklist*", cada uma com um quadrado marcado ao lado, indicando que as condições já estão presentes: "**Altamente impopulares**"; "**Perdem apoio no**

Congresso"; "**Arruínam a economia do país**" (grifo nosso). Nessa edição *Veja* retoma discursivamente o que havia apontado nas edições de junho de 2013, que discursivizaram sobre as manifestações populares, e atualiza a memória sobre as condições que permitem ou causam a queda de um presidente. Nos argumentos elencados por *Veja*, não há menção ao fenômeno da corrupção ou mesmo ao cometimento de crime de responsabilidade. O *Impeachment* é discursivizado tendo como causas a má administração da economia, a falta de popularidade e a falta de governabilidade. Tal descrição aproxima Dilma do fenômeno do *Impeachment* ao mesmo tempo em que a distancia do fenômeno da corrupção como motivo para o impedimento de seu governo, o que se contrapõe ao que é exposto por Luz (2018), que indica que nas justificativas dos votos dos deputados federais, em 17 de abril de 2016, favoráveis à admissibilidade do processo de *Impeachment*, cerca de 18% dos deputados utilizaram como justificativa para o voto o combate à corrupção.

A materialidades discursiva da reportagem atualiza a memória do Impeachment do ex-presidente Fernando Collor, o que já havia sido feito nas edições 2262, 2327 e 2417, e sob o título “Derrocada em quatro atos”, demonstrou os passos ocorridos que culminaram na saída do ex-presidente Collor, fazendo uma comparação com o momento vivido pela então presidente Dilma Rousseff. A reportagem aponta o fato da desaprovação das contas da presidente pelo TCU, descrevendo o mesmo como atestado do crime de pedalada fiscal, no qual se baseava um dos sete pedidos de Impeachment feitos e que seriam examinados pelo então Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha.

Figura 38. Capa da edição 2455 de *Veja*, 09/12/2015

A edição 2455, do dia 09 de dezembro de 2015, trouxe em sua capa uma fotografia da presidente Dilma Rousseff com uma feição séria, sobre um fundo escuro, com o título "ESPECIAL 24 PÁGINAS - IMPEACHMENT". Essa foi a primeira edição após o deputado federal Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, aceitar a denúncia oferecida pelos juristas Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. que daria início ao processo do *Impeachment*. A capa em questão ainda trouxe uma série de chamadas secundárias que discursivizam sobre o *Impeachment* e sobre as razões que levaram a ele: "Por que é falsa a guerra entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha"; "O passo a passo do processo que visa a derrubar a presidente"; "Uma ex-cara-pintada e um ex-petista são os autores do pedido"; "A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta"; "Como a Lava-Jato dará munição aos defensores do impedimento"; "O STJ pode soltar os corruptos e a indignação catalisar o processo"; "A primeira reação de Collor e Dilma foi a mesma: culpar os adversários"; "Por que é indolor no parlamentarismo trocar governante incompetente".

Figura 39. Capa da edição 2474 de *Veja*, 20/04/2016

Na capa da edição 2474, de 20 de abril de 2016, as sequências discursivas atualizam a memória discursiva presente nas edições 2399, 2439, 2446 e 2447, já analisadas, de que Dilma Rousseff, sozinha, abandonada por aliados e sem apoio popular e do congresso, já havia perdido "a batalha do poder", antes mesmo do julgamento do *Impeachment*. A capa da edição apresenta como chamada principal a sequência discursiva "FORA DO BARALHO", indicando discursivamente a saída da então presidente do jogo político presidencial. A imagem de Dilma Rousseff com a faixa presidencial, sorrindo, mas deteriorada, rasgada, reforça o efeito-sentido de "descarte". Abaixo da chamada principal, é apresentada a sequência discursiva "Com ou sem vitória na batalha do *Impeachment*, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil", que reforça o efeito-sentido de incapacidade, que atravessou as edições 2447, 2455 e 2456, nas quais Dilma foi desconstruída como presidente e apresentada como incapaz, incompetente, associada à má gestão econômica e política do país.

Figura 40. Capa da edição 2477 de *Veja*, 11/05/2016

A capa da edição 2477 de 11 de maio de 2016 trouxe a imagem de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha em fundo preto, sob a chamada "TCHAU, QUERIDA/TCHAU, QUERIDO", retomando frase proferida pelo ex-presidente Lula ao se despedir de Dilma Rousseff em ligação telefônica grampeada por ordem do juiz Sérgio Moro, na operação Lava-Jato, cujo áudio vazou. A fala de Lula é apresentada como uma das sequências discursivas na capa, produzindo um efeito-sentido diferente daquele produzido durante a ligação telefônica feita pelo ex-presidente à Dilma, o de fim de governo, mandato, tanto para Dilma como para Eduardo Cunha. Há um deslocamento de sentido da formulação de despedida de uma ligação para outro sentido. Na Sessão de Votação pela Admissibilidade do Processo de *Impeachment* na Câmara de Deputados, como analisado por Luz (2018), deputados a favor do impedimento levantaram cartazes com a formulação linguística "Tchau, querida", o que produzia um efeito-sentido de aceitação do Impeachment e, portanto, de que seria o fim do mandato de Dilma Rousseff, tal formulação é atravessada nesse momento por um efeito-sentido de ironia, como também de chacota. É retomando o sentido que a formulação assumiu na Sessão da Câmara que a Revista *Veja* a mobiliza na capa dessa edição. Remetendo, assim, ao fim do mandato de Dilma Rousseff, mas também de Eduardo Cunha.

3.4 Considerações finais

Na análise deste capítulo verificamos que houve um deslizamento de sentido na discursivização em *Veja* sobre o segundo mandato de ex-presidente Dilma Rousseff em relação ao primeiro, ao que aqui não mais temos a convocação de Dilma a ocupar a posição-sujeito presidente apta, mas a posição-sujeito presidente inapta, havendo sua desconstrução para o cargo. No jogo discursivo de tensão entre Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula e Dilma Rousseff e o PT também há um deslizamento de sentido, ao que agora este afastamento indica abandono, isolamento político. Aparecem ainda nas análises do capítulo a retomada de efeitos-sentido atualizando uma memória do Impeachment do ex-presidente Collor quando da discursivização da crise de governabilidade da presidente Dilma, e a retomada de efeitos-sentido de crise econômica, de perda de legitimidade e de incapacidade, o que aparece como causa para seu afastamento.

4. CONCLUSÃO

> Gosto desses textos que avançam sobre suas próprias incertezas, que fazem de seu inacabamento a possibilidade de continuarem. Eles são um modo de persistência... persistem em si mesmos, fazendo-se lampejos, caminhos intempestivos, arrastando tudo o que encontram pelo caminho, os portos, os sentidos, os nortes, prenhes de seu próprio excesso. Um excesso que é sua velocidade, sua parada repentina, sua alteração de ritmo. Pois tudo o que temos é isso, tempos, velocidades, afetos...
>
> *Valter Rodrigues*

Este trabalho buscou analisar, sob a ótica da Análise de Discurso, a discursivização sobre a trajetória da ex-presidente Dilma Rousseff na Revista *Veja,* aqui tomada como materialidade simbólica de significação, onde os efeitos-sentido produzidos, repetidos, identificados em uma regularidade, possibilitam a identificação dos sentidos do acontecimento discursivo presente.

Estes sentidos do acontecimento discursivo presente, identificados ao longo da análise realizada, permitiram-nos chegar à memória em *Veja* desta "história do presente", da narrativa sobre a ex-presidente Dilma, seu caminho de construção, seus efeitos e seus deslizamentos de sentido.

No capítulo dois, intitulado DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: CONSTRUÇÃO, verificamos que, das capas de *Veja* que tratavam sobre política nacional, a figura de Dilma teve pouca expressividade numérica, comparadas ao número de publicações produzidas sobre a política nacional no período analisado. Identificamos ainda que entre os anos de 2011 e 2013, *Veja* publicou poucas capas sobre a então presidente, enquanto que entre 2014 a 2016 já identificamos um número expressivo. Também foi possível constatar que, entre 2014 e 2016 um número expressivo de capas com Dilma e Lula juntos foram veiculados no periódico, aproximando os sujeitos políticos, diferente do primeiro mandato da então presidente, em que, até 2013 nenhuma capa é veiculada com Dilma e Lula juntos.

No que se referiu a aproximação de Dilma ao fenômeno da corrupção, apesar de *Veja* publicar, em um número considerável de seus periódicos, sobre a corrupção, o número de edições que aproximaram a corrupção da então presidente Dilma não foram numericamente expressivos.

Das análises discursivas, foi possível identificar a construção da imagem política de Dilma Rousseff enquanto presidenciável/candidata, que posteriormente atravessou as

sequências discursivas que tratam da mesma como presidente. Identificamos efeitos-sentido de inadequação do sujeito pragmático Dilma à posição-sujeito candidata, o que exigiria de Dilma um esforço para ajustar-se à tal posição sujeito político. Desse modo, a candidatura de Dilma foi discursivizada como uma criação/invenção do ex-presidente Lula, e atualizou uma memória discursiva sobre a escolha dela para concorrer ao pleito, a forma como a mesma foi pensada e escolhida para ser a candidata, mediante decisão pessoal e solitária do presidente Lula.

Identificamos também em *Veja,* uma regularidade discursiva funcionando no período das eleições, quando aproxima os sujeitos políticos Lula e PT à então candidata Dilma, o que produziu um efeito de negativização da candidata, conforme já analisado por Barbosa (2014), e verificamos um efeito-sentido de equiparação de Dilma com o que é construído na discursivização em *Veja* neste período sobre o modo PT/Lula de governar, um modo corrupto.

Em seu primeiro mandato, espaço temporal entre as duas eleições analisadas, a discursivização em *Veja* afasta os sujeitos políticos Lula e PT da então presidente, há um deslizamento de sentido, ao que Dilma passa a ser discursivizada de modo diferente, como uma presidente autêntica e capaz de governar o país, não mais dependente do seu sucessor, mas uma mulher forte e decidida, e seu governo é discursivizado como positivo/adequado para o país.

Enquanto nas eleições verificamos uma aproximação entre os sujeitos políticos Dilma e Lula, no primeiro mandato, há um movimento de afastamento a Lula, o que começa a produzir um efeito-sentido de independência e força política da mesma. Ao distanciar-se de Lula, Dilma distancia-se ainda mais do governo deste e do PT, e tal afastamento produz efeito-sentido de aprovação, concordância com o governo autêntico e independente, combativo, e que se contrapõe ao governo anterior. Neste momento, verificamos que Dilma Rousseff ocupa, na discursivização em *Veja*, a posição-sujeito presidente. Dilma deixa de ser a candidata "forjada" por Lula e passa a ser a presidente autêntica e de personalidade forte, capaz de governar.

A partir de 2013, embora Dilma ainda tenha ocupado na discursivização em *Veja* a posição-sujeito presidente, verificamos uma nova mudança discursiva. A edição 2317 inicia uma discursivização de que o governo Dilma está perdido frente aos problemas econômicos do país, discursivizando sobre o possível retorno da inflação face às ineficazes medidas vindas do Planalto, o que produziu um efeito-sentido de risco, de alerta para o funcionamento do governo. Em junho de 2013, *Veja* faz ampla discursivização sobre os protestos populares ocorridos naquele mês, trazendo em três edições seguidas o tema. Nas edições foram

discursivizados elementos responsáveis pela crise, dentre os quais *Veja* destacou a ausência de legitimidade dos partidos no poder.

A discursivização sobre Dilma Rousseff naquele momento é atravessada por discursos que retomados produzem novos sentidos, alinhando a mesma novamente com a corrupção, convocando-a a ocupar uma posição-sujeito de presidente inadequada, ineficaz para conter a inflação e para restabelecer a solidez da economia, além de estar isolada dentro do seu próprio governo. Começa naquele momento a ser discursivizida em *Veja* a desconstrução de Dilma Rousseff como presidente, bem como começam a ser discursivizados os elementos, que fomentam uma crise de governabilidade no país.

No capítulo três, intitulado **DILMA ROUSSEFF EM *VEJA*: DESCONSTRUÇÃO**, foi possível identificar um deslizamento de sentido na discursivização em *Veja* sobre o segundo mandato de ex-presidente Dilma Rousseff em relação ao primeiro mandato. Naquele, como vimos, Dilma é discursivizada, desde a edição sobre sua posse (2198), como uma promessa de mudança, compromissada com o futuro e a democracia do país, tendo sido produzido um efeito-sentido de afastamento do ex-presidente Lula e do PT, sujeitos que foram convocados a ocupar a posição-sujeito corruptos. Dilma Rousseff foi convocada na discursivização em *Veja* a ocupar no primeiro turno a posição-sujeito presidente adequada, eficiente, tendo sido discursivizada sua construção para este lugar.

No final do primeiro mandato inicia-se na discursivização em *Veja* a desconstrução de Dilma Rousseff como presidente. As edições de 2013, em especial as que trataram das manifestações de junho de 2013, dão início a esta desconstrução, à retirada do sujeito político Dilma desta posição-sujeito presidente, sendo a mesma discursivizada como ineficiente em meio a uma crise econômica e político-partidária enfrentada pelo país. Os elementos que serão discursivizados no momento do Impeachment – crise econômica, ineficiência, perda da popularidade e legitimidade do governo – já estão presentes na discursivização em *Veja* naquele ano de 2013.

Com o segundo mandato *Veja* dá continuidade a esta desconstrução, já iniciando a discursivização sobre o governo Dilma atravessada pelos discursos de risco para o país em caso de não solução da crise econômica, isolamento político face à oposição com seu próprio partido e com a base aliada e ineficiência frente às demandas existentes no momento no país, produzindo um efeito-sentido de perda de capacidade de governar. A edição 2417 de 18 de março de 2015 retoma a memória discursiva das manifestações populares de junho de 2013, bem como atualiza uma memória das manifestações pela saída do ex-presidente Collor, apresentando o Impeachment de Dilma Rousseff como solução para a crise do país. Neste

momento, Dilma já não ocupa mais em *Veja* a posição-sujeito presidente e o caminho de seu impedimento começa a ficar discursivamente mais pavimentado.

A discursivização em *Veja* massifica este discurso no decorrer do ano de 2015, culminando com a edição 2446 que discursiviza essa passagem de poder para o presidente Lula e para o PMDB antes de sua formalização, ao que atualiza uma memória de aproximação entre Dilma e o presidente Lula, retomando o discurso que apareceu no momento de sua candidatura, de que Dilma era a escolhida, ungida de Lula, portanto, estaria submetida às decisões e caminhos traçados por ele, bem como retoma discursivamente a tensão entre a presidente e o partido de seu vice-presidente, que atravessou a discursivização analisada desde o primeiro mandato.

Verificamos uma memória discursiva em *Veja* quanto a aproximação e afastamento de Dilma Rousseff do presidente Lula, ao que verificamos que discursivamente há uma regularidade disposta em *Veja* com a retomada de discursos, construindo uma série discursiva que faz funcionar saberes sobre estes sujeitos políticos.

Este efeito de afastamento e aproximação foi analisado por Barbosa (2014) do momento da primeira eleição até o ano de 2013, quando o mesmo verifica que Dilma é aproximada de Lula em sua campanha e afastada dos radicais do PT, e que esta relação será repetida em um jogo discursivo que produz efeito de Dilma estar em um lugar diferente do funcionamento daqueles sujeitos políticos em *Veja*.

Foi necessário que este trabalho olhasse para a pesquisa realizada por Barbosa (2014), inclusive por ter analisado parte do recorte aqui feito, para que fosse identificada a continuidade ou não desta regularidade discursiva e os efeitos produzidos a partir dali, na construção desta memória discursiva até o final do governo Dilma Rousseff em 2016.

Se sob a pesquisa de Barbosa (2014) foram identificados efeitos-sentido positivo quando do afastamento da ex-presidente Dilma de Lula e do PT, no segundo mandato há um deslizamento de sentido deste afastamento, que produz a memória de abandono, isolamento, traição, produzindo efeito-sentido negativo.

Foi ainda identificada uma regularidade discursiva em *Veja* quanto à aproximação de Dilma Rousseff do fenômeno da corrupção, sendo verificado este efeito-sentido nas edições que foram lançadas no período das eleições em 2010 e em 2014, não tendo sido discursivizado em nenhuma capa entre 2011 e 2013. Ainda verificamos que na discursivização sobre o Impeachment em *Veja*, a corrupção de Dilma Rousseff não aparece como motivação, ao que o mesmo é apresentado como solução para crise política, crise econômica e perda de legitimidade e governabilidade da presidente.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____. **Papel da memória** Campinas, SP: Pontes, 2015. Edição original: 1983.

BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade; Dilma, Lula, radicais do PT e Corrupção.** 77 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

BRITO, E. J. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva; 89 f. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

COSTA, T. D. L. **A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff**. 95f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

DOCA, G. **TSE proíbe revista 'Veja' de fazer publicidade da edição do final de semana das eleições. Revista está proibida de divulgar reportagem que insinua que Dilma e o ex-presidente Lula sabiam os desvios na Petrobras.** O GLOBO. 2014. Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/tse-proibe-revista-veja-de-fazer-publicidade-da-edicao-do-final-de-semana-das-eleicoes-2-14357520. Acesso em 11 dez. 2017.

DREYFUS, .t L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como "efeito de" e bases simbólicas de significação. In: **Anais do II SEAD** - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaDaConceicaoFonsecaSilva.pdf> Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. 1ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a. p. 11-37.

FONSECA-SILVA, M. C.. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de si e da Sexualidade.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b.

FONSECA-SILVA, M. C. Entre o verbal e o não verbal: memória e encenação discursiva da corrupção em *Veja*. In: **Anais do XXIII Encontro Nacional da ANPOLL,** 2008, Goiania. XXIII Encontro Nacional da ANPOLL – Grupo de trabalho em Análise do Discurso, 2008. p. 1-3

FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em http://gel.locaweb.com.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em 20 set. 2017.

FONSECA-SILVA, M. C. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Org.) **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 183-208.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. 2000. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf. Acesso em 30 jan. 2018.

LUZ, M. B. **Efeitos-sentido nas justificativas favoráveis à Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff**. 103f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

NERI, M. C.; SOUZA, P. . C. F. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda.** 2012. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4639/1/Comunicados_n155_Decada.pdf. Acesso em 08 mar. 2018.

MACHADO, N. M. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo**. 120f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

MAIAKOVSKI, V. **E então, que quereis?...** 1927. Disponível em: http://.releituras.com/maiakovski_menu.asp. Acesso em 01 Mai. 2017.

NORA, P. et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, J. C. M. M. **Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória**. 101f. Dissertação. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2013.

ORLANDI, E. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, v. 4, p. 9-19, 1998.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Lingua(gem).** n.1, p. 9-13, 2005.

ORLANDI. E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. Análise Automática do Discurso (AAD-69) In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 61-162. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-252. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 311. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARAD, Pierre. e outros. **Papel da memória.** Campinas-SP: Pontes, 2015a. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b. Edição original: 1983b.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A construção do Real e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz (ação).**Revista de administração contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 51-71, 2006.

PESAVENTO, S. J. Memória e história: as marcas da violência. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais.** v. 3, p. 1-15, 2006.

PUBLIABRIL. *VEJA*. 2017. Disponível em http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja. Acesso em 05 out. 2017.

RODRIGUES, . B. C. **Sonhos de história - Diretrizes paraumapesquisasobre Michel Foucault no Brasil.** 2011. Disponível em http://.academia.edu/10149150/Sonhos_de_Hist%C3%B3ria. Acesso em 24 abr. 2016.

SANTOS, G. L. **Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello**. 128f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

SILVA, E. A. Infância infinitiva: correspondências entre Deligny e Truffaut. **Mnemosine,** v.13, n.1, p. 254-269, 2017.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIGGIATO, Katharinne Dantas. **Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia.** 81f. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.